UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEGRAFIA HUMANA

PRISCILA HELENA LEE

Investimentos Coreanos no Mundo:
IED e internacionalização das empresas sul-coreanas

v.1

São Paulo
2011

PRISCILA HELENA LEE

Investimentos Coreanos no Mundo:
IED e internacionalização das empresas sul-coreanas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Armen Mamigonian

v.1

São Paulo
2011

AGRADECIMENTOS

A apresentação desse trabalho é um marco importante não somente na minha jornada de pesquisa, se não também um para o fechamento de um período da minha vida. E nesse espaço gostaria de agradecer as pessoas que foram importantes para a pesquisa e para a minha vida.

Agradeço à minha mãe, Jung Ok Lee, que sempre demonstrou o seu apoio e incentivo. Ao meu pai, Yoo Hee Lee, que mesmo sem me compreender, respeita as minhas escolhas. E ao meu irmão Antônio Lee por sua sinceridade.

À querida amiga Marina Henriques, agradeço todo o apoio e paciência durante os últimos anos.

Aos queridos amigos da USP, Angélica Nakamura, Bruno Souza, Daniela Hong, Janaína Rangel, Jessie Lee, João Pimentel, Jorge Mortean, José Vanzelli, Maria Rita Pelegrin, Mariana Iervolino, Phillipe Cioni, Thais Menezes, Tiago Prado, obrigada por compreender os meus sumiços e pela amizade sincera.

Ao querido amigo e companheiro de viagens José Roberto Ayala Solares, obrigado por compartilhar experiências e reflexões, me compreender, incentivar e animar.

À *Academy of Korean Studies* (AKS), agradeço pela oportunidade e apoio financeiro para participar no programa de pesquisa *2008 Small Research Grant Program* e no programa *2009 Korean Studies Fellowships for Students from Latin America*, promoividos pelo *Center for Korean Studies* da *University of California, Los Angeles* (UCLA).

Na UCLA, ao Professor e Diretor do centro de estudos John Duncan, muito obrigada por ensinar e debater sobre a história da Coreia. Ao Professor Sung Deuk Oak quem mostrou as diferentes perspectivas de pensar a cultura e o pensamento na Coreia do Sul, também muito obrigada.

À Professora Namhee Lee, agradeço por sua disposição em conversar a respeito da pesquisa em Estudos Coreanos. E à Professora Lisa David Kim, do Departamento de Geografia da UCLA, também agradeço por compartilhar os conhecimentos em pesquisa.

Ainda em Los Angeles, à Heshin Kim, agradeço por sua paciência e

disposição em auxiliar na burocracia de todo o processo antes, durante e após a estadia nos Estados Unidos. E à Sejung Kim, muito obrigada por seu apoio e alto astral.

Aos amigos da UCLA, Agostina Cacault, Andres Weskamp, CedarBough Saeji, Gerardo Daniel, Jessica Woo, Lisa Radosti, Maya Stiller, Natalia Droguett, Sebastián Mujica e Victor Olea.

Na AKS, ao Professor Kim Jong Myung, que conheci em Los Angeles e tive o prazer de reencontrar na Coreia do Sul, muito obrigada por sempre me incentivar a seguir com as pesquisas em Estudos Coreanos.

À Doutora Kim In Sook, do *Sungkyunkwan University*, muito obrigada.

Aos amigos e amigas do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN) que, apesar da menor convivência durante os últimos tempos, me fazem sentir em casa sempre que retorno:

Daniel Huertas, obrigada por compartilhar suas reflexões sobre o Brasil e o mundo.

Elias e à Luciana Jabbour, obrigada pelo respeito, apoio e carinho incondicionais.

José Fonseca, obrigada pelos momentos de descontração.

Aline Santos, Antonio Poso, Breno Pedrosa, Elisa Pinheiro, Prof. Fabio Contel, Jonatas Mendonça, Mateus Sampaio, Marcos Roseira, Pedro Mesgravis e Villy Creuz, muito obrigada.

Agradeço, em especial, à Ana Pereira não apenas pela assistência na burocracia acadêmica mas, principalmente por seu alto astral e boas energias, pela confiança e incentivo.

Ainda no âmbito do LABOPLAN, meus sinceros agradecimentos à Professora Rosa Ester Rossini que sempre me acolhe de braços abertos e deixa mensagens e ensinamentos a serem refletidos. À Professora María Mónica Arroyo, agradeço pela assistência como coordenadora do Programa de Pós-Graduação, e pela influência positiva de seus ensinamentos nas minhas análises. À Professora María Laura Silveira que me ensinou a olhar para a realidade de uma forma diferente.

Agradeço as contribuições preciosas do Professor André Roberto Martin e do

Professor Dante Mendes Aldrighi não apenas para o presente trabalho, mas também para as pesquisas futuras.

Ao Professor Gilmar Masiero, agradeço pela valiosa oportunidade de trabalharmos em conjunto em assuntos relacionados ao Leste Asiático.

Na *Hankuk University of Foreign* Studies, à Professora Mee Joung Lee, veterana e amiga, que tive o prazer de conhecer e conviver durante a minha estadia na Coreia do Sul, muito obrigada pelos conselhos e incentivos.

Ao Professor Armen Mamigonian, meu orientador, que tive a sorte de conhecer em seu último curso para a graduação, quero deixar um agradecimento muito especial. Dentre as pessoas que me apoiam, sem dúvidas, é quem mais me inspira e faz sentir-me segura. Agradeço pela confiança depositada em mim e na minha pesquisa, pela sabedoria e conhecimento compartilhados, por deixar-me livre para explorar o mundo, pela compreensão das adversidades da vida, e pela paciência e disposição em me orientar.

E sobre os erros, falhas e lacunas presentes neste trabalho, a responsabilidade é toda minha.

RESUMO

O presente trabalho analisa o investimento externo direto das empresas sul-coreanas no mundo, considerando que o IED é resultado e alimenta o processo de concentração e centralização do capital. Abrangendo um período de 1968 a 2010, a pesquisa aponta para mudanças no papel do Estado, na proporção e no portfólio do investimento, e nas regiões para as quais se destinam os investimentos.. Buscou-se periodizar o fenômeno conforme as alterações da estrutura normativa que institucionaliza e autoriza dos investimentos, considerando também as mudanças macroeconômicas e políticas de cada período.

Palavras-chave: Coreia do Sul, IED, internacionalização, *chaebol*.

ABSTRACT

This dissertation examines the foreign direct investment of South Korean companies in the world, considering that FDI is the result and feeds the process of concentration and centralization of capital. Spanning a period from 1968 to 2010, the research points to changes in the role of the state, in proportion and portfolio investment, and regions for which the investments went. We tried to periodize the phenomenon according to the regulatory framework that institutionalizes and authorizes the investment, considering also the macroeconomic changes and policies of each period.

Key-words: South Korea, FDI, internationalization, *chaebol*.

LISTA DE FIGURA, GRÁFICOS E QUADROS

Capitulo 1

GRÁFICO 1.1 – Crescimento das Exportações da Coreia do Sul, 1960-1970
QUADRO 1.1 – Os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico da Coreia do Sul
QUADRO 1.2 – A Diversificação dos *Chaebols* até 1979
QUADRO 1.3 – Ranking dos 10 maiores *Chaebols* entre 1950 e 1974

Capítulo 2

GRÁFICO 2.1 – Crescimento de IEDs sul-coreanos, 1981-1989
GRÁFICO 2.2 – IED Sul-coreano anual por Setor, 1981-1989
GRÁFICO 2.3 – Mudança do Destino de IEDs Sul-coreanos em Construção, 1981-1989
QUADRO 2.1 – Os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico e Social da Coreia do Sul

Capítulo 3

FIGURA 3.1 – As Quatro fases para Globalização dos Negócios
GRÁFICO 3.1 – Saldos da Balança Comercial e da Balança de Pagamentos da Coreia do Sul, 1986-1997
GRÁFICO 3.2 – Crescimento de IEDs Sul-coreanos, 1990-1997
GRÁFICO 3.3 – Casos de IEDs das Empresas Sul-coreanas, 1989-1997
GRÁFICO 3.4 – IED anual por Setor, 1981-1989

Capítulo 4

GRÁFICO 4.1 – Crescimento de IEDs Sul-coreanos, 1998-2010
GRÁFICO 4.2 – IED Sul-coreano anual por Setor, 1998-2010

LISTA DE MAPAS

Capítulo 1

MAPA 1.1 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Manufatura, 1968-1980

MAPA 1.2 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Construção, 1968-1980

MAPA 1.3 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos, 1968-1980

Capítulo 2

MAPA 2.1 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Manufatura, 1981-1989

MAPA 2.2 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Mineração, 1981-1989

MAPA 2.3 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Construção, 1981-1989

MAPA 2.4 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos, 1981-1989

Capítulo 3

MAPAS 3.1 – Os IEDs Sul-coreanos nos Países Socialistas, 1988-1997

MAPA 3.2 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Mineração, 1990-1997

MAPA 3.3 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Manufatura, 1990-1997

MAPA 3.4 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos, 1990-1997

Capítulo 4

MAPA 4.1 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Manufatura, 1998-2010

MAPA 4.2 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Mineração, 1998-2010

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1

TABELA 1.1 – Dívida Externa e Serviço da Dívida da Coreia do Sul, 1963-1980
TABELA 1.2 – IED Sul-coreano por Tamanho da Empresa, 1968-1980
TABELA 1.3 – IED Sul-coreano conforme a Participação no Projeto, 1968-1980
TABELA 1.4 – Distribuição Regional do IED Sul-coreano por Setor, 1968-1980
TABELA 1.5 – Projetos de IED na Manufatura, 1973-1980
TABELA 1.6 – Contratos da Indústria de Construção Sul-coreana, 1965-1980

Capítulo 2

TABELA 2.1 – Dívida Externa e Serviço da Dívida, 1977-1984
TABELA 2.2 – Taxa de aumento salarial dos trabalhadores sul-coreanos, 1985-1994
TABELA 2.3 – Saldo da Balança Comercial da Coreia do Sul, 1980-1989
TABELA 2.4 – IED Sul-coreano por Tamanho da Empresa, 1981-1989
TABELA 2.5 – IED Sul-coreano conforme a Participação no Projeto, 1981-1989
TABELA 2.6 – Crescimento dos IEDs sul-coreanos por Região, 1981-1989
TABELA 2.7 – Distribuição Regional do IED Sul-coreano por Setor, 1981-1989
TABELA 2.7 – Portfólio dos IEDs em Mineração, 1981-1989
TABELA 2.8 – Contratos da Indústria de Construção sul-coreana, 1981-1986

Capítulo 3

TABELA 3.1 – O Saldo da Balança Comercial da Coreia do Sul, 1990-1992
TABELA 3.2 – Casos de Disputas Trabalhistas na Coreia do Sul, 1987-1993
TABELA 3.3 – IED Sul-coreano por Tamanho da Empresa, 1990-1997
TABELA 3.4 – IED Sul-coreano conforme a Participação no Projeto, 1990-1997
TABELA 3.5 – Crescimento dos IEDs sul-coreanos por Região, 1990-1997
TABELA 3.6 – Distribuição Regional do IED Sul-coreano por Setor, 1990-1997
TABELA 3.7 – Portfólio dos IEDs em Manufatura, 1990-1997

Capítulo 4

TABELA 4.1 – IED Sul-coreano por Tamanho da Empresa, 1998-2010
TABELA 4.2 – IED Sul-coreano conforme a Participação no Projeto, 1998-2010
TABELA 4.3 – Crescimento dos IEDs sul-coreanos por Região, 1998-2010
TABELA 4.4 – Distribuição Regional do IED Sul-coreano por Setor, 1998-2010

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CIE	Comitê de Investimento Estrangeiro
CPE	Conselho de Planejamento Econômico
CSC	Confederação de Sindicatos da Coreia
DMC	Daewoo Motor Company
EMN	Empresa Multinacional
FCS	Federação Coreana de Sindicatos
FMI	Fundo Monetário Internacional
HECC	Hyundai Engineering and Construction Co., Ltd.
HMC	Hyundai Motor Company
IED	Investimentos estrangeiro direto
KOSPI	Mercado de ações sul-coreano
LGE	LG Electronics
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PNB	Produto Nacional Bruto
PQDE	Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico
PQDES	Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social
SEC	Samsung Electronics
UNKRA	Agência para a Reconstrução da Coreia das Nações Unidas

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS
RESUMO..... v
ABSTRACT..... vi
LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS..... vii
LISTA DE MAPAS..... viii
LISTA DE TABELAS..... ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS..... x

INTRODUÇÃO..... 14

CAPÍTULO 1. PRIMEIRO PERÍODO (1968-1980): A CONSTRUÇÃO DAS BASES DO DESENVOLVIMENTO SUL-COREANO E OS PRIMEIROS FLUXOS DE IED DAS EMPRESAS COREANAS..... 17

1.1. O Ideal da Autossuficiência e o Planejamento Econômico..... 17

1.1.1. Os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico (1962-1981).. 22

1.1.2. A Diversificação dos Principais Chaebols..... 30

1.2. A Institucionalização do IED e os Primeiros Movimentos..... 34

1.2.1. Os IEDs na Indústria Manufatureira, 1968-1980..... 44

1.2.2. Os IEDs na Indústria de Construção, 1968-1980..... 46

CAPÍTULO 2. SEGUNDO PERÍODO (1981-1989): A TRANSIÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA E A DESREGULAMENTAÇÃO GRADUAL DO IED..... 55

2.1. O Esgotamento do Autoritarismo e a Transição..... 55

2.1.1. O Crescimento dos Chaebols 65

2.2. A Desregulamentação Gradual do IED e o Crescimento do seu Fluxo.... 68

2.2.1. Os IEDs na Indústria Manufatureira, 1981-1989..... 75

2.2.2. Os IEDs no Setor de Mineração, 1981-1989..... 78

2.2.3. Os IEDs na Indústria da Construção, 1981-1989..... 81

CAPÍTULO 3. TERCEIRO PERÍODO (1990-1997): A LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA, A CRISE FINANCEIRA E O CRESCIMENTO DO IED..... 87

3.1. O Governo Liberal e promotor da Globalização..... 87

3.1.1. A Crise Financeira Asiática de 1997 e Reformas Trabalhistas..... 93
3.2. A Liberalização dos IEDs e a Diversificação de Portfólio e do Mercado. 97
3.2.1. Os IEDs nos Países Socialistas, 1990-1997..... 105
3.2.2. Os IEDs no Setor de Mineração, 1990-1997..... 107
3.2.3. Os IEDs na Indústria Manufatureira, 1990-1997..... 109

CAPÍTULO 4. QUARTO PERÍODO (1998-2010): A DIMINUIÇÃO NO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E ACELERAÇÃO DO RITMO DE CRESCIMENTO DE IED..... 113
4.1. Apoio ao IED..... 115

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 123
ANEXOS

INTRODUÇÃO

O investimento externo direto e a internacionalização das empresas sul-coreanas são fenômenos que derivam do processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, que tem início na década de 1960. Segundo estudos da UNCTAD (2011), o investimento estrangeiro direto (IED) em 2010 cresceram 13% em relação ao ano anterior, ultrapassando o patamar de US$1,3 trilhões, porém ainda abaixo dos de US$ 2.2 trilhões alcançado em 2007 devido à crise financeira de 2008. E essa recuperação sinaliza que as empresas obtiveram melhores resultados financeiros já em 2009, alavancando recursos para investir em sua internacionalização.

Hoje as empresas multinacionais são um dos principais agentes de investimento estrageiro direto (IED), bem como um dos principais atores da sociedade. Debater e analisar o processo de internacionalização dessas empresas requer a compreensão de que este processo é indissociável, articulado e dependente de um conjunto de elementos que marcam o período da globalização, em múltiplas escalas e dimensões.

Um período em que a produção científica e tecnológica é cada vez mais resultante de demandas, regras e parâmetros definidos pelo mercado; as grandes empresas adquirem maior poder político, ultrapassando as fronteiras nacionais para a reproduzir o seu capital; e a imposição e o aprofundamento do neoliberalismo, na esfera política, contribui para a permeabilidade das fronteiras.

Consequentemente, essa conjuntura modifica e redefine o território ao mesmo tempo em que intensifica a concentração e disparidade entre os lugares. Essas transformações podem ser compreendidas pela análise do movimento internacional contemporâneo de fatores de produção[1]. Desse modo, o presente estudo visa entender as caracteríticas do fluxo de IED das empresas sul-coreanas dentro do contexto de desenvolvimento econômico nacional e internacional.

Os IEDs realizados por empresas multinacionais é um fenômeno de grande relevância não só para as Ciências Econômicas, como também para a Geografia, pois além dos fatores macro e microeconômicos que viabilizam tal processo, a existência de fatores locacionais pode guiar as formas em que o investimento será

[1] Migração de trabalhadores, empréstimos e investimento estrangeiro direto (IED).

materializado. Esses fatores locacionais podem ser os recursos disponíveis em um país, as condições institucionais, o tamanho e o crescimento do mercado. O que mostra que IEDs também são dotado de conteúdo político envolvendo empresas e Estados, e são seletivos e contribuem para a assimetria entre os lugares.

Na presente pesquisa questões relativas aos direitos humanos, democracia e movimentos sindicais relacionados ao crescimento econômico e das empresas não serão aprofundadas na análise. Mas isso não significa que tais questões sejam irrelevevantes, pelo contrário, compreende-se a importância dos mesmos, porém não será dado relevo.

As empresas dos países desenvolvidos realizam altos investimentos em tecnologia para produzir novos bens com alto valor agregado e pouco vulneráveis à competição de preço (EUH & MIN, 1986). Contudo, os IEDs de países em desenvolvimento possuem características distintas porque as condições de seus mercados internos não tem um papel significativo na geração de vantagens como nos países desenvolvidos.

Nesse sentido, Moon & Roehl (2001) apresentam a “teoria do desequilíbrio” que explica o fenômeno de IEDs das empresas dos países de industrialização tardia. Estas empresas, sem qualquer vantagem de propriedade significativa em comparação com seus concorrentes, investem no exterior para manter ou melhorar sua posição competitiva.

Ao contrário dos IEDs das empresas dos países desenvolvidos destinados a explorar e maximizar os lucros de suas vantagens competitivas, no caso das empresas de países em desenvolvimento, é a falta de vantagens que induzem a realização de IEDs. Pois, ao buscar ativos complementares no exterior, procuram corrigir um desequilíbrio em sua posição competitiva, melhorando a sua produtividade.

E John H. Dunning (1993) explica, com base na estratégia das empresas que vão ao exterior, que o IED é determinado pelas vantagens de propriedade, de localização e de internalização, e classifica os IEDs em quatro tipos: *market seeking*, *resource seeking*, *efficiency seeking* e *strategic assets seeking*.

As empresas com estratégia *market-seeking* realizam suas inversões com o objetivo de alcançar o mercado consumidor local. As que visam *resource-seeking* se internacionalizam em busca de recursos específicos (matéria-prima, mão-de-obra, capacidade tecnológica) a custos menores no país de origem. Aquelas empresas

que objetivam *efficiency-seeking* buscam a racionalização da produção, distribuição e marketing, fazendo uso de vantagens oriundas da diferença de custo dos fatores de produção. E, por fim, os investimentos *strategic asset-seeking*, semelhante ao anterior, focam no alcance de objetivos estratégicos desenvolvendo sua competitividade internacional. Desse modo, os IEDs se constituem em uma forma de buscar no exterior, vantagens escassas no ambiente doméstico.

Ao analisar o caso sul-coreano, percebemos que há uma combinação entre a perspectiva da "teoria do desequilíbrio" de Moon & Roehl e do "paradigma eclético" de Dunning, nos diferentes períodos da história econômica do país.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, em cada capítulo se fez um esforço de reunir os eventos que definem os diferentes períodos dos IEDs da Coreia do Sul.

O primeiro período, de 1968 a 1980, é marcado pelos primeiros fluxos de IEDs das empresas coreanas. Contudo, o governo manteve o controle destes fluxos, já que tais investimentos não poderiam prejudicar os objetivos do desenvolvimento econômico do país. No segundo período, de 1981 a 1989, durante os governos militares de transição, se verifica um aumento dos fluxos com a gradual desregulamentação das leis e simplificação dos procedimentos para a realização de IEDs.

O terceiro período, de 1990 a 1997, é caracterizado pela liberalização dos IEDs das empresas coreanas, em conformidade com a política econômica do governo vigente. Nesse período há um aumento significativo dos investimentos, assim como mudanças qualitativas no portfólio dos IEDs. E, finalmente no quarto período, quando os investimentos em manufatura se consolidam, e o governo passa a incentivar os IEDs.

CAPÍTULO 1

PRIMEIRO PERÍODO (1968-1980): A CONSTRUÇÃO DAS BASES DO DESENVOLVIMENTO SUL-COREANO E OS PRIMEIROS FLUXOS DE IED DAS EMPRESAS COREANAS

O primeiro período que se estende desde 1968 até 1980 é o momento em que são estabelecidas as bases políticas e econômicas para que as empresas sul-coreanas realizem investimentos no exterior.

Todavia, o investimento estrangeiro direto (IED) e a internacionalização das empresas não se constituem em fenômenos isolados no tempo e no espaço. No caso sul-coreano, em especial, estes eventos possuem uma relação estreita com o desenvolvimento econômico nacional, de modo que surgem como consequência das políticas econômicas adotadas pelo governo. Além disso, o comportamento dos investimentos reflete o estágio de desenvolvimento do parque industrial nacional, o ambiente macroeconômico e contribuem para a manutenção dos índices de crescimento econômico nacional e da própria empresa.

Dessa forma, debater e analisar esses fenômenos requer a compreensão de que estes influenciam e sofrem influências de outros eventos, pois são indissociáveis de um conjunto de elementos em escala nacional e internacional.

1.1. O Ideal da Autossuficiência e o Planejamento Econômico

Após a retirada do governo japonês, em 1945, e, mais efetivamente, após a Guerra das Coreias (1950-1953), o país recebeu assistência econômica internacional[2] para a reconstrução e reabilitação de sua economia, pois parque industrial desenvolvido durante o período da colonização japonesa (1910-1945) havia sido destruído ou se encontrava obsoleto[3]. Essa ajuda ocorreu em função do

---

[2] Por inciativa dos Estados Unidos, em dezembro de 1950 foi estabelecida a Agência para a Reconstrução da Coreia das Nações Unidas (sigla em inglês UNKRA) para coordenar o programa de reabilitação econômica (1950-1958). Ao todo, nesse período, 34 países membro da ONU e 5 países não-membros constribuíram com US$ 125,6 milhões dólares (ANEXO I e II). Com isso os EUA queriam manter o controle militar na Coreia do Sul e ganhar apoio das nações não-comunistas, especialmente, na Ásia. Para mais detalhes sobre a UNKRA, ver Lyons (1961).

[3] Lembrando que maior parte do parque industrial foi construído na porção norte da Península Coreana devido à presença de matérias-primas e a proximidade com a região da Manchúria.

interesse geopolítico norte-americano em manter a Coreia do Sul afastada do comunismo. E foi através do capital proveniente da assistência econômica que alguns grupos de empresários surgiram como grandes industriais atuando principalmente no setor de bens de consumo.

O país tinha como presidente Syngman Rhee, desde 1948. Ele permaneceu no poder até 1960, quando renunciou em meio a acusações de corrupção e protestos quanto à estagnação econômica e concentração de riqueza nas mãos de alguns empresários.

> (A) acumulação de capital por parte desses empresários pode ser melhor compreendida por uma análise cuidadosa da dinâmica de interação entre os subsistemas político e econômico da sociedade. Com capitais privados em mãos, eles procuraram as melhores oportunidades para empreendimentos econômicos na economia política existente, ou seja, na ajuda externa. O melhor acesso a essa fonte foi o uso de conexões políticas. Estes empresários tiraram proveito da necessidade urgente por recursos financeiros dos políticos e da corrupção predominante da alta burocracia (KIM, 1976, p.467-468).

Havia também insatisfação da oposição política que queria mudar o sistema parlamentar vigente, e desaprovavam a postura de Rhee, pois ele se mostrava disposto a usar a força para alcançar seus interesses (ECKERT, 1990). Além disso, a elite urbana letrada também estava cada vez mais impaciente com a conjuntura socioeconômica na qual mesmo a mão de obra qualificada tinha dificuldades em se inserir no mercado de trabalho.

Seu sucessor, Chang Myon, foi derrubado em maio de 1961, em um golpe militar liderado pelo general Park Chung-hee[4]. Esse golpe se tornou um marco não somente para a história do país, como também para a sua economia. Imediatamente após o golpe, a burocracia governamental foi reestruturada com a finalidade de instaurar um Estado desenvolvimentista capaz de assegurar um rápido desenvolvimento econômico (KIM, 1997).

Conforme Gap-je Jo (2009), Park Chung-hee considerava essencial desenvolver a economia para que o país se tornasse politicamente independente[5],

---

[4] Park Chung-hee serviu no exército colonial japonês na Manchúria. Nesse período percebeu que um país poderia ser governado pelos militares.

[5] Em coreano, 자주 (自主: Jaju): execução das próprias tarefas sem interferência ou proteção alheia

economicamente autossuficiente[6] e militarmente capaz de se defender sem ajuda externa[7,8]. Por isso, a prioridade durante o regime Park foi o desenvolvimento econômico, meta a ser buscada através da industrialização substituidora de importações e promovendo a exportações dos produtos, pois o país não dispunha de recursos naturais e o seu mercado interno era limitado. Cabe ressaltar que a "autonomia econômica", alegada pelo presidente sul-coreano, nesse caso,

> não significa isolamento e independência completa da economia mundial. Significa uma economia não mais dependente de ajuda externa como a maior fonte de receita que resultou na dependência às nações ou organizações provedoras de assistência. [...]. (A) autossuficiência estava mais relacionada com o sentimento de autonomia e soberania baseada na capacidade de "ganhar" (divisas com as exportações), ao invés de ser separada da economia mundial. Ao contrário, as exportações tornaram a economia sul-coreana bastante dependente da disponibilidade e condições dos mercados estrangeiros (KIM, 1997, p.103-104).

Poucos dias após a tomada do poder, o governo Park, através do "Supremo Conselho para a Reconstrução Nacional"[9], criou a "Comissão para Investigação e Execução das Acusações de Acumulação Ilícita de Riqueza"[10]. No mesmo dia prendeu os presidentes dos maiores *chaebols*[11], submetendo-os a investigações cuja pena consistia em pagamento de multa em relação à riqueza acumulada de forma ilícita.

Essa ação serviu para dois principais propósitos: obter legitimidade e apoio da população, e manter o controle sobre os *chaebols.* Como um governo que se estabeleceu através de um golpe de Estado, precisava demonstrar à população que este estava no poder por interesse público e não pessoal, além de estar comprometido em acabar com a corrupção. E ao disciplinar os *chaebols*, o governo pôde utilizá-los para promover a industrialização do país conforme os seus planos (KIM, 1988a; 1996; AMSDEN, 1989).

Para executar o seu principal objetivo, foi criado o "Conselho de Planejamento

---

[6] Em coreano, 자립 (自立: Jarip): Se manter sem o apoio e subordinação ao outro.

[7] Em coreano, 자위 (自衛: Jawi): Defesa do próprio corpo ou país

[8] Curiosamente essas três premissas também são as bases da "ideologia Juche" atribuída ao ex-presidente norte-coreano Kim Il Sung.

[9] Essa estrutura política utilizada pelo general Park para governar o país.

[10] Em inglês, *Committee for Investigation and Execution of the Illicit Wealth Accumulation Charges*.

[11] Entre os presidentes investigados, o Byung-Chull Lee do grupo Samsung e o Chae Sun Hong da *Keum Sung Textiles* foram penalizados (JONES & SAKONG, 1980 *apud* KIM, 1997).

Econômico”[12] (CPE) composto por economistas e tecnocratas. Este conselho, junto com o Ministério das Finanças e o Ministério do Comércio e da Indústria, foi encarregado de elaborar as políticas econômicas, planejar e implementar cada Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (PQDE) para a industrialização, além de controlar o capital interno e externo, e o orçamento nacional[13].

Com essa finalidade, os bancos foram nacionalizados, colocando a alocação de crédito sob controle do governo, e tornando os *chaebols* e qualquer empresa privada dependente do Estado[14]. Os empréstimos estrangeiros, assim como os investimentos estrangeiros diretos também passaram a ser rigorosamente controlados e monitorados pelo Estado.

> Os bancos nacionalizados foram utilizados pelo regime Park como cenoura para atrair empresas privadas em conformidade com as diretrizes do Estado na economia e como uma vara para punir aqueles que não as seguiam, ameaçando com a retirada de apoio financeiro (KIM, 1997, p.107).

Segundo Alice H. Amsden (1989), “o governo controlou o ritmo da industrialização, ao invés de permitir que as forças do mercado o fizessem” (p.99), havendo assim uma ativa intervenção do governo na economia (KANG, 1990; RHEE, 1994; JWA, 2002). Para Eun Mee Kim (1989), o governo coreano usufruiu de autonomia, já que pôde elaborar e implementar os seus próprios planos de desenvolvimento, principalmente, durante das décadas de 1960 e 1970.

Essa autonomia veio da decisão de tomar empréstimos estrangeiros no lugar de abrir a economia do país[15] para atrair IEDs e multinacionais. A justificativa para tal decisão se apóia em dois principais motivos. Em primeiro lugar, a instabilidade do ambiente político interno e o mercado limitado que não faziam deste país asiático um lugar atraente para as multinacionais.

Em segundo lugar, é que através dos empréstimos o mutuário pode alocar os recursos conforme os seus próprios planos, sem grandes interferências externas. E

---

[12] Em inglês, *Economic Planning Board*.

[13] O CPE chefiava o grupo em suas atividades de controle e coordenação do desenvolvimento econômico. A importância e a força do conselho cresceram a ponto de ser concedido ao seu ministro um poder equivalente ao do Primeiro Ministro a partir de 1963 (EPB 1982; FKI, 1987 *apud* KIM, 1997, p.103).

[14] Com o desenvolvimento econômico, as empresas que não tinham acesso aos recursos financeiros oferecidos pelo Estado, e necessitavam de financiamento, buscaram capital no mercado informal.

[15] William A. Stoever (2002) aponta para o baixo grau de abertura da economia sul-coreana para o fluxo de IED desde a década de 1960.

no caso da Coreia do Sul, os recursos foram direcionados para financiar os investimentos previstos nos PQDEs e, assim, criar o parque industrial nacional, além de proteger o mercado interno. Dessa forma, o capital estrangeiro, na forma de empréstimos[16], contribuiu para fortalecer a autonomia do governo, ao invés de prejudicá-lo (KIM, 1989).

Havia também outras razões pelas quais receber IEDs e multinacionais não foi uma opção considerada pelo governo:

a) esse governo desejava demonstrar soberania e a entrada de empresas estrangeiras seria uma medida contraditória a esse objetivo; e

b) em função da experiência prévia com multinacionais japonesas no período colonial, essa opção não teria apelo junto à população (KIM, 1997), apenas fragilizando a imagem do governo.

De acordo com Eun Mee Kim (1996), não há evidências claras de que no início da década de 1960 houve, por parte do governo, preferência em utilizar os *chaebols*[17], ao invés de empresas de pequeno e médio porte como veículos para o desenvolvimento econômico. Entretanto esses conglomerados eram a única força econômica dotada de estrutura organizacional, recursos humanos, instalações e capital que podiam viabilizar a tarefa de industrializar o país[18]. E, por isso, houve reformas na relação governo-empresa, iniciando pelas ações contra corrupção, como mecionadas acima.

A partir de 1961, a parceria do governo com as grandes empresas privadas se torna formal e institucionalizada, com o governo exercendo sua influência de forma autoritária sobre as empresas. A principal diferença da natureza dessa relação, com o governo anterior, é que “durante o regime Rhee (a relação) era pessoal e combinada, enquanto no regime Park se tornou uma relação formalizada de trabalho

---

[16] Entre 1959 e 1985, o empréstimo externo e o influxo de IED representaram, respectivamente, 92% e 8% do capital externo presente no país (KIM, 1989).

[17] A estrutura organizacional dos *chaebols* é similar com a dos *zaibatsus* japoneses, pois não havia uma estrutura coreana própria até 1910, e as empresas coreanas absorveram a estrutura japonesa, já que foi com essa que tiveram maior período de experiência através de suas subsidiárias durante o período colonial (1910-1945). E entre 1945 e o início do regime Park, não houve tempo hábil para desenvolver uma estrutura organizacional própria e, em 1961, a necessidade do desenvolvimento econômico rápido não permitia executar uma reforma da estrutura dos grandes conglomerados (KIM, 1996).

[18] A formação de empresas estatais seria uma outra opção, porém os membros do governo militar não tinham experiência prévia e a associação do governo dirigindo as empresas seria ariscado para a legitimidade do próprio regime.

sem vínculos em comum" (KIM, 1996, p.112).[19]

Apesar das pequenas e médias empresas (PMEs) terem contribuído com as exportações[20], a participação dos *chaebols* foi essencial para se atingir as metas de desenvolvimento e para o crescimento do próprio conglomerado. Na visão de Sung-Hee Jwa (2002),

> a estratégia de um desenvolvimento econômico liderado pelo governo preparou o terreno para o crescimento *dos chaebols*. (...) O governo deu aos *chaebols* preferência à entrada nas indústrias-alvo, oferecendo incentivos financeiros e fiscais para as empresas escolhidas, e isso dificultou a introdução do espírito de rivalidade nos mercados e amorteceu a perda de terreno para a concorrência externa (p.25-27).

Dotado de recursos financeiros, organização, recursos humanos e estrutura física, os *chaebols* também tiveram incentivos para diversificar a sua produção, muitas vezes em indústrias de outros segmentos, em conformindade com as metas estabelecidas pelo CPE em cada um dos PQDEs. Além disso, o pequeno mercado interno, protegido da competição externa, também contribuiu para o crescimento e diversificação desses conglomerados, já que obter o monopólio no mercado nacional interessava a essas corporações.

Desse modo, o governo teve o papel de oferecer um ambiente em que as grandes empresas poderiam se formar e prosperar, além de garantir somente a essas corporações o direito de propriedade por meio do uso de força coercitiva e arbitrária (JWA, 2002)[21].

1.1.1. Os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico (1962-1981)

Elaborado com a participação de Park Chung-hee, os PQDEs (QUADRO 1.1) são o "esqueleto" das políticas econômicas de médio prazo. Através desses planos, o CPE apresentou as principais orientações, diretrizes e metas, junto com as

---

[19] Kyong-Dong Kim (1976) discorda dessa perspectiva, pois considera como um tipo de favorecimento a alocação de empréstimos externos ou a designação de uma empresa específica para um determinado projeto. Além disso, aponta que tanto os presidentes dos chaebols Lakhee (Lucky, atual LG) e Ssangyong tinham vínculos com a alta burocracia da Assembléia Nacional.

[20] Em 1962, também foi criada a "Korea Trade Promotion Corporation" (atual KOTRA - Korea Trade-Investment Promotion Agency), um orgão do governo, para dar apoio às atividades de exportação.

[21] Sung-Hee Jwa (2002) ressalta que "a economia coreana pertence à categoria de economias com alto custo de transações onde a proteção aos direitos de propriedade é muito fraca e, portanto, a proporção de pequenas e médias empresas é relativamente alta" (p.103).

projeções macroeconômicas, tanto para o cenário internacional como para a economia doméstica. E é com base nessa orientação que os ministérios formulavam os seus planos setoriais. Segundo Amsden (1989 *apud* WHANG, 1986), os planos setoriais raramente eram sujeitos à discussão, e essa falta de consenso na tomada de decisões reflete a imposição de cima para baixo das políticas do governo.

Com o 1° PQDE (1962-1966) o governo visava acabar com o ciclo vicioso da pobreza e estabelecer as bases para desenvolver uma economia autossuficiente. O foco desse plano foi a construção e expansão da infraestrutura (em especial, ferrovias e rodovias) e promover a industrialização por substituição de importações. As indústrias que tiveram destaque foram as produtoras de fertilizantes, cimento, produtos químicos e refinarias de petróleo.

Nesse momento era crucial resolver o problema energético, tendo em vista que a industrialização exigia grandes quantidades de energia elétrica, e a maior parte da geração energérica desenvolvida até então, se encontrava na Coreia do Norte. Essa situação fez com que o governo investisse na construção de hidrelétricas e termelétricas. Neste plano também estava prevista a construção de uma usina siderúrgica integrada, mas por problemas no financiamento e no suporte técnico este item foi suspenso para reconsideração.

Os projetos desse plano foram financiados, em grande parte, com a verba da assistência econômica internacional, empréstimos estrangeiros (intergovernamentais e privados) e poupança interna.

Durante o 1° PQDE, a pedido do exército norte-americano, a partir de outubro de 1965, o exército sul-coreano passou a enviar soldados para a Guerra do Vietnã (1955-1975)[22]. Em troca os EUA forneceriam fundos adicionais para modernizar as forças armadas coreanas (US$ 1 bilhão), acordo conhecido como Brown Memorandum, formamizado em 1966. Como consequência desse acordo e da necessidade dos EUA em mostrar a superioridade da economia capitalista[23] através do crescimento da Coreia do Sul, as empresas coreanas tiveram prioridade para realizar os projetos de construção e transporte do Vietnã.

---

[22] Ao final de 1973, 320 mil soldados da Coreia do Sul haviam participado da guerra, e cada soldado era gratificado com US$ 720 por ano. Isso resultou em um influxo de aproximado de US$ 36 milhões por ano durante 8 anos. (ECKERT, *et al*, 1990; DUNCAN, 2009).

[23] Pois nas décadas de 1950 e 1960 a Europeu Oriental e a Coreia do Norte apresentavam melhor performance econômica do que a Europa Ocidental e a Coreia do Sul (*idem*)..

QUADRO 1.1 – Os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico da Coreia do Sul

	1° PQDE	2° PQDE	3° PQDE	4° PQDE
Período	1962 – 1966	1967- 1971	1972 - 1976	1977 - 1981
Objetivo	**1.** Romper o círculo vicioso da pobreza **2.** Estabelecer a base para o desenvolvimento de uma econômica autossuficiente	**1.** Modernização da estrutura industrial **2.** Promover o estabelecimento da independência econômica	**1.** Crescimento equilibrado e estável **2.** Formar uma estrutura econômica auto-sustentada **3.** Desenvolvimento integrado do território nacional com equilíbrio regional	**1.** Esforço no crescimento estrutural **2.** Promover o desenvolvimento social equilibrado **3.** Inovação tecnológica e aumento de eficiência
Diretrizes da Política Econômica	**A.** Assegurar o fornecimento energético **B.** Corrigir os desequilíbrios estruturais da economia nacional **C.** Expandir a infra-estrutura e o capital social fixo **D.** Utilizar de recursos ociosos **E.** Melhorar o equilíbrio da balança de pagamentos **F.** Promover o desenvolvimento técnico	**A.** Autossuficiência alimentar e desenvolver da silvicultura e da pesca **B.** Estabelecer as bases para a industrialização avançada **C.** Melhorar o equilíbrio da balança de pagamentos **D.** Aumentar o emprego, promover o planejamento familiar e supressão do crescimento populacional **E.** Diversificar a produção agrícola e melhoria do rendimento agrícola **F.** Aumentar a produtividade com desenvolvimento da ciência e tecnologia e dos recursos humanos	**A.** Autossuficiência em grãos **B.** Melhorar o ambiente agrícola e de pesca **C.** Melhorar o equilíbrio da balança de pagamentos **D.** Maximizar as exportações **E.** Aumentar a estrutura industrial promovendo a indústria química e pesada **F.** Desenvolver a força de trabalho e a ciência e tecnologia **G.** Expandir o capital social fixo **H.** Desenvolvimento eficiente dos recursos territoriais e distribuição adequada da indústria e da população **I.** Melhorar o bem-estar nacional	**A.** Esforço em atrair investimentos financeiros **B.** Obter equilíbrio na balança de pagamentos **C.** Reestruturação industrial e competitividade internacional **D.** Aumentar as oportunidades de emprego e desenvolvimento da mão de obra **E.** Expansão de novos projetos comunitários **F.** Melhorar o bem-estar nacional **G.** Expandir o investimento em ciência e tecnologia **H.** Melhorar a gestão econômica e institucional
Indústrias	Energia elétrica, fertilizantes, petróleo refinado, cimento e fibras sintéticas	Aço, máquinas e equipamentos, construção, alimentícia substâncias químicas	Ferro e aço, equipamento de transporte, máquinas, navios, petroquímica, automobilística, eletrônica e nuclear	Ferro e aço, máquinas e equipamentos, navios, petroquímica, automobilística e eletrônica.
Crescimento Previsto	7,1%	7,0%	8,6%	9,2%
Crescimento Alcançado	7,9%	9,7%	10,2%	5,7%

Fonte de Dados: Governo da República da Coreia (1962, 1966, 1971, 1976), Eckert *et al* (1990) e Rhee (1994). Elaborado por Priscila Helena Lee.

O objetivo do 2° PQDE (1967-1971) era modernizar a estrutura industrial, e seguir buscando a independência econômica através da promoção de exportações. Diversificar a produção agrícola, investir em indústria de base (siderurgia e máquinas) e no setor de construção eram prioridades. Para tanto, foram contraídos empréstimos estrangeiros para adquirir bens de capital da indústria leve que, por sua vez, iria produzir para substituir importações e exportar a sua produção. As divisas estrangeiras geradas com as exportações foram, em parte, usadas para pagar as dívidas acumuladas durante das décadas de 1950 e 1960.

O plano de construir uma usina siderúrgica integrada se concretiza durante o 2° PQDE. Em março de 1968 é aprovado o projeto de construção da *Pohang Iron and Steel Company* (atual POSCO). O crescimento da demanda interna por aço, e a necessidade de aliviar a balança comercial eram as principais razões para construir uma usina siderúrgica. Assim, apesar das críticas[24], o governo avançou com esse projeto.

A partir dos resultados acumulados nos dois primeiros PQDEs, e seguindo as mudanças nas políticas industriais dos planos subsequentes, é que a diversificação dos grandes conglomerados para ramos econômicos não relacionados se intensifica. Essa diversificação horizontal se torna outra forte característica dos *chaebols*.

A mudança na política econômica foi decorrente de uma série de acontecimentos que alteraram o cenário econômico e geopolítico internacional, causando a preocupação de Park Chung-hee. Dentre elas podemos destacar (ECKERT *et al*, 1990):

a) a declaração[25] do presidente norte-americano Richard Nixon (1969-1974), em julho de 1969, que diminuía a participação e responsabilidade militar norte-americana, caso alguma nação aliada fosse agredida;

b) a decisão de retirar das tropas norte-americana no Sudeste Asiático;

c) o fim do padrão ouro-dólar de conversão em 1971, devido à constante tensão fiscal nos Estados Unidos, resultante do déficit da balança de pagamentos

---

[24] Engenheiros e economistas dos países desenvolvidos consideravam a capacidade produtiva inicial estipulada (de 1,03 milhões de toneladas ao ano) muito alta para o tamanho do mercado sul-coreano. Em grande parte o projeto foi financiado com capital oriundo do governo japonês, e o suporte técnico das siderúrgicas japonesas, principalmente da *Nippon Steel Corporation* (LIM, 2005). Em 1965, os dois países reestabeleceram as relações diplomáticas.

[25] Conhecida como Doutrina Nixon, o presidente norte-americano afirmou a necessidade de buscar a paz. E, a partir daquele momento, se alguma nação aliada sofresse agressão, a esta caberia prover a maior parte dos soldados para o combate, diferentemente de como vinha ocorrendo.

causada pela participação na Guerra do Vietnã (1959-1973);

d) o estabelecimento de quotas para a entrada das exportações sul-coreanas; e

e) a reaproximação dos EUA com a China e a União Soviética.

Essa sucessão de acontecimentos contribuiu para desacelerar o ritmo do crescimento das exportações de uma economia que já se encontrava com alto nível de endividamento. Para seguir estimulando as exportações e os investimentos o governo adotou medidas de estabilização: desvalorizou a moeda em 12% e diminuiu a taxa de juros dos bancos (AMSDEN, 1989, p 96).

Diante da instabilidade e insegurança no cenário nacional e internacional, em dezembro de 1971, Park Chung-hee declara estado de emergência, e promove alterações no 3° PQDE e na política do país, em direção a um governo mais autoritário.

Em sua visão, tanto para dar legitimidade ao estabelecimento de um governo autoritário, como para superar os limites das exportações da indústria leve intensiva em mão de obra, e promover investimentos na defesa, era indispensável promover a indústria pesada. Nesse sentido, Park organizou a "Segunda Secretaria Econômica" (SSE)[26] que passa a planejar e implementar políticas para a defesa e para a indústria pesada. Assim, ao invés de realizar ajustes, optou-se por seguir com os investimentos na capacidade produtiva.

O plano inicial do 3º PQDE tinha como objetivo promover uma transição gradual dos incentivos da indústria leve para a indústria pesada, focando, primeiramente, na indústria intensiva em mão de obra como a eletrônica e a naval. Contudo, diante da nova conjuntura internacional e nacional, o 3°PQDE (1972-1976) foi reformulado para desenvolver a indústria química e pesada de alta tecnologia, principalmente a de máquinas[27]. As fontes primárias para os investimentos foram o "Banco de Desenvolvimento da Coreia"[28] e o "Banco de Câmbio da Coreia"[29],

---

[26] Em inglês, *Second Economic Secretariat*. Essa secretaria passa a ter maior poder de decisão e de implementação política que o Conselho de Planejamento Econômico.

[27] A diferença do desenvolvimento regional na Coreia do Sul se torna muito mais evidente nesse momento, pois Park optou por localizar os novos complexos industriais na região sudeste, especialmente nas Províncias *Kyeongsang*, onde está a sua cidade natal. Poucas indústrias foram localizadas na região sudoeste, onde estão as Províncias *Jeolla*, a terra natal de seu Rival político Kim Dae Jung. A justificativa era localizar a indústria química e pesada o mais longe possível da fronteira com a Coreia do Norte, porém, *Jeolla* se encontra tão longe da fronteira quanto *Kyeongsang* (GRAHAM, 2003, p.53).

[28] Em inglês, *Korea Development Bank*. Fundado em 1954

respectivamente, responsáveis pelos investimentos de longo prazo e de curto e médio prazo.[30]

Segundo Jong-Chan Rhee (1994), inicialmente, as empresas não estavam dispostas a investir na indústria química e pesada, porque consistia em projetos de investimento elevado, sem garantias de retorno em uma conjuntura desfavorável. Entretanto, o governo fez uso do seu poder coercitivo, forçando os empresários a diversificar seus negócios nessa direção, além de oferecer incentivos financeiros, no caso, redução dos custos das transações financeiras. E Eun Mee Kim (1988a) salienta que foi aprovado um "Decreto de Emergência" visando resgatar algumas empresas da falência. Esse decreto, no fim, favoreceu o crescimento e diversificação dos *chaebols* transformando a relação Estado-*chaebols* de antagônica para simbiótica.

A persistência no objetivo de desenvolver a indústria pesada, trouxe a necessidade de maior controle sobre os possíveis movimentos dissidentes originários da classe trabalhadora e dos pequenos e médios empresários. Assim, em outubro de 1972, Park declara lei marcial, dissolvendo os partidos e suspendendo a Constituição.

Nesse momento o regime Park chega ao auge do autoritarismo. O cidadão perde o direito de liberade de expressão, de deslocamento dentro do país, e de manifestação política. Após dois meses, sob o controle da autoridade militar, é aprovada em plebiscito público forçado a Constituição *Yushin*[31], em que concede ao presidente grandes poderes, além do direito de reeleição sem limites.

Eckert *et al* (1990) afirma que foi, em grande parte, o compromisso de Park com o crescimento econômico que o levou a um maior autoritarismo na década de 1970. Isso porque a estrutura socioeconômica por ele criada e desenvolvida se tornara cada vez mais complexa, de difícil controle, e vulnerável a forças externas no sistema internacional capitalista.

A crise do petróleo, em 1973, aprofundou a desaceleração econômica, com aumento da taxa de desemprego, inflação, deterioração do comércio exterior e da balança de pagamentos. E como medidas para estabilizar a economia, em janeiro

---

[29] Em inglês, *Korea Exchange Bank*.

[30] O plano estabelecia um investimento de US$ 3,8 bilhões em capital doméstico e US$ 5,8 bilhões em capital estrangeiro entre 1973 e 1981 (RHEE, 1994).

[31] Leitura coreana dos ideogramas "維新" que significa "restauração", assim como a Restauração Meiji.

de 1974, o governo novamente desvalorizou a moeda para não comprometer as exportações e introduziu uma série de medidas para estimular e indústria, como:

- a amortização para investimentos em máquinas e equipamentos utilizados pela produção interna;
- fundo com juros baixos para estimular investimento privado; e
- pagamento antecipado de grande parte do orçamento de projetos de construção, manufatura e fornecimento, previstos para iniciar em 1975, para estimular a produção e o emprego.

Essas medidas junto aos investimentos na indústria pesada e química e na infraestrutura, no geral, estimularam a produção da indústria.

Em 1977, o presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter (1977-1981), anunciou a retirada gradual das tropas norte-americanas da Coreia do Sul (HAN, 1978). Para o governo Park Chung-hee, esse fato tornou os investimentos em defesa ainda mais prioritários. Assim, o 4° PQDE (1977-1981) manteve o objetivo de fomentar a mudança estrutural da indústria, com o contínuo investimento na indústria química e pesada, e no desenvolvimento da ciência e tecnologia, além de manter as políticas de exportação para fortalecer a balança de pagamentos.

Apesar das empresas terem alcançado os objetivos traçados pelo Estado, ao final dos anos 1970, a economia mostrava sinais de superaquecimento e passando por sérias dificuldades estruturais. Pois, por um lado, as indústrias estavam operando com capacidade ociosa, devido à desaceleração da economia nacional e internacional e, por outro lado, se encontravam com altos níveis de endividamento (RHEE, 1994; SMITH, 1999), como se pode observar na TABELA 1.1.

TABELA 1.1 – Dívida Externa e Serviço da Dívida da Coreia do Sul, 1963-1980

PQDE	Ano	Dívida Externa (em milhões US$)	Dívida de Longo Prazo (%)	Dívida sobre o PNB* (%)	Serviço da Dívida sobre o PNB* (%)	Serviço da Dívida sobre as Exportações** (%)
1°	1963	157	85,99	4,06	0,05	2,30
	1964	177	94,35	5,29	0,15	4,17
	1965	206	98,54	6,81	0,46	8,00
	1966	392	98,21	10,26	0,34	5,20
2°	1967	645	89,77	13,62	0,72	10,15
	1968	1,199	92,58	20,07	0,77	9,47
	1969	1,800	89,22	24,07	1,20	13,68
	1970	2,245	83,39	25,48	2,84	28,34
	1971	2,922	83,61	30,06	3,28	28,16
3°	1972	3,589	82,17	33,95	3,87	24,40
	1973	4,260	83,54	31,55	4,35	17,87
	1974	5,937	79,13	32,01	3,25	13,33
	1975	8,456	71,51	40,55	3,38	14,01
	1976	10,533	71,09	36,73	3,50	12,85
4°	1977	12,648	70,63	33,79	3,58	13,33
	1978	14,871	74,08	29,71	4,16	16,38
	1979	20,500	67,80	31,75	4,03	17,68
	1980	27,356	61,22	44,68	4,81	17,13
	1981	32,490	63,80	48,34	5,53	17,98

*PNB, Produto Nacional Bruto.
**Exportação de mercadoria
Fonte: *Bank of Korea* e *Economic Planning Board* (AMSDEN, 1989, p.95).

Nesse momento a competitividade internacional das exportações coreanas também estava comprometida devido aos aumentos dos salários nominais, sobrevalorização da moeda coreana e sub-investimento no desenvolvimento de tecnologia e formação de recursos humanos qualificados. Além disso, as elevadas taxas de desemprego, inflação, especulação imobiliária, bem como a falta de produtos básicos devido à má colheita agrícola geraram insatisfação da população. A população também vinha demonstrando insatisfação com o governo autoritário.

Em 1978, o Conselho de Planejamento Econômico (CPE) já havia apontado para a necessidade de reformas na política econômica, e apresentado um programa de estabilização da economia que consistia em estabilização dos preços e estabelecimento de um sistema de mercado competitivo através da liberalização. Contudo, a decisão de adotar essa proposta veio apenas em abril de 1979

(AMSDEN, 1989, p. 104). E com a segunda crise do petróleo, em julho do mesmo ano, seguido pelo assassinato do Presidente Park Chung-hee, em outubro, a execução deste programa foi adiada.

Após o assasinato, o primeiro-ministro Choi Kyu-hah (1979-1980) assumiu o poder, porém sofreu o golde de Estado liderado pelo general Chun Doo-hwan, em dezembro de 1979. A partir de então, Chun passa a atuar através do governo de Choi até assumir oficialmente a presidência, em fevereiro de 1981. Nesse momento os políticos relacionados a Park Chung-hee foram presos, os movimentos democratizantes foram massacrados[32], e uma série de greves trabalhistas começou a surgir (AMSDEN, 1989; ECKERT *et al*, 1990, DUNCAN, 2009)[33].

1.1.2. A Diversificação dos Principais Chaebols

A palavra *chaebol* é o termo utilizado para identificar os conglomerados da Coreia do Sul, da mesma forma que *zaibatsu* é a denominação para os conglomerados japoneses. As duas palavras, na raíz, são a romanização da leitura, em cada idioma, dos mesmos ideogramas chineses (財閥) que significam, literalmente, "família com poder econômico".

Entretanto, *chaebol* é uma palavra que passou a ser associada ao contexto empresarial e utilizada para designar os grandes conglomerados coreanos (AMSDEN, 1989; KIM, 1997; KIM, 2005). Os *chaebols* são corporações gerenciadas pela família proprietária, que opera em setores variados da economia, com um número grande de ativos combinados, flexibilidade para mobilizar tecnologia e capital (KIM, 1991; 1993).

Embora os *chaebols* desse período tenham sido fundados antes da década de 1960, a sua diversificação ganhou força durante a década de 1970. Além das políticas industriais, entre os fatores que contribuíram para este rápido crescimento, temos: o ambiente geopolítico (CHANG, 2003), o empreendedorismo agressivo e enérgico, a forte organização e gestão, e a disponibilidade de mão de obra barata até 1980 (CHOI & COWING, 2002).

---

[32] Como o movimento de Gwangju, em maio de 1980.

[33] "Ironicamente, a indústria química e pesada nos anos de 1970 trouxeram trabalhadores relativamente bem instruídos para dentro das fábricas, proporcionando um terro fértil para a mobilização sindical." (KIM, 1997, p.171).

As grandes empresas tendem a diversificar a sua produção conforme o seu crescimento, pois com ela se pode melhorar a performance e reforçar a competitividade da empresa. A diversificação é associada a mudanças nas características da linha de produtos e/ou mercado, pois ela, em geral

> (...) exige novas habilidades, novas técnicas e novas instalações. Como resultado, quase invariavelmente leva a mudanças físicas e organizacionais na estrutura da empresa, que representa uma ruptura distinta com a experiência em negócios do passado (ANSOFF, 1957, p.114).

E esta pode ocorrer, basicamente, por duas formas: aumentando o escopo de produtos (diversificação por produto) ou introduzindo produtos em novos mercados (diversificação por mercado). Sendo que cada uma dessas formas pode ocorrer tanto no mercado interno como no mercado externo. E, segundo H. Igor Ansoff (1957), a diversificação pode ser classificada em três tipos, a seguir:

- Diversificação vertical: quando a empresa passa a produzir componentes, insumos, se tornando fornecedora de si mesma. Este tipo de diversificação agrega conhecimento tecnológico à linha de produção existente.
- Diversificação horizontal: quando há introdução de novos produtos não relacionados à produção existente que, porém, exploram a experiência prévia (*know-how*, tecnologia, finanças e marketing) da empresa. Assim, a empresa amplia a gama de clientes aumentando as suas vendas.
- Diversificação lateral: quando a empresa investe em negócios diferentes do presente em que não possuem nenhuma experiência prévia, visando a estabilidade nas vendas, mesmo em período recessivo. Com este tipo, a empresa amplia a sua base tecnológica.

Diferentemente da diversificação nos países desenvolvidos, onde, em geral, as empresas realizam a diversificação vertical, a diversificação dos conglomerados coreanos se deu em indústrias não relacionadas.

Na classificação de Asnoff seria uma “diversificação lateral”. Todavia, Alice H. Amsden (1989) e Eun Mee Kim (1997) utilizam o termo “diversificação horizontal” para designar a forma e a característica peculiar da diversificação dos *chaebols*. E Sung-Hee Jwa (2002) aponta para o fato de que a diversificação dos *chaebols* é especificamente uma diversificação que se dá com o aumento do número de

subsidiárias e não apenas em linhas de produtos.

No presente trabalho, independente da nomenclatura, considera-se que a diversificação dos conglomerados coreanos ocorreu tanto em negócios relacionados como não relacionados, através da ampliação do número de empresas afiliadas e das linhas de produtos. Isso porque, apesar da diversificação em negócios não relacionados chamar a atenção, a diversificação em negócios do mesmo ramo também é observada.

Nesse período, o escopo da diversificação abrangeu desde a indústria leve de substituição de importações até a indústria de base, química e pesada, incluindo nesse leque, a indústria da construção (QUADRO 1.2).

QUADRO 1.2 – A Diversificação dos *Chaebols* até 1979

Chaebol	**Fundação**	**até 1959**	**1960-1969**	**1970-1979**
Hyundai	1947	Comércio e construção	Cimento e indústria automobilística	Indústria pesada e naval
		3	4	20
Samsung	1948	Comércio, refino de açúcar e produtos têxteis	Papel, eletrônicos, fertilizantes, seguro	Hotéis, construção, comp. eletrônicos, indústria pesada, tecido sintético, petroquímica, indústria naval
		4	6	11
Daewoo	1967		Produtos têxteis	Eletrônicos, construção, indústria pesada e naval.
		0	1	21
LG	1947	Cosméticos e produtos de higiene	Plástico, eletrônicos, petroquímica, equip. de comunicação, seguro	Componentes eletrônicos e indústria química
		3	5	10
Ssangyong	1954	Comércio, produtos têxteis, e seguro	Cimento, papel e transporte marítimo	Refino de petróleo, indústria pesada e construção
		3	3	6
SK	1953	Fibras sintéticas	Produtos têxteis	Petroquímica
		1	1	7
Hanjin	1945	Comércio e transporte	Transporte aéreo, marítimo, turismo, seguro e construção	Transporte, refino de petróleo, indústria pesada
		1	5	6

Fonte de Dados: Chang (2003) e Kang (2001). Adaptado por Priscila Helena Lee.

Quatro fatores explicam essa característica dos *chaebols*. Em primeiro lugar, as diretrizes das políticas industriais adotadas pelo governo desenvolvimentista pois, para as empresas, se envolver no desenvolvimento de indústrias promovidas pelo governo significava receber os incentivos fiscais e ter acesso preferencial aos

empréstimos estrangeiros, mesmo quando as condições do mercado interno e externo não eram favoráveis. Por outro lado, a empresa que se negasse a investir na indústria promovida pelo governo tinha acesso restrito a qualquer forma de apoio, podendo comprometer os seus negócios. E sendo

> os regulamentos e as barreiras (...) componentes da política industrial em que a permissão explícita do governo é necessária para a entrada (no setor), é interessante ressaltar que regulamentos de entrada e barreiras de saída estabelecidos pelo governo também estimularam o *chaebol* a prosseguir com estratégia de diversificação. De fato, uma vez que o governo permitiu a entrada, as empresas selecionadas são mantidas no setor durante o maior período possível (...). Não é de estranhar, portanto, ao descobrir que com este tipo de política industrial, o *chaebol* tem demonstrado uma tendência de antecipar os movimentos estratégicos em áreas de negócios não relacionados (JWA, 2003, p.65-66).

O segundo fator era o tamanho do mercado interno. Sendo este limitado, não era favorável à especialização da produção. Em terceiro lugar, a baixa produtividade dos fornecedores no mercado interno induziu as grandes empresas a diversificar sua produção, criando o seu próprio fornecedor, para suprir a demanda. Nesse sentido, a falta de proteção aos direitos de propriedade atuou a favor dos *chaebols* que puderam diversificar sua produção.

Em quarto lugar, a diversificação foi uma opção estratégica para obter independência e autonomia em relação ao Estado (KIM, 1990). Com os bancos nacionalizados e os chaebols proibidos de criarem o seu próprio banco, as empresas passaram a investir em serviços financeiros não-bancários, por exemplo, seguro, título financeiro e em serviços financeiros de curto prazo.

E foi através da diversificação que as empresas puderam se inserir nos mercados internacionais de pequeno e médio porte, em função da competitividade do preço de seus produtos. Incialmente, essa vantagem das empresas coreanas se explica pela disponibilidade de mão de obra barata no mercado interno. Assim, apesar da falta domínio técnico e tecnológico, os *chaebols* puderam explorar um novo nicho do mercado internacional e, ao mesmo tempo, dispersar os riscos (AMSDEN, 1989; KIM, 1997; JWA, 2003).

Apesar das políticas econômicas adotadas do 1° ao 4° PQDE terem favorecido o crescimento e a diversificação dos *chaebols*, não se pode negar o papel da liderança e do empreendedorismo dos fundadores desses grandes conglomerados. Além disso, como Eun Mee Kim (1997) e Sea-jin Chang (2003)

mostram, os maiores *chaebols* do regime Rhee não aparecem na lista dos 10 maiores coglomerados ao final da década de 1970, com exceção dos grupos Samsung e LG (QUADRO 1.3).

QUADRO 1.3 – Ranking dos 10 maiores *Chaebols* entre 1950 e 1974

Ranking	1960	meados de 1960	1972	1974
1	Samsung	Samsung	Samsung	Samsung
2	Samho	Samho	LG	LG
3	Gaepung	LG	Hanjin	Hyundai
4	Daehan	Daehan	Shinjin	Hanjin
5	LG	Kaepung	Ssangyong	Ssangyong
6	Dongyang	Samyang	Hyundai	SK
7	Keukdong	Ssangyong	Daehan	Korea Explosives
8	Hankook Glass	Hwashin	Hanwha	Daenong
9	Donglip	Panbon	Kukdong	Dong Ah Construction
10	Taechang	Dongyang	Daenong	Hanil Syn. Textile

Fonte: Kim (1997, p.124) e Chang (2003, p.50)

Além dessas condições gerais que contribuíram para o crescimento dos conglomerados coreanos, há também o investimento estrangeiro direto (IED) que, de certa forma, agregaram para o crescimento e internacionalização das empresas e, consequentemente, da economia.

Apesar dos movimentos de IED terem ganhado força a partir da década de 1980, os primeiros fluxos de IED da Coreia do Sul ocorreram na década de 1960.

1.2. A Institucionalização do IED e os Primeiros Movimentos

O investimento estrangeiro direto (IED) objetiva o controle de uma empresa no exterior através da criação de subsidiárias (investimento *greenfield*) ou aquisição de uma quantia de ações de uma empresa já existente (investimento *brownfield*), permitindo o seu controle direto (MARKUSEN, 2008) para obter um lucro duradouro (OECD, 1999)[34]. Ou seja, é uma modalidade de investimento que visa a inserção no

[34] O FMI e a OECD estabeleceram que para ser considerado IED a empresa deve possuir pelo menos 10% do controle acionário, porém essa padronização não é seguida por alguns países, pois a influência de uma empresa sobre a outra não depende exclusivamente da quantia de ações, senão também da forma como a empresa está estruturada. (FMI, 1993; OECD, 1999). E no presente trabalho são considerados IEDs os investimentos inferiores a 10%, pois essa é a postura oficial do

mercado externo através da gestão de uma empresa em território estrangeiro. E a empresa multinacional (EMN) se destaca como um dos principais agentes de IED, em que a internacionalização da produção ganha força em escala mundial na década de 1950 e 1960 (GONÇALVES, 1992). Entretanto, no caso da Coreia do Sul, como um país de industrialização tardia, suas empresas entram nesse processo com atrasado em relação aos países desenvolvidos.

O primeiro investimento estrangeiro direto (IED) da Coreia do Sul que se tem registro é de 1959, ainda no governo Rhee. Foi um investimento realizado pela *Korea Tungsten Mining Inc*.[35] para compra um imóvel em Nova Iorque (PATTNAIK & KWON, 2006), onde inaugurou, em junho de 1961, o seu primeiro escritório fora do país, com a finalidade de facilitar as transações de exportação do seu produto. Outro escritório foi estabelecido em Londres no mesmo ano. Na década de 1960, essa empresa era a principal responsável pela entrada de divisas estrangeiras no país através da exportação de seus produtos.[36]

Quando Park Chung-hee assume a presidência, ele proibe o IED de empresas privadas em função da fragilidade da economia doméstica e da escassez de moeda estrangeira para realizar o investimento. Contudo, ao final da década de 1960, o governo reconhece a importância dos IEDs como gerador de divisas externas ao país, uma vez que as subsidiárias retornassem seu rendimento ao país. Assim, o governo estabelece políticas específicas com condições e diretrizes para os investimentos estrangeiros.

Então, o conceito de “investimento estrangeiro” surge oficialmente na história da política econômica sul-coreana em dezembro de 1968, quando é estabelecido um novo capítulo entitulado “Investimento Estrangeiro” na “Lei de Gestão de Câmbio”[37]. Nesse capítulo foi redigido a primeira estrutura normativa para os IEDs da Coreia do Sul: as formas e procedimentos para as empresas obterem as licenças para investir no exterior (HA, 2010).

---

governo sul-coreano.

[35] Estabelecida em 1952 como empresa estatal, era fabricante de ferramentas e pó de tungstênio e outras ferramentas metálicas de corte. E junto com o governo sul-coreano fundou a siderúrgica POSCO, em 1968.

[36] Essa empresa esteve envolvida no incidente conhecido como "dólar de tungstênio". Em 1952, Syngman Rhee alocou mais de US$ 3 milhões, provenientes da exportação de tungstênio, para 40 empresas privadas com a finalidade de importar grãos e fertilizantes. Essas empresas obtiveram grandes lucros com a variação cambial. Em troca desse favor, o Syngman Rhee obteve apoio na Emenda Constitucional que levou à sua reeleição no mesmo ano.

[37] Em inglês, *Law of Foreign Exchange Management*.

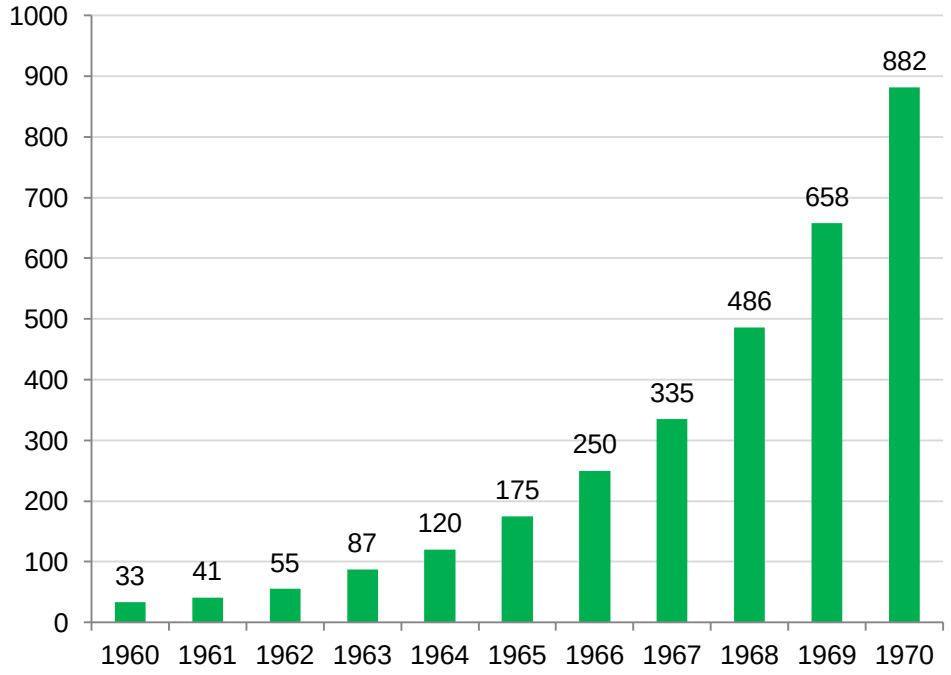
Apesar dessa institucionalização, o aprofudamento do déficit da balança de pagamentos (TABELA 1.1) devido aos empréstimos estrangeiros contraídos para a industrialização, e o risco desindustrialização da economia doméstica com a abertura de subsidiárias eram as principais preocupações do governo. Tal situação poderia prejudicar o principal objetivo do governo e, por isso, o IED foi permitido apenas para um número limitado de setores.

A permissão do IED ocorria apenas para projetos que tinham o propósito de: garantir o abastecimento e desenvolvimento de matérias-primas e insumos não encontrados no mercado interno; transferir uma indústria para o exterior a fim de recuperar a competitividade internacional; remover gargalos; e promover de exportações da produção nacional; e não a subsidiária poderia reter no exterior um valor superior a US$ 10mil (KUMAR & KIM, 1984; Ministério das Finanças, 2002; PATTNAIK & KWON, 2006; HA, 2010; YEO, 2010). Havendo, portanto, uma gestão rigorosa do fluxo de saída dos IEDs.

Após a normatização, o primeiro caso de IED ocorreu em 1968. A *Korea Development Inc.* investiu US$ 2,85 milhões em silvicultura na Indonésia. O objetivo desse investimento era fornecer matéria-prima para a indústria nacional de madeira compensada. Assim, o IED coreano, entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, concentrou na busca de recursos naturais (mineração e silvicultura), comércio exterior e, em menor escala, a indústria da construção (KUMAR & KIM, 1984; EUH & MIN, 1986; KOO, 1985 *apud* KIMURA & LEE, 1998; YEO, 2010), em concordância com as prioridades da política econômica nacional.

No entanto, a convergência entre o aumento constante das exportações ao longo da década (GRÁFICO 1.1), o crescimento do parque industrial, e a concessão de projetos no Vietnã e no Oriente Médio, respectivamente, em meados da década de 1960 e início da década de 1970, reforçaram a necessidade de realizar IED. Tanto como uma forma de garantir o suprimento de matérias-primas, como também para expandir o mercado.

GRÁFICO 1.1 – Crescimento das Exportações da Coreia do Sul, 1960-1970



Fonte de Dados: Bank of Korea e National Statistical Office[38]. Elaborado por Priscila Helena Lee.

Assim, na segunda metade da década de 1970 o escopo dos setores com permissão para realizar o IED foi ampliado. Os investimentos no comércio e na construção cresceram significativamente e o setor manufatureiro também passou a investir no exterior. Além disso, nesse momento, novos conteúdos foram agregados à estrutura normativa existentes.

Em 1975 foram estabelecidos os "Princípios Orientadores do Investimento Estrangeiro Direto e Gestão Pós-investimento"[39]. Estes previam que:

- o Banco da Coreia[40] se encarregaria de autorizar os projetos de IEDs e acompanhar seus procedimentos;
- as empresas tinham o dever entregar relatórios sobre as suas atividades no exterior ao governo; e
- os representantes do governo em território estrangeiro, como embaixadas e consulados, tinham a missão de supervisionar as operações de IED.

Entretanto, é apenas em 1978 que as regulamentações para a aprovação de

[38] Bank of Korea <http://www.bok.or.kr>, National Statistical Office <http://www.nso.go.kr>. Acesso em 11 de julho de 2011.
[39] Em inglês, *Guiding Principles of Foreign Direct Investment and Post-Investment Management*.
[40] Em inglês, *Bank of Korea*, o Banco Central do país.

IEDs se tornam mais concretas. Passa a ser obrigatório a todos os planos de IEDs receberem aprovação prévia do Banco da Coreia mediante a uma avaliação do projeto de investimento, antes de formalizar qualquer contrato ou obter a autorização do país extrangeiro.

Os critérios para a aprovação do projeto eram, em primeiro lugar, era avaliado se o investidor possuía liquidez suficiente através do balanço entre o seu capital social e o empréstimo a ser alocado para o investimento. E em segundo lugar, eram apenas aceitos os projetos de investidores com experiência no setor. O financiamento dos projetos aprovados se fez por meio do Banco de Exportação e Importação da Coreia. A autorização era classificada em três categorias: proibido, derrogado e apoiado (Ministério das Finanças, 2002; EUH & MIN, 1986).

Porém, o crescente protecionismo no cenário internacional, ao longo da década de 1970, atingiu diretamente a economia sul-coreana em função da sua dependência de matérias-primas e insumos provenientes do exterior e dos mercados estrangeiros para a exportação de seus produtos. Essa situação no final da década exigiu maior esforço na busca de fontes alternativas de recursos naturais, ao mesmo tempo que fez o governo coreano perceber a necessidade de aumentar os IEDs das empresas para contornar essa conjuntura.

A saída encontrada a fim de aumentar a propoção de IEDs foi simplificar os procedimentos e as regulamentações para os investimentos, bem como, o relaxamento dos pré-requisitos para a aprovação dos projetos (PATTNAIK & KWON, 2006; HA, 2010). No fim de 1978 foi criado o “Comitê de Investimento Estrangeiro”[41] (CIE) que propôs a extinção da etapa de aprovação prévia do plano de investimento. Essa decisão entrou em vigor apenas em 1981, devido às mudanças na esfera política.

De acordo com os dados do Banco de Exportação e Importação da Coreia, entre 1968 e 1980, ocorreram 720 casos de investimento que somaram um volume de US$ 327,9 mil. Entre esses investimentos, as empresas grandes foram responsáveis por 67,8% dos casos e 86,8% do volume (TABELA 1.2).

Fenômeno que se explica pelo sistema de desenvolvimento econômico do país ter corroborado com o crescimento das grandes empresas. Consequentemente, essas corporações, dotadas de melhores estruturas organizacionais e acessos a

---

[41] Em inglês, *Committee of Foreign Investment*.

recursos financeiros tiveram maiores possibilidades para realizar IEDs.

TABELA 1.2 – IED Sul-coreano por Tamanho da Empresa, 1968-1980

Tamanho da Empresa	Investimentos		Volume	
	Casos	%	em mil US$	%
Empresa Grande	488	67,78	284.523	86,77
Pequena e Média Empresa	227	31,53	43.256	13,19
Outros	5	0,69	131	0,04
TOTAL	**720**	**100,0**	**327.910**	**100,0**

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Contudo, não se pode ignorar a participação das pequenas e médias empresas, já que estas realizaram 59,0% dos investimentos no setor primário, 23,5% dos IEDs em manufatura, 19,9% dos investimentos em comércio e 18,3% de IEDs em construção.

Quanto à taxa de participação no investimento, houve uma preferência por investimentos únicos que representam 51,1% do total de casos (TABELA 1.3). Porém, em termos de volume, os investimentos menores que 10% somaram 59% do volume total.

TABELA 1.3 – IED Sul-coreano conforme a Participação no Projeto, 1968-1980

Taxa de participação	Investimentos		Volume	
	Casos	%	em mil US$	%
≤ 10%	236	32,8	193.579	59,0
10% > 50%	56	7,8	28.780	8,8
50%	22	3,1	18.807	5,7
50% >100%	38	5,3	30.512	9,3
100%	368	51,1	56.231	17,1
TOTAL	**720**	**100,0**	**327.910**	**100,0**

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Das participações menores que 10%, 86,3% do volume de US$ 193,6 milhões se destinaram para o setor financeiro, principalmente para os Estados Unidos, Bahrein e Cingapura. Dos investimentos maiores que 10% e menores que 50%, 33% foram para a construção no Oriente Médio; 28,2% para a indústria manufatureia no

Oriente Médio e no Sudeste Asiático; e 26,1% para o setor primário na Indonésia. Já nos investimentos de 50%, US$ 7 milhões foram investidos na indústria da borracha no Sudão; US$ 5,6 milhões em construção na Arábia Saudita; e US$ 5 milhões na pesca em alto mar na Mauritânia.

Entre os investimentos maiores que 50% e menores que 100%, 85,9% foram para a Indonésia, principalmente para a extração de madeira e para a indústria manufatureira. E nos investimentos únicos, a maior quantidade e o maior volume de IEDs se concentram no comércio, com respectivamente, 66,9% e 30,6%, sendo que o volume de investimentos únicos realizados no setor imobiliário (19,1%), na construção (18,1%) e no setor primário (11,5%) também foi representativo.

No que se refere à distribuição geográfica dos IEDs, como se pode ver na TABELA 1.4, entre 1968 e 1980, a maior quantidade de investimentos, bem como o maior volume investido se destinaram ao continente asiático, seguido pela América do Norte, nesse caso, Estados Unidos e Canadá. A Europa recebeu maior número de investimentos, mas em termos de volume o Oriente Médio ficou à frente da região européia. Já os investimentos para a África, América Latina e Oceania, tanto tem termos de quantidade como volume, foram registrados, respectivamente, menos de 7% do total.

Os setores que receberam mais investimentos nesse intervalo, por ordem de volume, foram o financeiro, a indústria manufatureira, o setor primário e a indústria de construção. Juntos somam 83,3% do volume total. Todavia, cabe ressaltar que, independente do número ou do volume, tais investimentos não ocorreram de forma sincronizada para todos os setores, tampouco de modo uniforme durante os 13 anos considerados. No início, devido às políticas econômicas que priorizavam assegurar as fontes de matérias-primas e insumos para a industrialização do país, os IEDs aprovados se concentravam no o setor primário, mineração, comércio e, em menor escala, na construção até meados da década de 1970.

TABELA 1.4 – Distribuição Regional do IED Sul-coreano por Setor, 1968-1980

(mil US$)

SETOR ECONÔMICO		REGIÃO							TOTAL	% do Volume Investido
		Ásia	América do Norte	Europa	Oriente Médio	África	América Latina	Oceania		
Financeiro	Casos	10	5	6	1		1		23	
	Volume	39.081	42.090	35.915	40.000		10.000		167.087	51,0%
Manufatura	Casos	38	10	1	12	2	10	2	75	
	Volume	20.285	1.591	366	4.652	7.010	2.187	1.348	37.439	11,4%
Setor primário	Casos	22	8	1		17	16	4	68	
	Volume	25.012	533	40		6.148	3.470	145	35.349	10,8%
Construção	Casos	18	7		26	4		11	66	
	Volume	1.296	6.918		21.930	137		2.974	33.255	10,1%
Comércio	Casos	64	118	63	8	8	6	12	279	
	Volume	4.432	10.463	3.917	1.288	10.208	280	375	30.964	9,4%
Mineração	Casos	2		2					4	
	Volume	420		1.034					1.454	0,4%
Outros	Casos	73	35	36	24	16	14	7	205	
	Volume	1.670	14.113	1.038	3.645	1.763	1	132	1.670	6,8%
TOTAL	Casos	227	183	109	71	47	47	36	720	
	Volume	92.197	75.708	42.311	71.516	25.266	15.938	4.975	327.910	100,0%
% do Volume Investido		28,1%	23,1%	21,8%	12,9%	7,7%	4,9%	1,5%	100,0%	

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Os investimentos no setor financeiro representam 51,0% do total, sendo que US$ 42 milhões foram investidos a América do Norte, exclusivamente, em bancos e serviços bancários nos Estados Unidos. Entretanto, o maior investimento único no setor foi para o Oriente Médio: US$ 40 milhões em um banco em Bahrein. Na Ásia, 71,7% foram para bancos e serviços bancários em Cingapura; 24,8% em bancos localizados em Hong Kong; e 3,5% para bancos no Japão. Na Europa, 52,8% foram investidos em um banco na Holanda; 27,9% em bancos na França; e 19,3% em serviços bancários na Inglaterra. Os US$ 10 milhões investidos na América Central, foi um único investimento num banco no Panamá.

No setor primário, a Ásia e a África receberam os maiores investimentos, sendo que desses, respectivamente, 99,6% foram para a extração de madeira na Indonésia, e 81,3% foram para pesca em alto mar na Mauritânia. Na América Latina, o Chile recebeu 72% dos investimentos no setor (US$ 2,5 milhões) para a pesca em alto mar. Os investimentos em zonas de pesca visa, basicamente, garantir o abastecimento do mercado interno e exportar a produção.

Para Euh & Min (1986) a concentração de IED no comércio (38,7% dos casos) mostra a forte orientação para a exportação das políticas econômicas do momento. Esses investimentos, em grande parte, foram para estabelecer agências de comércio a fim de apoiar as atividades de vendas e marketing, a distribuição física, e atividades de serviços nos mercados externos. Essa característica mostra que os IEDs realizados até o final da década de 1980, devem ser vistos como uma tática adotada para aumentar a competitividade das indústrias exportadoras do país (JO, 1981).

1.2.1. Os IEDs na Indústria Manufatureira, 1968-1980

Os IEDs na indústria manufatureira foram investimentos na indústria leve, intensiva em mão de obra e, portanto, com pouco valor agregado como, por exemplo, a indústria têxtil, de calçados, alimentos, cimento e madeira compensada. O governo passou a autorizar efetivamente os IDEs nesse setor a partir de 1973, quando as empresas coreanas já haviam adquirido a tecnologia de fabricação desses produtos das empresas de países industrializados por meio de licenciamento, compra ou *joint venture* (EUH & MIN, 1986).

Até 1980, ao todo, os investimentos na indústria manufatureira somam

US$ 37,44 milhões, 11,4% do total. Apesar de ser um valor relativamente baixo, considerando o contexto econômico do país, não se pode dizer que esse era insignificante. Lembrando que os investimentos em manufatura passaram a ser aprovados apenas a partir da segunda metade da década de 1970.

Os IEDs destinados à América do Norte, Europa e Oceania, significam, respectivamente, investimentos exclusivos para os Estados Unidos, Inglaterra[42] e Nova Zelândia. Nos EUA para a produção de pneus, tubos, temperos naturais e processamento de grãos e metais. Na Nova Zelândia para a indústria de celulose. Já no Oriente Médio, 90% dos IEDs se destinaram para a Arábia Saudita em indústrias relacionadas ao processamento de metais e produção de borracha sintética.

Na África, 99% foram investidos no Sudão para a indústria da borracha. E entre os investimentos na Ásia, 61% se destinaram à indústria alimentícia, madeireira e à fabricação de jóias na Indonésia. E na América Latina, os investimentos foram para o Panamá (29%), Honduras (21%), Chile (19%), El Salvador (19%) e Brasil (12%), nas indústrias têxteis e de alimentos (MAPA 1.1).

Os estudos de Kumar & Kim (1984) revelam mais detalhes de 22 dos 75 projetos de IED em manufatura aprovados até 1980 (TABELA 1.5).

TABELA 1.5 – Projetos de IED na Manufatura, 1973-1980

Ano	Subsidiária / Joint Venture	País	Volume Investido*	Participação Acionária	Exportações para a Subsidiária / Joint Venture (até 1980 em US$)
1973	Química de Alimentos	Indonésia	1.200.000	80	2.181.000
	Cimento	Cingapura	1.316.362	40	18.298.000
1974	Cimento	Indonésia	1.220.000	80	5.907.000
	Caneta-tinteiro	Tailândia	25	76-99	1.060.000
1975	Impressão	Japão	410	50	870.000
1977	Vestuário	El Salvador	1.368.200	100	4.364.000
	Polpa de celulose	Nova Zelândia	449.899	10	0
1978	Vestuário	Honduras	367.500	100	606.000
	Fertilizantes	Tailândia	7.000.000	49	57.000
	Pneu	Sudão	100.000	50	**
	Solda	Tailândia	678.300	50	157.000
	Calçados	Filipinas	1.000.000	70	3.017.000
	Cimento	Filipinas	118.193	25-64	**
	Vestuário	Sri Lanka	193.058	50	235.000

[42] De acordo com o *Overseas Investment Statistics Data Base*, não há especificação do investimento destinado à Inglaterra.

Continuação TABELA 1.5

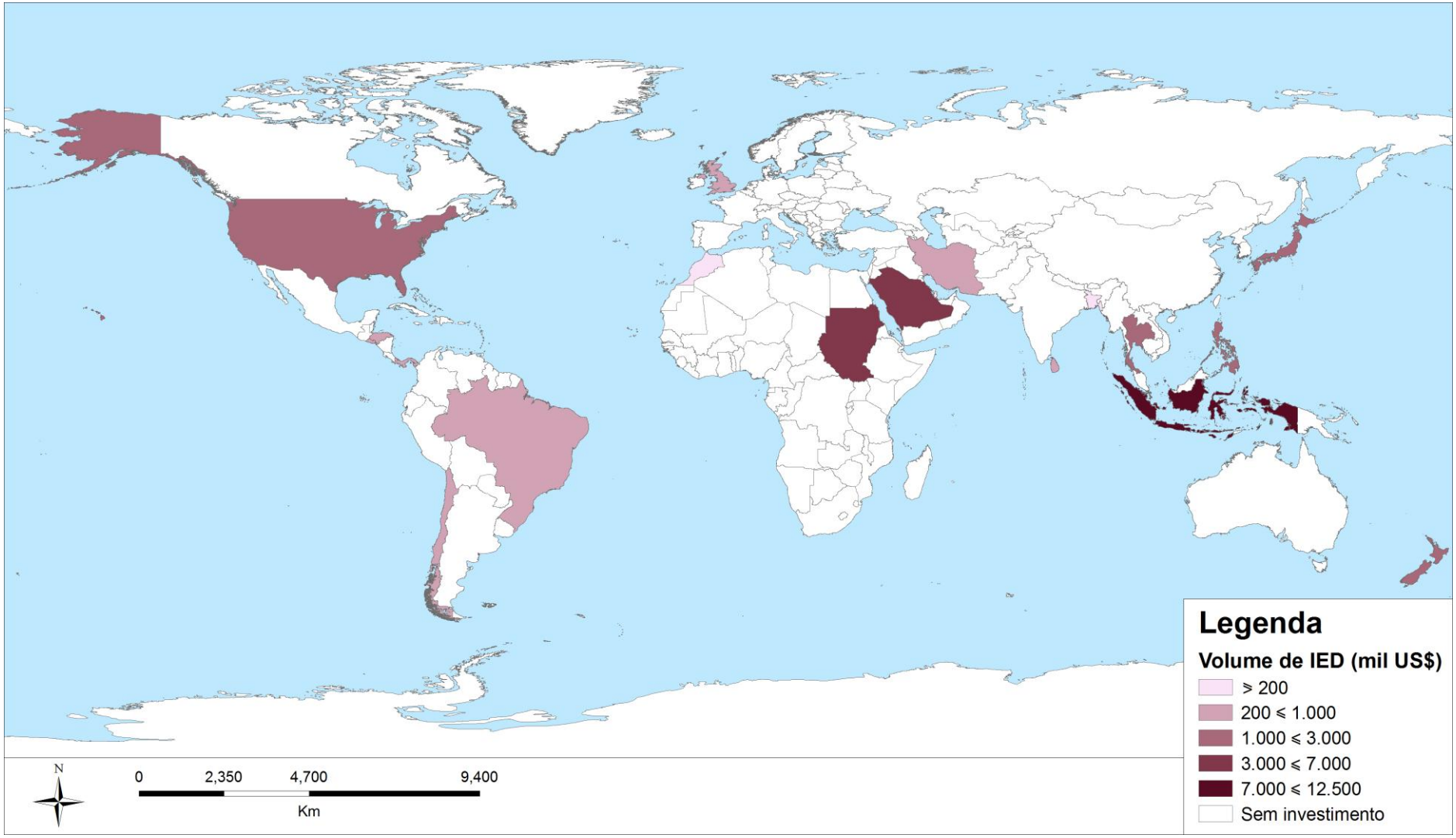
Ano	Subsidiária / Joint Venture	País	Volume Investido*	Participação Acionária	Exportações para a Subsidiária / Joint Venture (até 1980 em US$)
1979	Panificadora	Qatar	140.000	49	255.000
	Cabos elétricos	Tailândia	**	27	670.000
1980	Vestuário	Sri Lanka	235.200	25	**
	Madeira compensada	Indonésia	2.133.000	60	**
	Tubos de aço	Arábia Saudita	63.450	30	**
	Jóias	Filipinas	**	30	**
	Tubos de cimento	Arábia Saudita	**	49	**

* Investimento inclui o montante transferido de empréstimo, financiamento local, projetos culturais, e empréstimo aos parceiros em joint ventures.
** Dados não disponíveis.
Fonte: Kumar & Kim (1984, p.46).

Na indústria manufatureira, a vantagem das empresas coreanas, nesse período, está, principalmente, na sua capacidade de iniciar e operar projetos no exterior a custos relativamente baixos, na adequação da tecnologia empregada, e o baixo custo dos funcionários expatriados que influenciam no projeto como um todo.

Comparado aos concorrentes dos países desenvolvidos, os projetos de IED em manufatura da Coreia do Sul possuem custos relativamente menores, pois são capazes de se ajustar aos orçamentos estabelecidos. Isso é possível porque o custo dos trabalhadores expatriados também é menor, são capazes de fornecer os insumos necessários a preços baixos. E apesar da tecnologia empregada não ser intensiva em capital, esta se adecuou às condições do país receptor do investimento (*idem*).

MAPA 1.1 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Manufatura, 1968-1980



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

1.2.2. Os IEDs na Indústria de Construção, 1968-1980

No setor de construção, o Oriente Médio foi o principal receptor de IED do período, com US$ 21,9 milhões, sendo que desse volume a Arábia Saudita recebeu 65,4%, o Irã 30,5% e o Kuwait 4,1%. Na Oceania e na África, respectivamente, a Ilha de Guam e o Egito foram os únicos destinos de IED. No caso da América do Norte, há uma grande concentração nos Estados Unidos (99,3%), assim como, na Ásia, há concentração de investimentos na Indonésia (87,7%), como pode ser observado no MAPA 1.2.

Nos estudos referentes à atuação das empresas coreanas de construção no exterior, encontramos que tal fenômeno é tratado por alguns autores como "exportação de serviços" (KIM, 1988b) e como "investimento estrangeiro" (EUH & MIN, 1986).

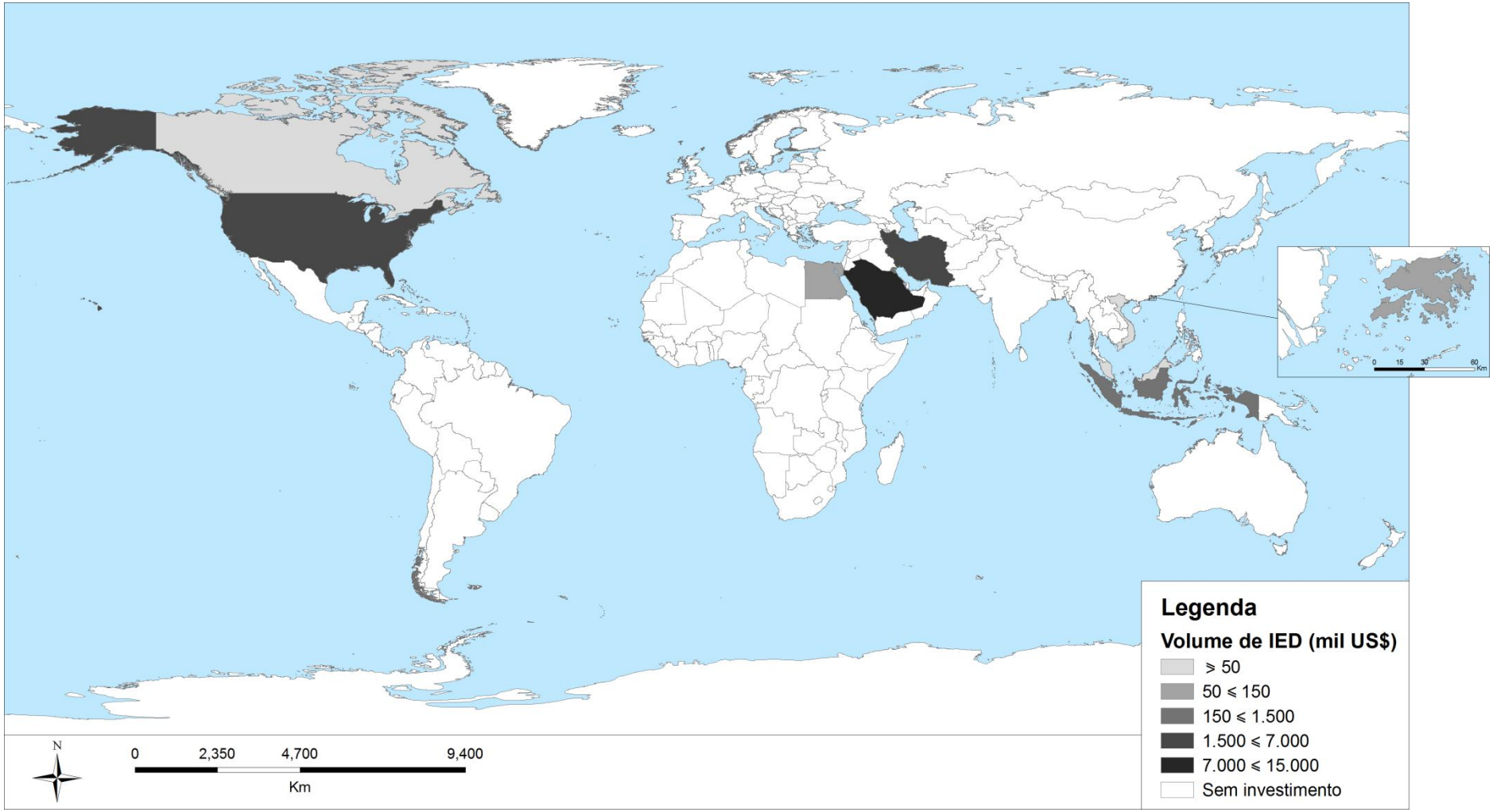
Diferente da manufatura, em que o produto final é comercializado, e parte da produção podem ser exportadas para um terceiro país, no setor de construção, o produto final é o serviço prestado, em geral, sem mobilidade. Contudo para que essa prestação de serviço seja possível, considera-se necessário uma série de investimentos, além da relação com outros negócios dentro da cadeia produtiva.

Em primeiro lugar, a atuação no setor exige o uso de máquinas, equipamentos e veículos para construção, em alguns casos, importados de outros países. Em segundo lugar, na maioria das obras desse período, foram empregados trabalhadores coreanos expatriados[43] em detrimento dos trabalhadores locais, exigindo investimentos em acomodações, transporte e alimentação. E, em terceiro lugar, sendo as obras de construção e engenharia civil projetos que demandam tempo em sua execução, há necessidade da presença física de representantes das empresas, bem como de um corpo jurídico, sejam subsidiárias ou escritórios comerciais.

---

[43] Em 1967, o governo sul-coreano havia transformado várias bases militares em centros de treinamento para trabalhadores da construção civil, financiado pelo governo e pelas empresas de construção. Esses centros formaram soldadores qualificados, motoristas de caminhão, e operadores de equipamentos pesados em três meses. Grande parte do recrutamento era feito pelo próprio governo, que oferecia aos soldados dispensa precose do serviço militar se se inscrevessem para trabalhar no Oriente Médio. (DISNEY, 1977).

MAPA 1.2 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Construção, 1968-1980



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Sendo assim, no presente trabalho, a presença das empresas de construção no exterior será tratada como “investimento estrangeiro” e a sua atuação como “prestação de serviço”, mesmo que a fundação de escritórios comerciais e subsidiárias não ocorra imediatamente após a empresa ganhar a licitação da obra, como aconteceu em muitos casos.

Os IEDs em construção das empresas coreanas tiveram início com a participação em projetos no Sudeste Asiático. O grupo Hyundai que não estava entre os 10 maiores *chaebols* até a década de 1970 (QUADRO 1.3), através dos projetos de construção concedidas pelo governo à *Hyundai Engineering and Construction Co., Ltd.* (HECC)[44] se tornou bastante lucrativa durante o 1° e 2° PQDEs. E em setembro de 1965, se torna a primeira empresa coreana no ramo de construção a atuar em território estrangeiro. A empresa ganhou a licitação de um contrato de US$ 5,2 milhões para a construção da rodovia *Pattani-Narathiwat* (1966-1968), no sul da Tailândia, financiado com empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A participação da Coreia do Sul na Guerra do Vietnã, a partir de 1965, também trouxe oportunidade para as empresas participarem em projetos de construção militares (KIM, 1988b). E foi por meio desses projetos que muitos trabalhadores e empresas coreanas adquiriram experiência de atuar no exterior, além de acumular salários e lucros altos.

Em 1966, por exemplo, a *Daelim Industrial Co., Ltd.* ganhou a licitação para a construção do porto de Rach Gia[45] e, em maio de 1967, a HECC ganhou a licitação para construção da cidade Cam Rahn[46], no Vietnã. O grupo Hanjin, por seu turno, transportou as tropas coreanas e norte-americanas e o grupo Donga Ah foi responsável pela construção de hotéis e instalações.

Até 1972 os projetos no Vietnã tiveram alto rendimento e, nesse meio tempo, as empresas haviam conquistado outros mercados, como a Ilha de Guam, Okinawa e Alasca. Entre 1965 e 1973, as empresas nesse setor fecharam contratos no

---

[44] Fundada em 1947 por Chung Ju-yung como *Hyundai Civil Works Company*. As principais obras da época que a empresa foi responsável foram a restauração de uma ponto de Rio Han, a construção da via expressa *Gyeongin*, que liga Seoul a Incheon, e a construção da via expressa *Gyeongbu*, que liga Seoul a Pusan.

[45] Localizado no sul do Vietnã, na costa do Golfo da Tailândia.

[46] Cidade localizada na costa sudeste do Vietnã, é banhada pelo Mar da China Meridional e possui uma baía de águas profundas. Esse local foi escolhido para sediar a base aérea da Força Aérea dos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã.

exterior que somam um total de US$ 423 milhões (TABELA 1.6), sendo 71% eram no Sudeste Asiático. Até o final de 1973, essas empresas estavam presentes em 26 países (*idem*).

TABELA 1.6 – Contratos da Indústria de Construção Sul-coreana, 1965-1980

(milhões US$)

Ano	Oriente Médio	Outras áreas	Total	Porcentagem do Oriente Médio (%)
1965	-	5,4	5,4	-
1966	-	5,6	5,6	-
1967	-	15,7	15,7	-
1968	-	20,6	20,6	-
1969	-	14,4	14,4	-
1970	-	48,0	48,0	-
1971	-	55,7	55,7	-
1972	-	83,2	83,2	-
1973	24,1	150,2	174,3	13,8
1974	88,8	171,8	260,6	34,1
1975	751,2	63,6	814,8	92,2
1976	2.429,1	72,6	2,501,7	97,1
1977	3.387,0	129,2	3.516,2	96,3
1978	7.982,4	162,6	8.145,0	98,0
1979	5.958,4	392,9	6.351,3	93,8
1980	7.831,0	423,4	8.259,4	94,8

Fonte: *Republic of Korea, Ministry of Construction, Construction Exports, various issues* (KIM 1988b, p.227)

No início da década de 1970 as atividades no Vietnã já tinham entrado em sua fase final e, consequentemente, o rendimento do setor se encontrava comprometido, pois os outros mercados não trouxeram o mesmo retorno.

Contudo, se o choque do petróleo em 1973 teve um impacto negativo para a economia em geral, para a indústria da construção sul-coreana esse incidente fez surgir uma nova oportunidade no Oriente Médio. Em função do seu tamanho e da falta de restrições quanto ao emprego de trabalhandores estrangeiros, o mercado do Oriente Médio se tornou bastante atraente para as empresas coreanas.

> A ausência de uma verdadeira indústria nos países produtores de petróleo significa que cerca de 85% do material para os projetos de construção é importado da Coreia do Sul. “Nós fazemos o aço em nossa própria fábrica,

> vamos colocá-la em nossa própria barcaça, que foi feito no nosso próprio estaleiro. Nossos marinheiros levam para as nossas equipes de construção no exterior, onde vendemos a barcaça como parte da instalação de um novo cais", foi como um executivo da Hyundai descreveu o processo (DISNEY, 1977, p.23).

Tanto os projetos no Sudeste Asiático como no Oriente Médio, a maior parte era composta por obras gerais e de engenharia civil, como o desenvolvimento habitacional e de infraestrutura. Ou seja, obras de trabalho intensivo, sem exigência de domínio de tecnologias sofisticadas. E as empresas coreanas se apresentavam mais competitivas não somente porque o custo do trabalhador coreano era mais baixo[47] comparado aos seus concorrentes, se não o seu rendimento também era relativamente maior em função da formação semi-militar (*idem*).

A primeira empresa coreana a se estabelecer no Oriente Médio foi a *Samwhan Enterprise Company*, com um contrato de US$ 24,1 bilhões, em dezembro de 1973, para construir uma estrada na Arábia Saudita. Em 1974, mais 7 empresas assinaram novos contratos que somavam US$ 89 milhões. No ano seguinte, 20 empresas assinaram contratos no valor total de US$ 751 milhões. E apenas 5 anos após o primeiro contrato, as empresas coreanas tinham conquistado 25% do mercado Oriente Médio.

A entrada da HECC[48] no mercado do Oriente Médio ocorreu com o projeto de construção do *Arab Shipbuilding and Repair Yard* (1975-1978), em Bahrein, no valor de US$ 114 milhões. Em 1976, iniciou o projeto do Porto Industrial de Jubail (1976-1982), na Arábia Saudita, no valor de US$ 944 milhões (DISNEY, 1997). A HECC também construiu o estaleiro Bandar Abbas no Irã, um porto no Kuwait e usinas elétricas em Dubai até 1980, e iniciou em 1980 a construção de uma refinaria de petróleo em Omã e de um porto na Líbia, próximo à capital.

Esses projetos no Oriente Médio contribuíram para o crescimento da HECC e do comglomerado Hyundai. Como aumento nas vendas[49], a HECC se tornou uma uma empresa de construção internacional não mais depende seu mercado sul-coreano (KWON & SUH, 2006). Os projetos nacionais que representavam mais de 80% das atividades da empresa, entre 1976 e 1980 caiu para 30%.

---

[47] Incluindo gerente, engenheiro e supervisores.

[48] Nesse período, além dos escritórios na Indonésia (1974) e Malásia (1979), a HECC também inaugurou escritórios no Irã (1976), Kuwait (1977), Arábia Saudita (1979), Estados Unidos (1980) e Líbia (1980). Fonte: KOTRA <http:// kotra.or.kr/>. Acesso em 24 de janeiro de 2011.

[49] Aumento de US$ 135 bilhões milhões em 1976 para US$ 1 trilhão em 1980. Fonte: Sítio eletrônico da *Hyundai Engineering & Construction* <http://en.hdec.kr/>. Acesso em 15 de julho de 2011.

Da mesma forma que a maioria das atividades econômicas dentro do país, as atividades de construção no exterior também foram controladas pelo governo em todas as fases. E os mecanismos de controle foram institucionalizados com a introdução da "Lei de Promoção de Construção no Exterior"[50], em dezembro de 1975.

A partir dessa lei, apenas as empresas autorizadas pelo ministro da construção podiam operar no exterior. As empresas necessitavam de autorização do ministro para participar das licitações de construção no exterior. Caso duas ou mais empresas coreanas competissem por um determinado projeto, o governo podia intervir para limitar a concorrência. Ele também tinha o poder de designar quais empresas poderiam operar em um determinado país ou região. E as empresas com planos de operar em um novo mercado estrangeiro precisavam apresentar previamente seus planos.

Com essa lei, em termos fiscais, os serviços de construção no exterior passam a receber o mesmo tratamento que as atividades de exportação. Considerando que a prioridade da política econômica era promover as exportações, o setor de construção passou a usufruir de incentivos significativos, como a redução de 50% do imposto de renda para rendimentos provenientes de serviços prestados no exterior (DISNEY, 1977; KIM, 1988b). E em função do rápido aumento no valor dos contratos, as empresas se encontravam incapazes de fornecer garantias para constrair os empréstimos necessários. Para sanar tal dificuldade, o governo junto com sete instituições bancárias organizou o fornecimento das garantias necessárias para projetos com valores do contrato superior a US$ 50 milhões. Essa concessão durou até 1982.

Além disso, o governo reforçou a sua estrutura de apoio e controle do setor:

- estabeleceu a "Comissão de Cooperação Econômica para o Oriente Médio"[51] para elaborar e coordenar as políticas relacionadas à essa região;
- criou um novo departamento no Ministério da Construção para cuidar apenas dos projetos de construção no exterior;
- fundou de um instituto de pesquisa dedicado aos estudos sobre a economia do Oriente Médio[52]; e

---

[50] Em inglês, *Overseas Construction Promotion Act*. Entrou em vigor em abril de 1976.
[51] Em inglês, *Middle East Economic Cooperation Commission*.
[52] Em inglês, *Korea Foundation for Middle East Studies*.

- abriu 8 escritórios da KOTRA no Oriente Médio.

Em 1976, foi criada a “Associação de Construção no Exterior da Coreia”[53], reunindo 28 empresas, para promover atividades de construção no exterior e para que a indústria também regule as suas atividades. Nesse mesmo ano, novas regras foram estabelecidas especificamente para a migração de trabalhadores da construção e gestão do trabalho em países estrangeiros.

Foi imposto pelo governo um contrato de trabalho padrão a ser utilizado por todas as empreiteiras que empregassem trabalhadores coreanos no exterior, com a finalidade de minizar os conflitos entre trabalhadores e empregadores sobre os salários ou condições de trabalho. Este contrato também discriminava os salários mínimos, o período de contrato, as horas de trabalho, as férias, as tarifas de viagem, as acomodações, a compensação em caso de acidente e as responsabilidades dos trabalhadores. Sendo que ao Ministério do Trabalho foi atribuída a tarefa de supervisionar as relações e condições de trabalho no exterior.

Além disso, as empresas coreanas eram aconselhadas a limitar o emprego de trabalhadores locais para aumentar o emprego e as receitas dos trabalhadores coreanos, e foram obrigadas a pagar pelo menos 80% do salário em moeda coreana para minimizar a fuga de divisas.

* * * * *

A grande característica desse primeiro período (1968 a 1980), é a institucionalização e normatização do escoamento do investimento estrangeiro direto sul-coreano, sob o controle rígido do governo desenvolvimentista de Park Chung-hee. Um governo que tinha um objetivo claro: alcançar a autossuficiência econômica.

Diante da necessidade de assegurar o abastecimento de matérias-primas e insumos para a indústria nacional e desenvolver mercados externos para exportação, e da possibilidade de gerar divisas através dos IEDs das empresas coreanas, o governo elaborou um conjunto de leis para selecionar os investimentos a serem realizados, atuando como regulador dos investimentos.

Os setores com permissão de realizar IEDs, o teto do valor investido, o

---

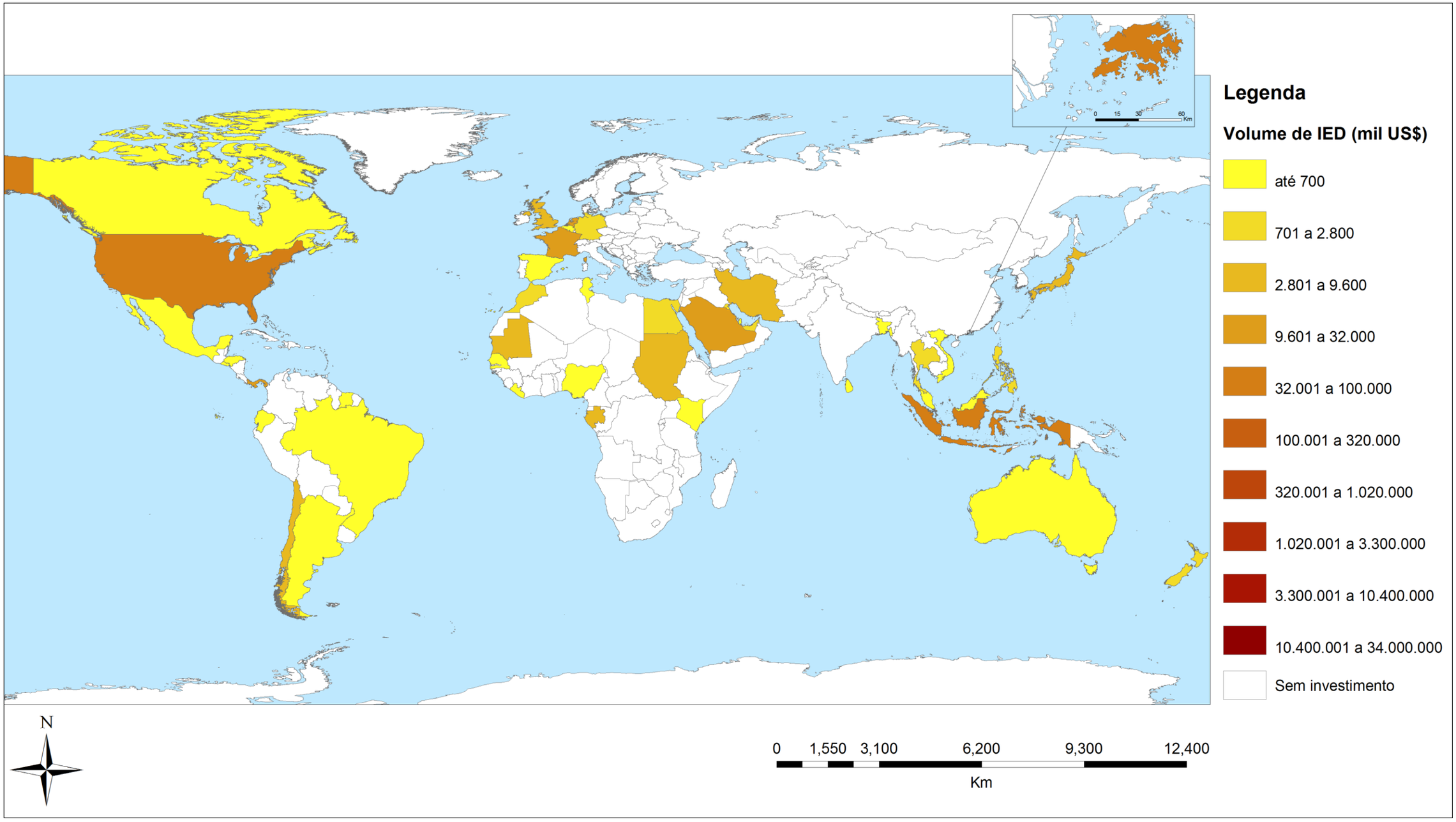
[53] Em inglês, *Overseas Construction Association of Korea* (OCAK).

financiamento do projeto e o rendimento das empresas no exterior eram controlados pelo Estado para evitar a desindustrialização e o escoamento ilimitado de capitais, já que a prioridade era a industrialização e modernização do parque industrial doméstico. Cabe ressaltar que, além da regulação do governo, o estágio de desenvolvimento das empresas coreanas, em termos de produto e tecnologia, ainda não havia atingido um patamar que pudessem conquistar e competir em todos os nichos do mercado internacional.

Nesse período, a competitividade e vantagem das empresas coreanas se encontra, basicamente, no baixo custo de seus projetos e na produtividade da sua força de trabalho, em setores intensivos em mão de obra, e com o emprego de técnicas e tecnologias menos sofisticadas. Mas também usufruiram de incentivos e subsídios de expatriação ilimitada de lucros. Em vários casos, antes de estabelecer as suas filiais e *joint ventures*, as empresas coreanas pediram e receberam a promessa de defesa contra as importações, mesmo que por um período limitado (KUMAR & KIM, 1984).

Apesar dos IEDs até 1980 terem atingido quase todos os continentes, este também não ocorreu de modo homogêneo (MAPA 1.3). A proximidade geográfica e cultural com o Sudeste Asiático, fez dessa região um dos primeiros receptores de investimentos coreanos, principalmente, Indonésia, Cingapura, Hong Kong, e Tailândia. Mas os investimentos também fluiram para a América do Norte, Oriente Médio, África e América Latina. Exceção feita aos investimentos no setor financeiro, os IEDs nesse período escoaram para locais em que o custo da produção eram menor que o custo da produção na Coreia, e para lugares com disponibilidade das matérias-primas e insumos

MAPA 1.3 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos, 1968-1980



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

CAPÍTULO 2

SEGUNDO PERÍODO (1981-1989): A TRANSIÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA E A DESREGULAMENTAÇÃO GRADUAL DO IED

Após um período turbulento na política interna, a partir de 1981 a Coreia do Sul passa por transformações na esfera política e econômica. Apesar de figuras militares continuarem no poder, a forma de governo desenvolvimentista e autoritário das duas décadas anteriores mostra os seus limites, devido às pressões internas e externas. Os governos de Chun Doo-hwan (1981-1987) e Roh Tae-woo (1988-1992) são conhecidos, na literatura, como “período de transição”, pois é neste que se dão os primeiros passos em direção à liberalização econômica e democratização política.

Apesar dessa nova orientação político-econômica acabar com grande parte dos incentivos e subsídios do Estado, os *chaebols* continuaram a crescer. E as mudanças também tiveram o seu reflexo na estrutura normativa e no comportamento dos investimentos estrangeiro direto das empresas coreanas. A abertura econômica contribuiu para o aumento do escoamento de IEDs e diversificação de seu portfólio.

Esse capítulo é composto por uma visão geral do contexto político e econômico nacional, explicando o crescimento dos *chaebols* e as consequências para o comportamento dos IEDs durante esse período.

2.1. O Esgotamento do Autoritarismo e a Transição

Em fevereiro de 1981, o general Chun Doo-hwan assume a presidência com a promessa de instaurar uma nova era de crescimento econômico. Todavia manteve o estilo Park Chung-hee de governar, pois necessitava transformar o golpe militar em um governo civil legítimo. Nesse sentido, Chun também fez denúncias da corrupção no governo anterior; proibiu as atividades políticas de ex-políticos que poderiam desafiar o seu regime; cultivou um partido político fortemente centralizado na Assembléia Nacional para controlar o processo legislativo; e assegurou um terço dos acentos na Assembléia Nacional para o seu partido político (ECKERT *et al*, 1990,

p.376).

Desde o golpe do Estado em dezembro de 1979, Chun fez uso da Constituição *Yushin* priorizando a necessidade do crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento político. Contudo, em outrubro de 1981, aprovou uma nova Constituição em que o mandato presidencial passou a ter duração de sete anos e sem direito à reeleição, porém com direito de nomear o seu sucessor. E, gradualmente, também permitiu que os partidos políticos assumissem mais importância do que anteriormente, além de permitir que ex-políticos voltassem às suas atividades[54], e promover certa liberalização cultural[55].

No âmbito econômico, o objetivo para os primeiros anos da década de 1980 era controlar o processo inflacionário iniciado no final da década anterior. Para tanto, novamente o governo desvalorizou a moeda, diminuiu a taxa de juros e resgatou as empresas em processo de falência (AMSDEN, 1989; GRAHAM, 2003).

Chun Doo-hwan, apesar de usar os mesmos mecanismos para alcançar a estabilização econômica, adotou uma postura distinta em relação ao seu predecessor.

> No esforço de deixar claro o seu afastamento em relação ao legado de Park, Chun cuidadosamente seguiu o conselho dos principais assessores econômicos, tais como Kim Chae Ik e Kyong Kang Shik, que promoviam as idéias de "mercado livre" (Amsden, 1994a; Moon, 1988). Esta equipe do "mercado livre", composto por Kim Chae Ik, Kyong Kang Shik, e Chin Kum Ho, apontou o superinvestimento na indústria pesada do regime anterior como causa do crescimento negativo em 1980 (KIM, 1997, p.172).

Concomitantemente, o governo sofreu pressões externas para a abertura econômica, principalmente dos Estados Unidos, pois esse vinha acumulando déficit comercial crescentes com países do Extremo Oriente, como o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan. Por isso, a administração do presidente Ronald Reagan (1981-1989) pressionou os governos destes países para que abrissem seus mercados aos produtos norte-americanos, e para que as instituições financeiras tomassem medidas para corrigir o déficit comercial.

Após assegurar a recuperação econômica e manter o controle sobre a inflação, a partir de 1982, o governo em conjunto com o FMI efetuou mudanças

---

[54] Com exceção de alguns políticos, entre eles, o futuro presidente Kim Dae Jung.

[55] Aboliu o de um toque de recolher, em vigor desde a Guerra das Coreias; liberou o código de vestimenta; e permitiu atividades culturais como cinema, esportes, música etc.

fiscais e monetárias para, de fato, viabilizar as mudanças macroeconômicas em direção à liberalização econômica.

Foi estabelecida a necessidade de desacelerar do crescimento da dívida externa e melhorar a estrutura de vencimento desta dívida. Para atingir estes objetivos, o governo buscou reduzir o déficit do setor público e a taxa de expansão do crédito, além de promover a valorização da moeda. Como se pode ver na TABELA 2.1, a porcentagem da dívida de longo prazo em relação à dívida total caiu de 74% em 1978 para 62% em 1982, contudo, em 1984 voltou ao patamar de 1978[56].

TABELA 2.1 – Dívida Externa e Serviço da Dívida, 1977-1984

PQDE	Ano	Dívida Externa (em milhões US$)	Dívida de Longo Prazo (%)	Dívida sobre o PNB* (%)	Serviço da Dívida sobre o PNB* (%)	Serviço da Dívida sobre as Exportações** (%)
4°	1977	12,648	70,63	33,79	3,58	13,33
	1978	14,871	74,08	29,71	4,16	16,38
	1979	20,500	67,80	31,75	4,03	17,68
	1980	27,356	61,22	44,68	4,81	17,13
	1981	32,490	63,80	48,34	5,53	17,98
5º	1982	37,295	61,94	52,65	6,23	21,15
	1983	40,094	70,58	53,23	6,18	20,07
	1984	43,100	73,55	53,16	6,74	20,75

*PNB, Produto Nacional Bruto
**Exportação de mercadoria
Fonte: Bank of Korea e Economic Planning Board (AMSDEN, 1989, p.95).

E essas medidas já faziam parte do programa "Estabilização e Liberalização Econômica"[57] executado pelo Conselho de Planejamento Econômico (CPE), sob a chefia de Kim Chae Ik. E foram os esses processos, e seus resultados, que caracterizaram o governo de Chun, e de seu sucessor, como governos de transição entre um governo altamente centralizado e um governo liberal.

Para a liberalização econômica, o CPE reduziu significativamente a política de empréstimos para o setor privado. E conforme as exigências dos Estados Unidos, reduziu as tarifas para os produtos importados. Com as medidas liberalizantes, o conselho que tinha o poder de intervir diretamente sobre a economia e sobre a

[56] Isso se deve ao déficit orçamentário de 1983 e ao súbito congelamento do orçamento nacional entre 1984 para subsidiar o preço dos produtos agrícolas.
[57] Em inglês, *Economic Stabilization and Economic Liberalization*.

performance da indústria, passou apenas a regular as atividades do setor privado, alterando, assim, o seu papel.

O Ministério das Finanças, por seu turno, começou a privatizar os bancos que estavam sob o controle do governo, a partir de 1981. A justificativa para a privatização era que o sistema financeiro da Coreia favorecia algumas empresas em detrimento de outras. Enquanto as empresas que atuavam em setores considerados estratégicos aos planos de industrialização recebiam o crédito em condições preferenciais e até mesmo subsidiado, as empresas de outros setores tiveram que buscar financiamento no mercado informal, onde as condições de empréstimos são desfavoráveis, com altas taxas de juros e sem uma regulamentação apropriada.

Entretanto, a privatização não alterou esse cenário dual do sistema financeiro. E

> segundo algumas fontes (p. ex., Kim Dae-jung 1996), apesar dos bancos serem privatizados, permaneceram durante os anos de Chun sob o controle eficaz do governo. Na verdade, mesmo depois da privatização, o governo manteve o controle da nomeação dos executivos e diretores dos bancos. Mas o governo tomou medidas para garantir que os *chaebols* não viessem a controlar os bancos: nenhum acionista tinha permissão de possuir mais de 8 por cento do patrimônio de um banco, e medidas foram tomadas para dispersar amplamente a propriedade dos bancos (GRAHAM, 2003, p.59).

Portanto, a liberalização não ocorreu de forma brusca, com o abandono de todas as práticas intervencionistas outrora aplicadas. Se até o final dos anos de 1970, o governo intervinha diretamente em todos os assuntos e setores da economia, a partir da década de 1980, a intervenção se limitou a um número reduzido de indústrias. E o uso de ferramentas políticas de controle, como a política de empréstimos, o licenciamento de indústrias e a promoção de um determinado setor, foi atenuada.

Chun também aprovou, em abril de 1981, o “Ato de Comércio Justo e Antimonopólio”[58] implementado pela “Comissão de Comércio Justo da Coreia”[59], subordinada ao CPE. Esse ato dispunha de artigos antimonopólio e proibição de práticas de cartel, fusões e de abusos por parte das empresas dominantes no mercado. Sua finalidade era regular as atividades dos *chaebols* e controlar o seu crescimento. Com a emenda de 1984, a criação de *holdings* foi proibida, no intuito

---

[58] Em inglês, *Fair Trade and Anti-Monopoly Act*.
[59] Em inglês, *Korea Fair Trade Comission*.

de limitar o poder dos grandes grupos, mas esse objetivo não foi alcançado, pois o poder político dos *chaebols* havia crescido conforme o seu crescimento e a sua independência econômica (GRAHAM, 2003)[60].

Sung-Hee Jwa (2004) aponta que uma análise mais acurada do ato

> "revela duas perspectivas teóricas e empíricas contraditórias para a organização industrial. (...) [há] por um lado, medidas que visam regulamentar o poder econômico das grandes corporações por meio de investimentos diretos, e por outro lado, medidas que tentam lidar com as questões de monopólio, reforçando competição. (...) o governo até agora tem enfatizado a primeira abordagem de regular as grandes corporações, impulsionado por razões políticas, como a busca da democracia econômica, e não pelo suposto propósito de aumentar a competição. Em contraste, as políticas que visam melhorar o ambiente competitivo têm tido um papel um tanto secundário (p.8).

Em concordância, Edward M. Graham (2003) mostra que, especialmente no início de 1980, quando a prioridade era o crescimento da economia, nenhum órgão do regime Chun, de fato, promoveu a concorrência justa. Ao contrário, o ato serviu mais como um veículo para regular os aumentos de preços, ou seja, controlar a inflação, do que regular a concorrência em si.

A prática da elaboração de planos econômicos também foi mantida nos governos Chun e Roh. Aos PQDEs, que formalizavam a execução das políticas econômicas, foram acrescentadas as questões sociais e, consequentemente, o plano passou a ser nomeado de "Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social" (PQDES)[61].

O 5º e o 6º PQDES trouxeram, para a esfera política, duas novas preocupações em função das transformações sociais do país. Tornam-se parte dos objetivos gerais, o bem-estar social e a distribuição de renda[62], assim como o desenvolvimento de conhecimento e indústrias de alta tecnologia, como é observado no QUADRO 2.1.

---

[60] Tornou-se evidente que as políticas não poderiam ser desenvolvidas e implementadas sem a cooperação dos *chaebols*. Assim os presidentes dos principais são chamados para contribuir mas políticas econômicas, evidenciando, mais uma vez, a mudança na relação entre o Estado e os *chaebols* (KIM, 1998a;1997).

[61] A alteração no nome, não significou alteração na numeração da sequência dos planos.

[62] Segundo Hagen Koo (1984) Park Chung-hee deu pouca atenção para a distribuição de renda e igualdade durante o seu governo, pois a prioridade era o rápido desenvolvimento econômico do país.

QUADRO 2.1 – Os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico e Social da Coreia do Sul

	5° PQDES	6° PQDES
Período	1982 - 1986	1987 - 1991
Objetivos	**1.** Esforço no crescimento sustentado e estrutural **2.** Desenvolvimento tecnológico **3.** Melhorar o bem-estar social e distribuição da renda **4.** Reformas governamentais	**1.** Crescimento sustentado e estrutural **2.** Reestrutução industrial e melhorar a tecnologia **3.** Melhorar o bem-estar social e distribuição da renda
Diretrizes da Política Econômica	**A.** Controlar a inflação **B.** Restaurar a competitividade das indústrias pesada e química **C.** Desenvolvimento de Política Agrícola **D.** Superar a questão de energética **E.** Melhorar as instituições financeiras **F.** Racionalização do orçamento governamental **G.** Promoção da abertura política e da concorrência econômica **H.** Desenvolver ciência e tecnologia, recursos humanos e educação **I.** Estabelecer de novas relações de trabalho **J.** Desenvolvimento social	**A.** Expansão de oportunidades de emprego **B.** Controlar a inflação **C.** Equilíbrio da balança de pagamentos **D.** Desenvolvimento regional e rural equilibrado **E.** Desenvolvimento rural **F.** Reestruturação industrial na economia aberta **G.** Autonomia e estabilidade das Pequenas e Médias Empresas
Indústrias	Máquinas de precisão, eletrônicos, semicondutores, indústria da informação	Máquinaria, automóveis, eletrônicos, construção naval
Crescimento Previsto	7,5%	7,3%
Crescimento Alcançado	8,7%	8,4%

Fonte: Conselho de Planejamento Econômico (1983, 1986). Elaborado por Priscila Helena Lee

As diretrizes específicas da política econômica para as questões sociais eram: o aumento das oportunidades de emprego e educação, a ampliação da cobertura do seguro de saúde nacional, a implementação do sistema nacional aposentadoria, e o estabelecimento de novas relações de trabalho (CPE, 1983; 1986). Essa mudança ocorreu em função da insatisfação popular em relação ao *status quo* que não poderia mais ser ignorada (GRAHAM, 2003).[63]

[63] Hagen Koo (*idem*) mostra que entre 1960 e 1970 o coeficiente Gini decresceu de 0,448 para 0,332.2.

Já o desenvolvimento tecnológico, vem da visão Chun que considerava o setor de alta-tecnologia como a saída para o desenvolvimento econômico sul-coreano. Nesse sentido, ainda em 1980, Chun Doo-hwan criou o "Conselho Consultivo em Ciência e Tecnologia"[64], aumentou a cota de financiamento para estudos no exterior nessa área, e ofereceu mais assistência às universidades para ampliar e desenvolver o conhecimento em ciência e tecnologia.

Em 1982, o governo financiou a criação de um parque industrial dedicado aos semicondutores e computadores, e contribuiu com US$ 60 milhões para ajudar na criação do "Instituto de Pesquisa Eletrônica e Telecomunicação"[65] no interior deste parque industrial. E com a finalidade de desenvolver a indústria nacional, o influxo de IEDs para essa área também foram restritos, a não ser em casos de formação de *joint-ventures* com empresas nacionais[66]. As políticas de empréstimos, que antes eram uma das principais ferramentas da política econômica, foram substituídas pelo apoio direto à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Em 1986, foi aprovada a "Lei de Desenvolvimento Industrial"[67] que previa a remoção de barreiras à entrada da maioria das indústrias. A proteção e o apoio do Estado às indústrias nacionais passaram a valer por um período limitado. E, ao invés de selecionar as indústrias com potencial de promover o crescimento econômico, como era feito no regime Park, o governo passou a selecionar as indústrias com mais necessidade de assistência financeira.

No ano seguinte foi a vez da "Lei do Investimento Estrangeiro"[68] sofrer alteração. Se até 1987 a maioria dos setores eram restritos de receber IEDs, a partir desse momento, a maioria das restrições foram eliminadas (KIM, 1997)[69].

Apesar da constituição estabelecer mandato único de sete anos para a presidência, através de manobras políticas, Chun Doo-hwan vinha demonstrando sua vontade de permanecer no poder. Contudo, o governo de Chun, que não tinha a

---

[64] Em inglês, *Science and Technology Advisory Council*.
[65] Em inglês, *Electronics and Telecommunications Research Institute*.
[66] Alice H. Amsden afirma que "na década de 1980, o governo começou a incentivar o investimento estrangeiro direto em indústrias de alta tecnologia, mas mesmo que a quantidade absoluta de investimento estrangeiro direto tenha aumentado, atingiu um percentual menor do PIB em 1985 do que em 1965" (1989, p.76).
[67] Em inglês, *Law on Industrial Development*.
[68] Em inglês, *Foreign Investment Law*.
[69] "De todo o capital estrangeiro que entrou em Coreia em 1970, menos de 5% foi investimento direto e o resto foi na forma de empréstimos públicos e comerciais" (Economic Planning Board, 1982 *apud* KOO, 1984, p. 1035).

simpatia da população[70], a partir de 1986, teve que enfrentar um movimento estudantil mais radical e determinado[71], casos de suicídios de estudantes, confrontos entre policiais e estudantes e trabalhadores[72], e reconhecer publicamente práticas de tortura da polícia[73].

Assim, enquanto a imagem do seu governo vinha sofrendo desgaste aconteciam os preparativos para receber em os Jogos Olímpicos de Verão, em 1988[74].

Nesse cenário nacional, se por um lado, as Olimpíadas serviram para mostrar ao mundo o crescimento econômico do país, bem como os alcances do governo de Chun. Por outro lado, estas também serviram como desculpa para a comunidade internacional pressionar o presidente sul-coreano a aprovar a emenda constitucional, já que a instabilidade interna colocara em risco a realização dos Jogos Olímpicos.

Aprovada em outubro de 1987, a nova Constituição estabelecia eleições diretas para presidente, com mandato único de cinco anos. E, em dezembro de 1987, é eleito Roh Tae-woo (1988-1992)[75].

O regime de Roh Tae-woo tinha como prioridade promover a igualdade e melhorar o sistema de bem-estar social. As políticas de habitação e o plano nacional de saúde foram ampliados. O governo adotou uma política para a construção de dois milhões de novas unidades habitacionais. E o plano nacional de saúde passou a beneficiar pessoas de baixa renda. Além disso, a lei do salário mínimo foi aprovada (HEO *et al.*, 2008).

No entanto, esse investimento público agravou a situação da balança de

---

[70] O seu golpe militar ocorreu com muito mais derramamento de sangue e durante o governo, sua família se envolveu em corrupção.

[71] “A absorção gradual da literatura ocidental neo-marxista e da teroria da dependência, tanto diretamente quanto através de traduções e comentários em japonês, e o fracasso em alcançar uma reforma [política] no período 1979-1980 levou líderes estudantis muito mais à esquerda do que nunca. (...) Para os novos líderes estudantis, a democracia liberal não era mais um fim, seja em si mesmo ou como um passo necessário para a unificação da península. Eles consideravam como males políticos e sociais Coréia do Sul, incluindo a divisão nacional, como problemas estruturais incorporadas no sistema sócio-político do país, ou na sua "neocolonialista" relação com os Estados Unidos” (ECKERT *et al*, 1990, p.379).

[72] Liderada pelo principal partido da oposição, o movimento popular tinha o objetivo de emendar a constituição para permitir a eleição direta do presidente em 1987 (*idem*, p.381).

[73] Em janeiro de 1987, Pak Chong-chol, um aluno da Universidade Nacional de Seoul, durante o interrogatório foi sufocado até a morte. Esse fato atraiu a atenção da imprensa (*idem*, p.382).

[74] O projeto de inscrição para sediar os Jogos Olímpicos foi preparado nos últimos meses do governo Park, porém com o seu assassinato, foi o governo de Chun Doo-hwan que realizou a inscrição, e o governo de Roh Tae-woo que abriu os jogos.

[75] O apoio de Chun Doo-hwan, a “Declaration of Democratization and Reforms”, em junho de 1987, e a cisão no partido de oposição favoreceram a vitória de Roh Tae-woo nas eleições.

pagamentos. E entre 1989-1990, o presidente Roh anunciou a revisão no 6° PQDES. Esta revisão freou o ritmo e o escopo da prestação de serviços de bem-estar social, e concedeu ao presidente o direito de designar os ministros da economia que fossem partidários de políticas orientadas para o crescimento (KIM, 1997).

E esta transição para o regime democrático na Coreia do Sul trouxe uma série de mudanças que já vinham se apresentando na sociedade desde o início da década. A introdução de novos valores na sociedade, tais como melhor distribuição da riqueza pública, liberdade de expressão e de imprensa, e participação política[76]. Essas mudanças tiveram influência na economia, já que o movimento operário ganhou força[77].

Os trabalhadores começaram a se organizar e a exigir salários maiores e melhores condições de trabalho, aumentanto os conflitos entre sindicatos e empresários. Desde meados da década de 1980 a quantidade de greves aumentou expressivamente, e isso contribuiu para elevar o custo da mão de obra do trabalhador sul-coreano.

TABELA 2.2 – Taxa de aumento salarial dos trabalhadores sul-coreanos, 1985-1994

Ano	**1985**	**1986**	**1987**	**1988**	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**
Média de crescimento do salário (%)	9,2	8,2	10,1	15,5	21,1	18,8	17,5	15,2	12,2	12,7

FONTE: HEO *et al.*, 2008, p.14.

Na TABELA 2.2, podemos ver que a taxa média de crescimento do salário aumentou de 10% em 1987, para 15,5% em 1988, e para 21,1% em 1989. O rápido crescimento do poder aquisitivo da população resultou no aumento geral dos preços. Assim, as exportações do país perderam sua competitividade, e em função dos dias parados devido às greves, a produtividade da indústria nacional diminuiu (HEO & ROEHRIG, 2010). Esse cenário contribuiu para que os empresários estabelecessem fábricas no exterior para compensar a perda de competitividade e assegurar o mercado para as suas exportações. Até 1989, houve um aumento dos investimentos

[76] A liberdade de expressão e de impressa foi outra mudança que contribuiu para os movimentos trabalhistas, já que a mídia passou a mostrar à população os padrões de consumo da classe alta, destacando ainda mais a má distribuição de riqueza (HEO & ROEHRIG, 2010).

[77] Até a década de 1970, o movimento operário foram reprimidos para manter baixo o nível salarial e, pois deste dependia a competitividade das exportações sul-coreanas no mercado internacional (*idem*)

estrangeiros sul-coreanos, principalmente, nos Estados Unidos, no Sudeste Asiático e na China.

Além disso, os agricultores também aderiram ao movimento operário, exigindo um aumento no valor pago pelo governo para compra de arroz, e na verba destinada ao programa de empréstimos para os agricultores. Para atender a essa demanda, o governo Roh estabeleceu um programa de empréstimo aos agricultores: foram reservados o valor total de US$ 6 bilhões para serem utilizados ao longo de 10 anos.

Outra prioridade do governo de Roh Tae-woo era fortalecer a política externa do país, incluindo a reaproximação com a Coréia do Norte (KIM, 1997). E percebendo as transformações no mundo socialista, em julho de 1988, Roh lançou a política externa, nomeada de *Nordpolitik*[78], com a finalidade de harmonizar as relações políticas com a Coreia do Norte, a China, a Mongólia, as repúblicas da União Soviética e com os países do Leste Europeu.

Essa política serviu não somente para fins políticos, como também para interesses econômicos, visto que as exportações sul-coreanas se encontravam concentradas nos Estados Unidos e na Europa. E a fim de superar as barreiras impostas pelas políticas comerciais dos países desenvolvidos do ocidente, a reaproximação com os países socialistas do Leste Europeu e da Ásia Central traria a possibilidade de diversificar o mercado das exportações, e obter outras fontes de matérias-primas e insumos (PATTNAIK & KWON, 2006).

Em 1989, Seul estabeleceu relações diplomáticas com a Hungria e a Polônia. No ano seguinte, firmou relações diplomáticas com a Iugoslávia[79], Romênia, Tchecoslováquia[80], Bulgária, e Mongólia. Em 1989, o comércio da Coreia do Sul com a China atingiu US$ 3,1 bilhões, e com os países do Leste Europeu e da União Soviética aumentou para US$ 800 milhões.

Portanto, a *Nordpolitik* foi promovida tanto como uma estratégia para aumentar o nível da segurança nacional, como forma de acesso ao mercado asiático em transição e aos mercados europeus emergentes. E assim, essa política também influenciou os investimentos das empresas, bem como a sua internacionalização.

---

[78] Nome inspirado no *Ostpolitik* da Alemanha Ocidental que buscava reaproximação com a Alemanha Oriental.

[79] Atualmente, separada em Croácia, Bósnia e Herzegovina, Eslovênia, Macedônia, Sérvia e Montenegro. Processo de separação iniciado no início da década de 1990 e terminou e em 2006.

[80] Dividida em República Checa e Eslováquia desde 1993.

2.1.1. O Crescimento dos Chaebols

Apesar do corte na maior parte dos subsídios, os *chaebols* continuaram a crescer durante a década de 1980. Primeiro, porque os conglomerados já se encontravam em vantagem, visto que haviam recebido incentivos e subsídios durante as duas décadas anteriores. E segundo, porque a queda no preço do barril de petróleo[81], a amortização da taxa de juros, e a valorização da moeda japonesa[82], entre 1986 e 1988, contribuíram com o crescimento das exportações dos *chaebols*, pois os produtos japoneses se tornaram mais caros no mercado internacional, abrindo um espaço para a produção dos conglomerados sul-coreanos.

O primeiro superávit comercial alcançado com o aumento das exportações, no final da década de 1980 (TABELA 2.3), não somente influenciou na maior liberalização, como também no aumento das exigências de aumento salarial por parte da classe trabalhadora, intensificando os movimentos sindicais.

TABELA 2.3 – Saldo da Balança Comercial da Coreia do Sul, 1980-1989

(mil US$)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1980	17.504.862	22.291.663	- 4.786.801
1981	21.253.757	26.131.421	- 4.877.664
1982	21.853.394	24.250.840	- 2.397.446
1983	24.445.054	26.192.221	- 1.747.167
1984	29.244.861	30.631.441	- 1.386.580
1985	30.283.122	31.135.655	- 852.533
1986	34.714.470	31.583.900	3.130.570
1987	47.280.927	41.019.812	6.261.115
1988	60.696.388	51.810.632	8.885.756
1989	62.377.174	61.464.772	912.402

Fonte: *Bank of Korea*[83]. Elaborado por Priscila Helena Lee

Se durante a década de 1970, os *chaebols* Daewoo e Hyundai apresentaram altos índices de crescimento, nos anos de 1980, a Samsung e a LG cresceram em

[81] Pela contação oficial da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), a Brent Blend, o barril do petróleo, sofreu uma depreciação de 40% entre 1986 e 1988.
[82] Em setembro de 1985 ocorreu o Acordo Plaza, em Nova Iorque, onde os Estado Unidos e o Japão concordaram em valorizar o *yen*, com a finalidade de amenizar o deficit comercial dos EUA.
[83] Bank of Korea <http://www.bok.or.kr>, Acesso em 11 de julho de 2011.

função do aumento das exportações[84]. Além disso, “a tendência do *chaebol* antes de 1980 era de crescimento por investimento interno; a partir de então a tendência se tornou em crescimento por aquisição” (AMSDEN, 1989, p. 125).

E esse crescimento ocorreu concomitantemente com a maior diversificação dos conglomerados. Nesse momento, a diversificação em instituições financeiras não-bancárias[85] se intensifica, resultando em uma independência cada vez maior do Estado e das instituições bancárias nacionais.

> Durante os anos de 1980, os *chaebols*, e especialmente os cinco maiores grupos, se tornaram crescentemente adeptos a utilizar subsidiárias financeiras não-bancárias para intermediar a poupança privada em investimentos. De fato, essas subsidiárias começaram a atuar como bancos, independentemente do seu estatuto jurídico. Por exemplo, seis empresas de seguro de vida estava operando na Coreia, sendo três sob controle dos *chaebols* (GRAHAM, 2003, p.62).

Os conglomerados criaram ou adquiriram bancos comerciais subscritos em mercado de capital, operações de *leasing* e empréstimos de curto prazo. Essas operações não eram sujeitas a supervisão do Banco da Coreia, e os empréstimos dos bancos comerciais eram concedidos, basicamente, para as empresas do grupo que tinham o seu controle acionário. Assim, essas instituições também serviram para reforçar o controle da família sobre o *chaebol*, tendo em vista que elas se tornaram grandes acionistas das empresas não-financeiras do grupo. Essa falta de controle, na visão de AMSDEN (1989) foi uma forma de compensar as medidas de liberalização econômica.

Em 1984, o CPE havia estabelecido medidas para fortalecê-lo o sistema de supervisão de crédito para os grandes *chaebols*, com o propósito de conter o maior endividamento e o risco de falência. O conselho desregulou as taxas de juros para empréstimos não relacionados à política econômica, congelou o crédito bancário para os cinco maiores conglomerados, e estabeleceu um limite de crédito para os vinte e cinco maiores *chaebols*.

Entretanto, essas medidas não foram eficientes, pois, em primeiro lugar, os bancos que já tinham sido privatizados, apresentavam preferência para conceder empréstimos aos *chaebols*. E, em segundo lugar, os maiores conglomerados[86]

---

[84] Respectivamente, cresceram 25% e 21,3%, entre 1981 e 1988 (KIM, 1997, p.186).
[85] Na maioria empresas de seguros.
[86] Hyundai, Samsung e Daewoo (KIM, 1997; CHANG, 2003)

haviam transformado suas empresas financeiras não-bancárias quase em instituições bancárias. Portanto, o crescimento dos *chaebols*, que o governo tinha a intenção de conter para minimizar a concentração da renda, esteve fora do alcance do governo Chun e Roh.

Eun Mee Kim afirma que

> na ausência de pacotes de empréstimos para motivar o *chaebol* a investir nos setores apontados pelo Estado, o crescimento do *chaebol* parece ser mais sensível à evolução dos mercados nacional e internacional e, portanto, mais heterogênea (1997, p.184-185).

Além dessa diversificação, os *chaebols* também usufruiram das últimas políticas industriais, englobadas no 5º e 6º PQDES, que focaram no desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia como, por exemplo, a indústria de semicondutores. O governo financiou os projetos de P&D, pois

> "o objetivo era permitir que as empresas coreanas se tornassem fornecedores internacionalmente competitivos de um produto dotado de tecnologia avançada; para isso, tinha que haver um adiantamento importante do investimento no desenvolvimento das capacidades técnicas necessárias, assim como da planta necessária e equipamento. Desse modo, como nos projetos anteriores de indústria pesada, o governo estava envolvido na criação de capital humano e físico" (GRAHAM, 2003, p.68)

Porém, uma característica diferente dessa política industrial em relação às políticas anteriores, foi que, dessa vez, mais de 100 empresas, entre PMEs e conglomerados, foram beneficiadas (*idem*), porém, novamente, os *chaebols* tiveram melhor performance.

O grupo Samsung foi o primeiro a entrar na indústria de semicondutores com um investimento na produção de *chips* de memória, em fevereiro de 1983. A decisão para investir veio da competição interna com o grupo LG em produtos eletrônicos de bens de consumo, e devido aos problemas de entrega dos *chips* importados do Japão. Em função da experiência prévia no setor de eletrônicos, o chefe executivo da Samsung, Lee Byung Chul percebeu a importância estratégica da produção de chips (SST, 1987).

A escolha de produzir a memória DRAM, ao invés de outros tipos de *chips* foi baseada no fato do tamanho do mercado ser maior, e na capacidade de *catching up* tecnológico da empresa, tendo em vista a experiência de desenvolvimento da

indústria japonesa no setor.

O crescente uso de dispositivos eletrônicos na indústria automobilística, por sua vez, impulsionou a diversificação do grupo Hyundai para o setor eletrônico. Em 1983, é fundanda a *Hyundai Electronics Co.*. Contudo, para evitar competição da indústria americana e japonesa, decidiu investir na produção de memória SRAM. A tecnologia desse *chip* era mais sofisticada do que a memória DRAM, mas a falta de experiência da Hyundai no setor prejudicou a sua performance (HEC, 1994). E em 1985, a empresa passou a investir na produção de DRAM através de subcontracação de empresas estrangeiras e importação de *chips*.

O grupo LG, por seu turno, apesar de presente no setor eletrônico, começou a investir na produção de *chips* somente a partir de 1989. E para alcançar o crescimento dos seus concorrentes, estabeleceu acordos de licenciamento de tecnologias com empresas estrangeiras, principalmente, com a japonesa Hitachi.

Os primeiros resultados dos investimentos em semicondutores vieram em 1987, pois no ano anterior, os Estados Unidos proibiu o Japão de praticar *dumping* no mercado internacional de semicondutores, através do "Acordo de Comércio de Semicondutores"[87]. Este acordo ilimitou as exportações japonesas para o mercado norte-americano, abrindo espaço para a inserção dos produtos sul-coreanos nos EUA e no mercado internacional.

Portanto, apesar do surgimento das preocupações sobre as questões sociais, e da adoção de medidas liberalizantes, na década de 1980, o governo não abandonou completamente o seu papel de promotor e incentivador do desenvolvimento econômico e industrial do país. Sendo assim, os *chaebols* puderam aproveitar os últimos subsídios diretos e se inserir no mercado internacional. Essa inserção, cada vez mais intensa, também é percebida pelo aumento do fluxo de IEDs durante o período.

2.2. A Desregulamentação Gradual do IED e o Crescimento do seu Fluxo

A intensificação do protecionismo comercial após a segunda crise do petróleo contribuiu para a simplificação da estrutura normativa para os IEDs das empresas

[87] Em inglês, *Semiconductor Trade Agreement*. Este acordo foi uma medida retalhativa do governo Ronald Reagan. Porém, foi provado mais tarde, que as imposições do acordo de comércio de semicondutores também eram parcialmente ilegais conforme o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (IRWIN, 1994).

coreanas, com a finalidade de encorajar tal prática (PATTNAIK & KWON, 2006; HA, 2010). E esta simplificação ocorreu de forma gradual ao longo da década de 1980.

As decisões tomadas no final da década de 1970 pelo Comitê de Investimento Estrangeiro (CIE) entraram em vigor apenas em 1981, a seguir:

- o sistema de aprovação prévia do projeto de investimento, passou a ser um sistema de revisão do projeto;
- a exigência de experiência no setor diminuiu de 3 para 1 ano;
- a etapa de aprovação prévia do plano de negócios no exterior foi abolida;
- atenuação das exigências de liquidez do investidor;
- abolição da obrigatoriedade de retornar ao país a quantia investida dentro de 10 anos; e
- a categoria “derrogado” da autorização dos projetos de IED foi eliminada.

E como uma medida complementar para aumentar as atividades das empresas no exterior e o seu rendimento, no final de 1983, o CIE aumentou de US$ 10mil para US$ 50 mil, o valor do capital de giro retido pela subsidiária no exterior. A partir dessa medida, as empresas, já estabelecidas no exterior, puderam expandir suas atividades nos mercados internacionais, ao invés de apenas remeter seus lucros para a Coreia do Sul.

A partir de 1986, um conjunto de fatores estimulou o investimento estrangeiro direto das empresas sul-coreanas. Entre os fatores estão: o superávit comercial, o aumento do nível salarial, o aumento no preço dos insumos, o protecionismo dos países desenvolvidos, a valorização da moeda coreana, e as regulamentações simplificadas.

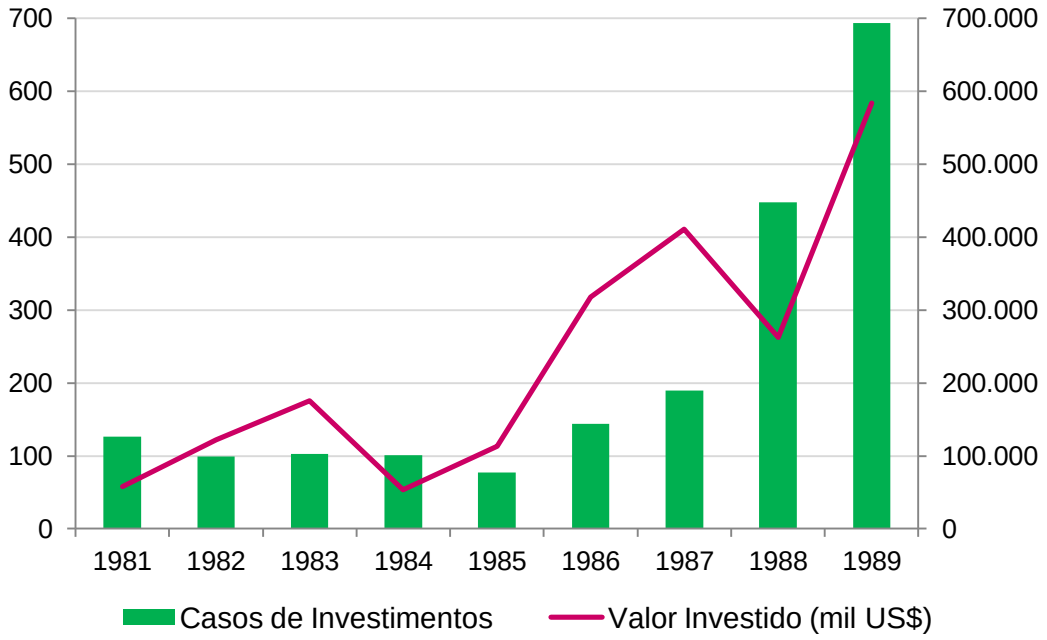
O aumento súbito dos projetos de IED e, consequentemente, a maior demanda na revisão dos projetos, levou a uma maior desregulamentação da estrutura normativa. Ao final do ano de 1989:

- a exigência de liquidez do investidor e de experiência prévia no setor foram abolidas;
- para os IEDs abaixo de US$ 2 milhões foi instaurado o sistema de notificação, em que o investidor apenas comunica a sua ação ao Banco da Coreia;
- sistema de aprovação prévia passou a valer para os IEDs maiores que US$ 2 milhões e menores que US$ 5 milhões;

- os projetos de IEDs acima de US$ 5 milhões eram obrigados a passar pelo Conselho de Revisão de Investimentos Estrangeiros;
- o investimento individual passou a ser permitido; e
- a permissão para investimento em imóveis no exterior foi ampliado.

Entre 1981 e 1989, foram registrados, ao todo, 1.982 casos de IED, somando um pouco mais de US$ 2 bilhões em volume investido. Sendo que a maior parte dos investimentos ocorreu na segunda metade da década de 1980, que se pode observar na evolução do crescimento de IEDs apresentado no GRÁFICO 2.1.

GRÁFICO 2.1 – Crescimento de IEDs sul-coreanos, 1981-1989



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Nota-se, através da TABELA 2.4, que entre 1981 e 1989, houve diminuiu a participação das empresas grandes em relação ao período anterior, tanto em termos de quantidade como em volume. Essa diminuição, porém, não significa que as grandes empresas deixaram de ser os principais agentes de IED, se não que houve um aumento relativo da participação de investidores individuais e, principalmente, das PMEs como agentes de IED.

O aumento da participação das PMEs, em muito se deve, à simplificação da estrutura normativa para a realização dos IEDs, bem como à ampliação do portfólio de investimentos permitidos.

TABELA 2.4 – IED Sul-coreano por Tamanho da Empresa, 1981-1989

Tamanho da Empresa	Investimentos		Volume	
	Casos	%	em mil US$	%
Empresa Grande	1.167	58,9%	1.761.212	84,0%
Pequena e Média Empresa	774	39,1%	329.032	15,7%
Outros	41	2,1%	6.757	0,3%
TOTAL	**1.982**	**100,0%**	**2.097.002**	**100,0%**

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Também houve alteração na preferência de participação, como se pode observar na TABELA 2.5. Se no período anterior, em volume total, a proporção dos investimentos menores e iguais a 10% era maior, nesse período, tanto em quantidade como em volume, a preferência foi por investimentos únicos que registraram, respectivamente, 58,5% e 54,3%.

TABELA 2.5 – IED Sul-coreano conforme a Participação no Projeto, 1981-1989

Taxa de participação	Investimentos		Volume	
	Casos	%	em mil US$	%
≤ 10%	208	10,5%	100.018	4,8%
10% > 50%	247	12,5%	357.168	17,0%
50%	114	5,8%	176.492	8,4%
50% >100%	253	12,8%	324.165	15,5%
100%	1.160	58,5%	1.139.159	54,3%
TOTAL	**1.982**	**100,0%**	**2.097.002**	**100,0%**

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

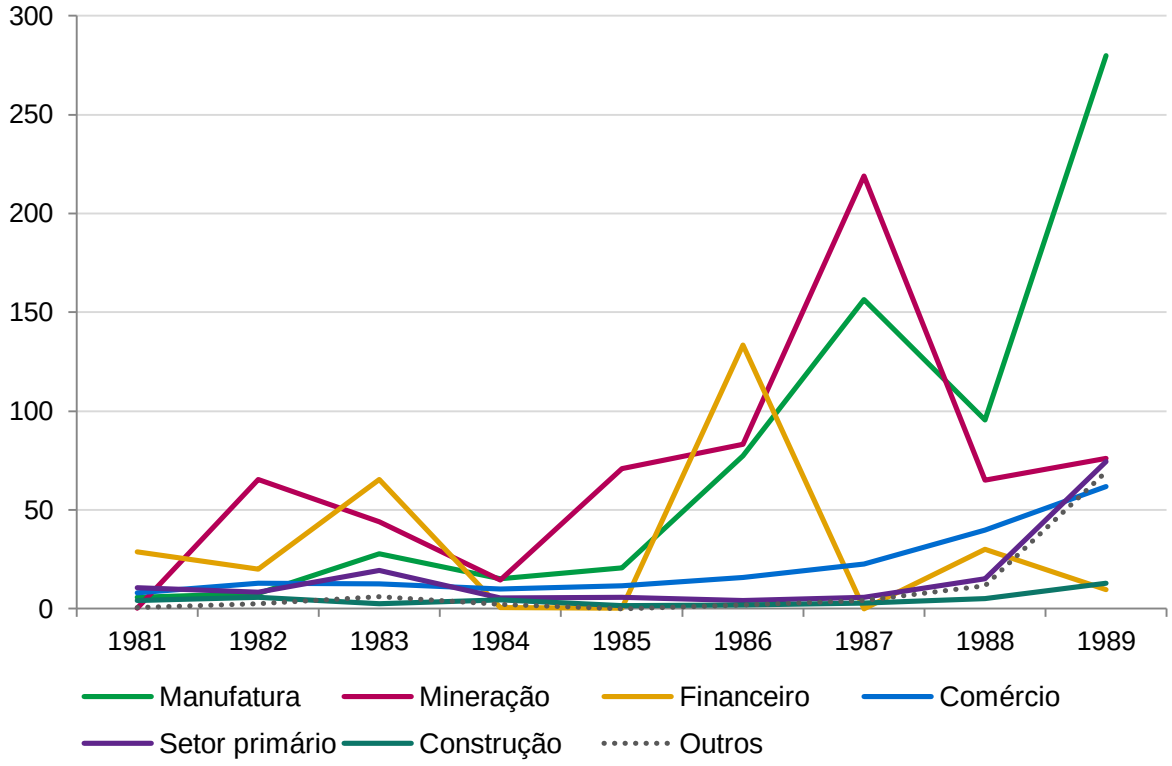
Entre os investimentos menores ou iguais a 10%, a maior parte se destinou ao setor financeiro e manufatura, em especial em 1988 e 1989. Tanto na participação maiores que 10% e menos que 50%, como na participação de 50%, a predominância foi de IEDs no setor de mineração. Já nos investimentos, cuja participação varia entre maior que 50% e menor que 100%, o setor que recebeu mais investimento foi o da manufatura, especialmente, a partir de 1986. E nos investimentos únicos, a mineração (22,7%), a manufatura (22,6%), o setor financeiro (20,8%) e o comércio (15,5%) receberam mais IEDs.

Assim, os maiores investimentos foram em mineração, manufatura e no setor financeiro, porém, os investimentos nesses setores apresentaram fortes oscilações

ao longo do período considerado (GRÁFICO 2.2), ao passo que os investimentos em comércio, no setor primário e em construção apresentaram um crescimento mais tímido que os outros setores, e que no período anterior.

GRÁFICO 2.2 – IED Sul-coreano anual por Setor, 1981-1989

(milhões US$)



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Observa-se, também, que os problemas macroeconômicos, como o déficit orçamentário e o congelamento do orçamento, em 1983 e 1984, refletiram em uma considerável contração dos IEDs nesses dois anos. Em contrapartida, o ambiente econômico a partir de 1986, convergindo com a maior desegulamentação, refletiu no aumento de investimentos na segunda metade da década.

Da mesma forma que o escoamento dos IEDs não foi uniforme no tempo, tampouco ocorreu de modo homogêneo no espaço. Com a TABELA 2.6 percebemos que a maior porção dos IEDs, como no período anterior, se concentrou na Ásia e na América do Norte, mas houve um aumento considerável dos IEDs para a América do Norte a partir de 1986.

TABELA 2.6 – Crescimento dos IEDs sul-coreanos por Região, 1981-1989

(mil US$)

Ano	Ásia	América do Norte	Europa	Oriente Médio	África	América Latina	Oceania
1981	6.567	33.451	1.503	3.408	919	978	11.248
1982	22.036	42.188	2.152	12.728	593	1.061	41.621
1983	34.317	108.689	12.610	2.987	416	312	15.796
1984	10.578	20.145	3.017	6.691	580	739	12.110
1985	17.861	26.813	38.813	10.299	231	2.858	16.092
1986	95.294	80.638	6.091	80.249	1	2.720	52.854
1987	132.283	188.813	7.656	70.908	622	4.226	6.149
1988	48.806	125.283	19.607	49.112	1.460	14.648	3.216
1989	139.123	283.414	19.137	32.125	8.341	56.990	44.829
TOTAL	506.866	909.433	110.587	268.507	13.162	84.533	203.914

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Entre US$ 108 milhões investidos em 1983 na América do Norte, são referentes US$ 60 milhões foram em serviços bancários nos Estados Unidos e US$ 26,1 milhões em extração de carvão no Canadá. E o aumento maciço dos IEDs, a partir de 1986, se deu em função do aumento expressivo dos investimentos em manufatura. Da mesma forma, os investimentos em mineração e manufatura é que contribuíram para o aumento dos IEDs na Ásia.

O aumento de investimentos também é observado na América Latina e na Oceania. E, apesar dos investimentos para a Europa, Oriente Médio e África se manterem em um patamar acima do registrado no período anterior, a sua proporção, em relação ao todo, decresceu. Na América Latina teve mais casos de investimentos do que a Europa e a Oceania. Contudo, em volume, a Oceania recebeu um valor superior à soma dos IEDs para o continente sul-americano e europeu (TABELA 2.7), principalmente, pelos investimentos em mineração.

Os IEDs no setor manufatureiro e a mineração receberam, respectivamente, US$ 685,8 milhões e US$ 638 milhões, ou seja, 32,7% e 30,4% do volume total, seguido pelo setor financeiro. Porém na quantidade de investimentos, os IEDs destinados ao comércio, ao setor primário e à construção foram maiores do que o setor financeiro. Apresentando uma situação distinta daquela vista no primeiro período.

TABELA 2.7 – Distribuição Regional do IED Sul-coreano por Setor, 1981-1989

(mil US$)

SETOR ECONÔMICO		REGIÃO							TOTAL	% do Volume Investido
		Ásia	América do Norte	Europa	Oriente Médio	África	América Latina	Oceania		
Manufatura	Casos	379	152	41	13	18	109	46	758	
	Volume	144.236	434.594	33.563	25.036	2.700	35.216	10.506	685.851	32,7%
Mineração	Casos	19	23	1	16	6	-	20	85	
	Volume	172.187	125.847	47.860	220.157	1.050	-	70.899	638.001	30,4%
Financeiro	Casos	10	10	-	1	-	-	2	23	
	Volume	119.893	119.867	-	5.000	-	-	43.706	288.467	13,8%
Comércio	Casos	193	321	83	5	6	10	20	638	
	Volume	32.104	124.243	23.211	376	1.994	4.090	8.985	195.003	9,3%
Setor primário	Casos	21	27	-	1	8	40	24	121	
	Volume	25.872	20.263	-	145	139	41.638	61.515	149.572	7,1%
Construção	Casos	26	31	-	19	6	-	10	92	
	Volume	1.080	20.883	-	15.971	678	-	2.987	41.600	2,0%
Outros	Casos	88	84	29	14	12	20	18	260	
	Volume	11.493	63.735	5.953	1.821	6.603	3.589	5.316	98.509	4,7%
TOTAL	Casos	736	648	154	69	56	179	140	1.982	
	Volume	506.866	909.433	110.587	268.507	13.162	84.533	203.914	2.097.002	100,0%
% do Volume Investido		24,2%	43,4%	5,3%	12,8%	0,6%	4,0%	9,7%	100,0%	

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Em número de investimento, o setor financeiro recebeu a mesma quantidade (23 casos) que o período anterior e registou crescimento no volume, com US$ 121 milhões a mais. Porém esse setor que havia somado o maior volume de investimentos (51%), entre 1981 e 1989 recebeu 13,8% do total de IEDs, em função do investimento maciço em mineração e manufatura. O continente asiático e o norte-americano foram os principais destinos, recebendo valores semelhantes de investimentos de US$ 119,8 milhões, sendo que 87,5% dos investimentos na Ásia foram para Hong Kong, e 75,9% foram para os Estados Unidos. A Oceania, em seguida, recebeu 15,2%, dos quais 99,4% foram para investir em um banco na Austrália..

2.2.1. Os IEDs na Indústria Manufatureira, 1981-1989

O fluxo de IEDs em manufatura teve um crescimento expressivo a partir de 1986, sendo que o maior volume escoou para a América do Norte, como observado no MAPA 2.1, sendo que em casos de investimentos a Ásia recebeu mais que o dobro de IEDs. Até 1985, a Ásia havia recebido 55,5% dos investimentos no setor, contudo, ao final de 1989, a América do Norte fechou com 68,4% do volume.

Entre US$ 434,6 milhões investidos na América do Norte, 69,4% foram para os Estados Unidos e 30,6% para o Canadá. Do volume investido na região, 63,42% foram para processamento de metal primário, e 10,8% para a produção de veículos.

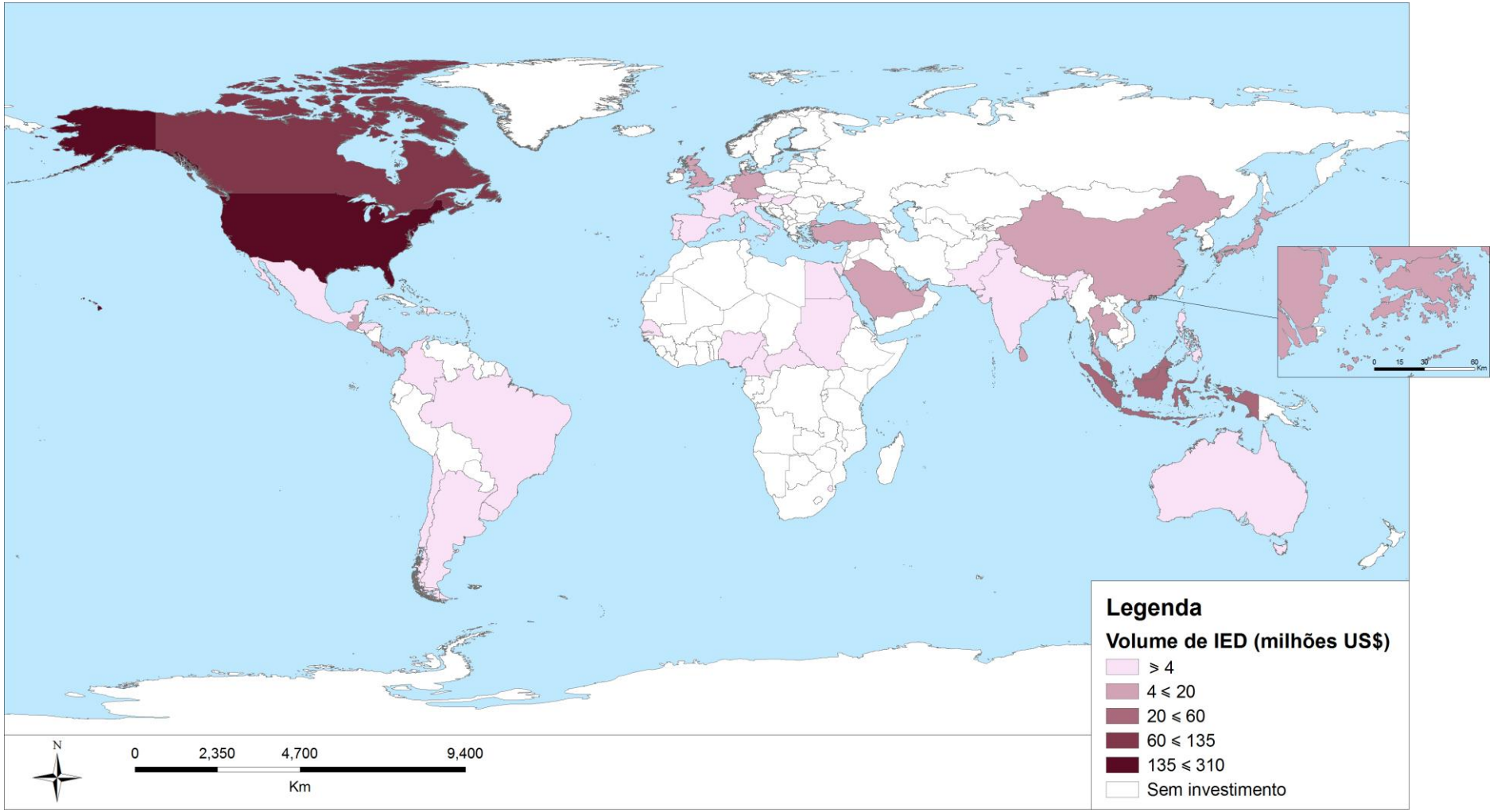
Na Ásia[88], a maior parte do volume se destinou à Indonésia (39,2%), Malásia (21,5%) e Tailândia (13,7%), mesmo sendo o continente que apresentou menos concentração de IEDs e maior diversificação do portfólio, os negócios que mais receberam investimento foram em processamento de metais não-metálicos (22,0%); artigos de couro (14,2%); e produtos químicos (9,3%).

Nesse período a América Latina recebe, proporcionalmente, mais investimentos que a Europa, Oriente Médio, Oceania e África. E na América Latina, foram os países da América Central, Costa Rica (26,0%), Guatemala (23,8%) e Panamá (22,2%) que receberam mais investimentos. Sendo que 71,1% dos IEDs destinados ao continente latino-americano foram para a produção de vestuários, e 18,0% para outros produtos têxteis.

---

[88] Os investimentos na China começam, efetivamente, em 1988.

MAPA 2.1 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Manufatura, 1981-1989



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Na Europa, o Reino Unido, a Alemanha e a Turquia receberam, respectivamente, US$ 11,3 milhões, US$ 7,1 milhões e US$ 6 milhões. Sendo 34,5% dos IEDs em manufatura para o continente europeu se destinaram à fabricação de produtos de metal[89], 16,4% para produtos e componentes eletrônicos, e 15,1% para veículos. No Oriente Médio, a Arábia Saudita recebeu 57,0% dos investimentos e os Emirados Árabes Unidos recebeu 43,0%, sendo 49,6% destinado a produtos químicos.

Na Oceania, as Ilhas Marianas Setentrionais receberam 67,2% dos IEDs e para a Austrália escoaram 22,3%. E, assim como na América Latina, os investimentos foram na produção de vestuário (58,4%) e outros produtos têxteis (11,0%).

Para Euh & Min (1986) grande parte dos IEDs para o Sudeste Asiático se devem às políticas adotadas por esses países no início da década de 1980. Apesar as particularidades da política de cada país, os incentivos às empresas coreanas eram como a seguir:

- isenção de imposto sobre a receita da subsidiária por 2 a 10 anos;
- ou redução de taxas para gastos em desenvolvimento do mercado, educação e treinamento dos trabalhadores locais;
- isenção de tarifas para a importação de insumos e máquinas; e
- incentivo para empresas que promovem a exportação, empregam materiais e trabalhadores locais, e praticam a transferência tecnológica.

Em função dos incentivos acima listados, da proximidade geográfica e na mão de obra barata, as empresas coreanas estabeleceram fábricas em países em desenvolvimento, especialmente na Ásia, visando exportar para outros países. E assim, aumentar a participação no mercado. No caso dos investimentos em países desenvolvidos que, em geral, exigem orçamentos maiores, foram para contornar as o protecionismo comercial.

A diversificação também ocorreu no setor manufatureiro. Apesar da existência de IEDs em indústria têxtil, de calçados, alimentos e madeira, a representatividade desses setores sobre os outros ramos se atenuou nesse período. Somente o processamento de metal primário recebeu 40,8% dos IEDs destinados ao setor, ou

[89] Exceto máquinas e móveis.

seja, US$ 280 milhões. Os IEDs dos produtores de componentes e produtos eletrônicos e dos fabricantes de veículos aumentaram durante a década de 1980, e mais intensamente a partir da segunda metade dessa década.

No setor automobilístico, a *Hyundai Motor Company* (HMC) começou exportando para a América Latina e Oriente Médio no final da década de 1970. Suas exportações para o continente europeu começaram na década de 1980, porém a inserção nesses mercados não foi satisfatória. Em meados da década de 1980 a HMC abriu escritórios no Canadá (1984) e nos Estados Unidos (1986).

No setor eletrônico, a *Samsung Electronics* (SEC) que já havia aberto um escritório no Panamá, em 1978, entre 1981 e 1989, inaugurou 18 escritórios de vendas, além de construir duas unidades produtivas: uma no México e outra na Hungria. Sendo que no Reino Unido encontra-se também a sede regional da empresa.

A *LG Electronics* (LGE) que já possuía escritórios de vendas nos Estados Unidos, Japão e Alemanha, abriu 17 novos escritórios, dois deles nos EUA.

Tanto no caso da SEC, como no caso da LGE, a maior parte dos escritórios foi aberta na segunda metade dos anos de 1980. Sendo que a fábrica da SEC na Hungria, e o escritório da LGE no Paquistão foram instalados após o *Nordpolitik*, em 1989, evidenciando que laços políticos influenciam na tomada de decisões das empresas.

Cabe ressaltar que o estabelecimento de escritórios no Panamá dessas duas empresas no setor de produtos eletrônicos, se deve a fatores de logística e estratégica do Canal do Panamá.

2.2.2. Os IEDs no Setor de Mineração, 1981-1989

O crescimento de IEDs no setor de mineração é notável, já que entre 1968 e 1980 os investimentos somaram US$ 1,45 milhão, ou seja, apenas 0,44% do total, para obtenção de carvão mineral e minério de ferro.

Todavia, nesse segundo período, além do aumento no volume investido, houve também uma diversificação no portfólio. Se entre 1981 e 1984 predominaram os investimentos em depósitos de carvão mineral e materias de construção, a partir de 1985, iniciam os investimentos em extração de petróleo e gás natural (TABELA 13).

TABELA 2.7 – Portfólio dos IEDs em Mineração, 1981-1989

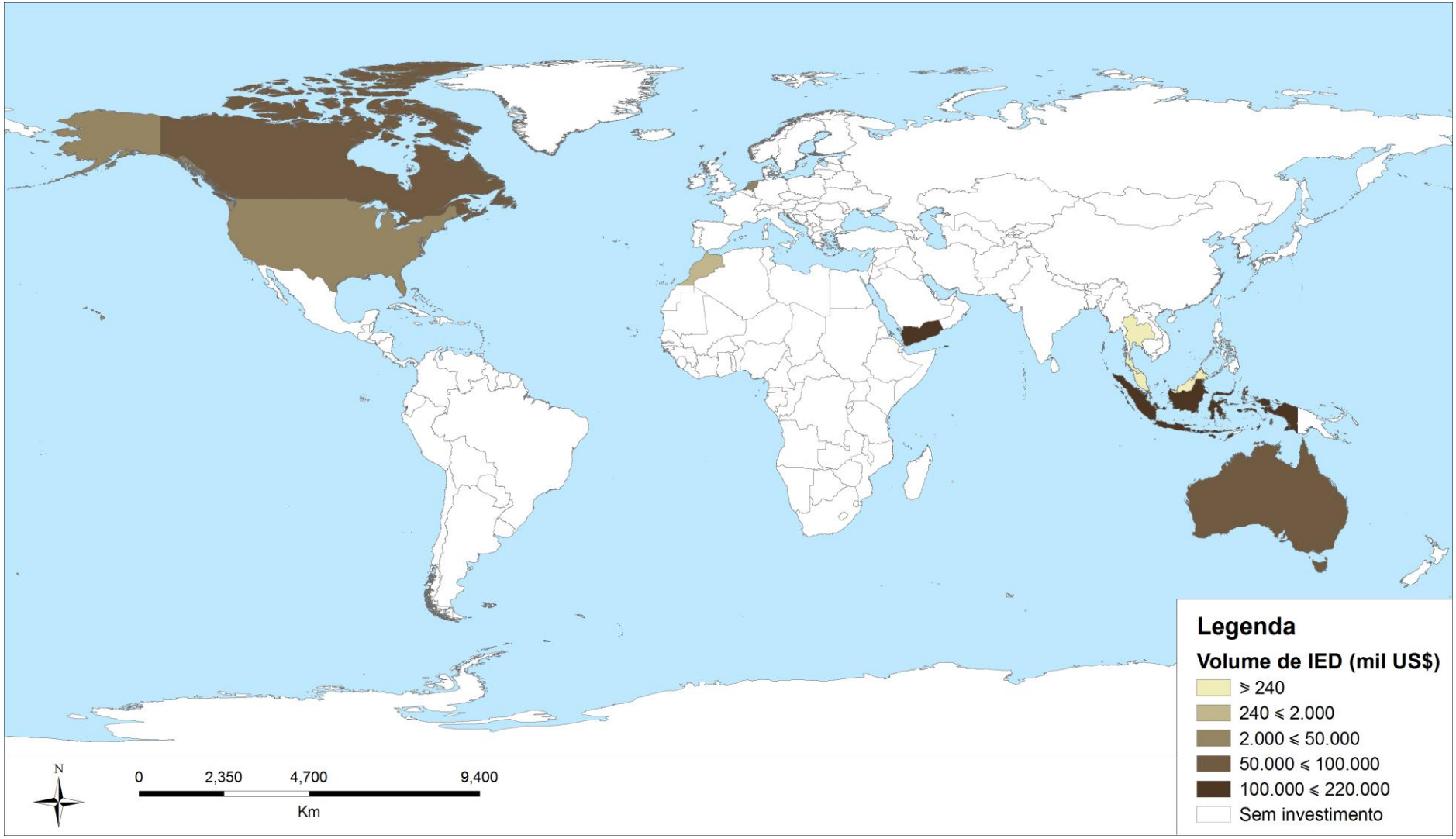
ANO	Pedra para Construção	Carvão Mineral	Alumínio e Tório	Petróleo Bruto e Gás Natural
1981	-	115	-	-
1982	1,387	63,902	-	-
1983	850	43,116	-	
1984	3,829	10,688	-	
1985	300	65,516	-	5,165
1986	500	8,718	-	73,874
1987	990	14,891	10,695	192,511
1988	575	31	784	63,605
1989	20,202	85	476	55,197
TOTAL	**28,633**	**207,062**	**11,955**	**390,350**

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Os investimentos em mineração foram mais concentrados no espaço (MAPA 2.2), já que esta atividade econômica depende da existência do recurso natural para ocorrer, e de acordos entre governos e empresas para se efetuar investimentos.

No Oriente Médio, o fluxo de IED foi exclusivamente para a extração de petróleo e gás natural no Iêmen. Na Ásia, 99,8% dos investimentos escoaram para a Indonésia, foram para a extração de petróleo e gás natural e pedras para construção. Na América do Norte, 75% foram para o Canadá e 25% para os Estados Unidos. Os IEDs no Canadá tinham a finalidade de investir em depósitos de carvão, alumínio e tório, já os investimentos nos EUA foram para a exploração de petróleo, alumínio e material de construção. E, finalmente, na Oceania, 99,7% dos IEDs foram para a Austrália para a exploração de carvão mineral.

MAPA 2.2 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Mineração, 1981-1989



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

O investimento contínuo em pedras para construção foi para suprir a demanda dos projetos das construtoras. Já os investimentos em depósitos de carvão mineral, por seu turno, visaram garantir o suprimento da indústria siderúrgica sul-coreana, em expansão da capacidade produtiva[90]. Parte dos investimentos em depósitos de carvão, na Austrália e no Canadá, é originário da siderúrgica POSCO que, em 1981, criou a *Pohang Steel Australia Proprietary Ltd*[91], e em 1982, formou a *POSCO Canada Ltd*. E os investimentos em alumínio e tório, a partir de 1987, são indicativos da sofisticação e diversificação dos produtos siderúrgicos.

Igualmente no sentido de superar a escassez de recursos naturais, os investimentos na indústria madeireira foram reforçados. Entre os US$ 50 milhões investidos no setor primário de 1981 a 1985, 55,5% se destinaram à indústria madeireira. Sendo que no período todo (1981-1989), essa indústria recebeu US$ 62,1 milhões em IEDs coreanos. A maior porção desses investimentos se deu em Papua Nova Guiné (74.8%), Ilhas Salomão (14.7%) e Indonésia (8.1%).[92]

2.2.3. Os IEDs na Indústria da Construção, 1981-1989

Apontado como um setor estratégico para a economia do país, a indústria da construção, desde 1975, usufruiu de apoio do governo. No lugar de reduzir 50% dos impostos sobre os rendimentos originários do exterior, a partir de 1981, as empresas de construção no exterior passaram a deduzir 2% receita cambial dos seus rendimentos tributáveis, dentro do limite de 50% da renda obtida no exterior. Junto a esse incentivo, o setor também recebeu amortização na compra de equipamentos e redução do imposto de renda para os trabalhadores empregados no exterior. Esse sistema de dedução estava planejado para vencer em 1986, porém foi estendido até 1991 por causa do baixo rendimento das atividades no exterior (KIM, 1988b).

Em 1982 o governo deixou de oferecer garantias para empréstimos utilizados em projetos de construção. Em decorrência da privatização do setor bancário, e como uma forma de reforçar, ao público, a independência gerencial, os bancos

---

[90] A POSCO, criada em 1968, inciou a operar em 1973, com a capacidade de 1,03 milhões de toneladas por ano. Num período de 10 anos, essa capacidade foi expandida, em 4 etapas, para 9,1 milhões de toneladas ao ano. E, em 1982, inciou a construção da segunda usina integrada com capacidade inicial de 2,7 milhões de toneladas ao ano. Esta usina inciou sua operação em 1987, já com planos de expansão da sua capacidade produtiva em 100% para o ano seguinte (LEE, 2008)

[91] Atual *POSCO Australia Proprietary Ltd*.

[92] Os investimentos em pesca em alto mar receberam US$ 80,7 milhões ao longo dos 9 anos.

passaram a oferecer garantias individuais com base em suas próprias avaliações.

E como mencionado no capítulo anterior, as empresas coreanas de construção eram competitivas no mercado internacional em projetos intensivos em mão de obra. Assim, os projetos que exigiam habilidades específicas e o uso de tecnologias avançadas, como a construção de usinas hidrelétricas ou instalações de meios de comunicação, e serviços profissionais em design, engenharia e gestão da construção, o desempenho das empresas coreanas era menor.

Contudo, os estudos de Kim (1988b) mostram que os contratos em construção atingiram um pico de US$ 13.681 milhões em 1981, mas começaram a diminuir (TABELA 2.8). Novos contratos fechados em 1986 formavam apenas 16,3% do valor de 1981.

TABELA 2.8 – Contratos da Indústria de Construção sul-coreana, 1981-1986

(milhões US$)

Ano	Oriente Médio	Outras áreas	Total	Porcentagem do Oriente Médio (%)
1981	12.674,2	1.006,8	13.681,0	92,6
1982	11.391,8	1.991,6	13.383,4	85,1
1983	9.023,3	1.420,6	10.443,9	86,4
1984	5.910,5	591.9	6.502,4	90,9
1985	4.285,3	405.6	4.690,9	91,4
1986	1.241,6	997.5	2.239,1	55,5

Fonte: *Republic of Korea, Ministry of Construction, Construction Exports, various issues* (KIM 1988b, p.227)

O rápido decréscimo foi devido à queda no número de projetos de construção no Oriente Médio, e a elevação do custo da mão de obra do trabalhador sul-coreano que enfraqueceu a competitividade das empresas coreanas. Assim, as empresas começaram a se concentrar na busca de contratos em novos mercados, como os Estado Unidos e o Japão[93].

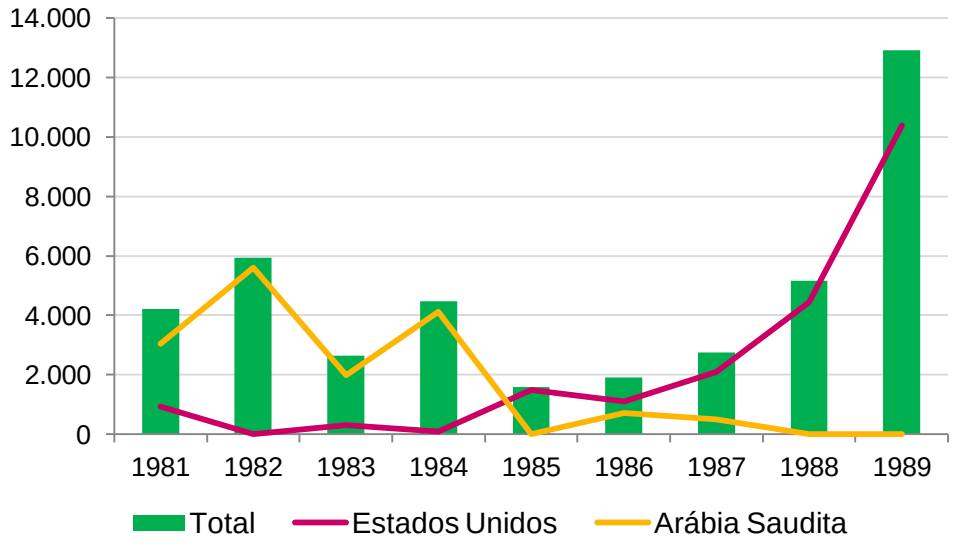
Em 1985, as empresas ganharam novos contratos nos EUA, avaliados em US$ 49 milhões, porém nesse ano a participação no mercado norte-americano de construção era de apenas 0,4% (CHOI, 1986 *apud* KIM, 1988b, p.236). E essa dificuldade de manter o nível de rendimento obtido no Oriente Médio, levou o governo a oferecer assistência às empresas dispostas a se retirar do mercado da

[93] A entrada no mercado japonês de construção ocorrerá somente no próximo período.

construção no exterior e entregar suas licenças para outras empresas, no início de 1987.

Entretanto, o GRÁFICO 2.3 mostra que esse se tornou o momento em que o Oriente Médio deixa de ser o principal destino de IEDs, com o crescimento do fluxo de IEDs para a América do Norte. Cabe ressaltar que os investimentos para essas regiões, entre 1981 e 1989, foram investimentos exclusivos para a Arábia Saudita e os Estados Unidos de, respectivamente, 38,4% e 50,2% do volume total. Entre os IEDs na Oceania, a Ilha de Guam continuou como o principal destino. Na África os investimentos foram para a Nigéria e Egito. E na Ásia, os IEDs escoaram para Malásia e Hong Kong (MAPA 2.3).

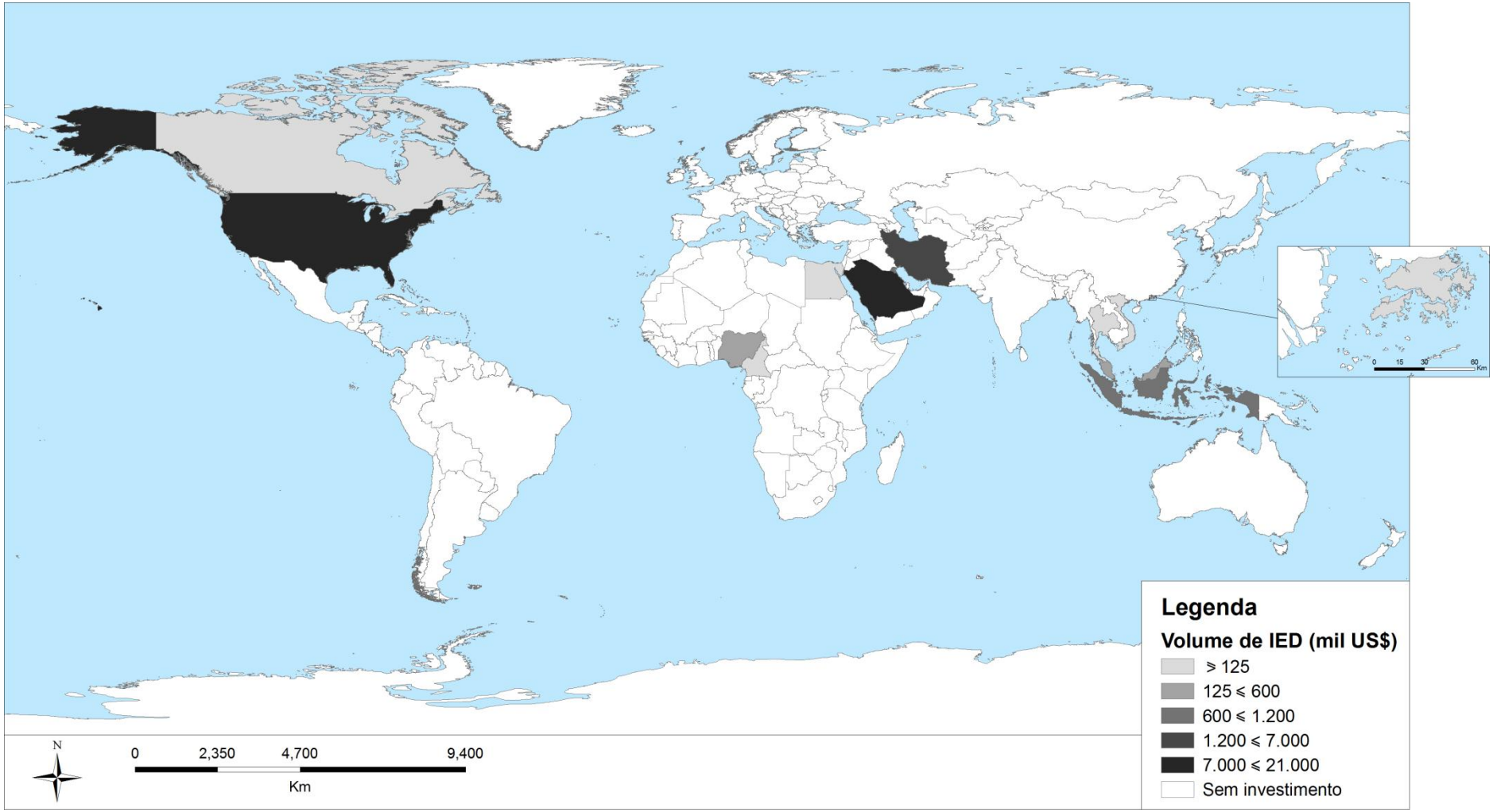
GRÁFICO 2.3 – Mudança do Destino de IEDs Sul-coreanos em Construção, 1981-1989



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

A *Hyundai Engineering and Construction Company* (HECC), nesse período, abriu escritórios nos Inglaterra (1982) Cingapura (1982), Hong Kong (1983) e Índia (1986). E como a maior construtora sul-coreana, obteve, ao todo, 9 contratos dos quais 8 foram para projetos no continente asiático e um no Canadá. Em 1988, a HECC iniciou os preparativos para entrar no mercado japonês.

MAPA 2.3 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Construção, 1981-1989



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

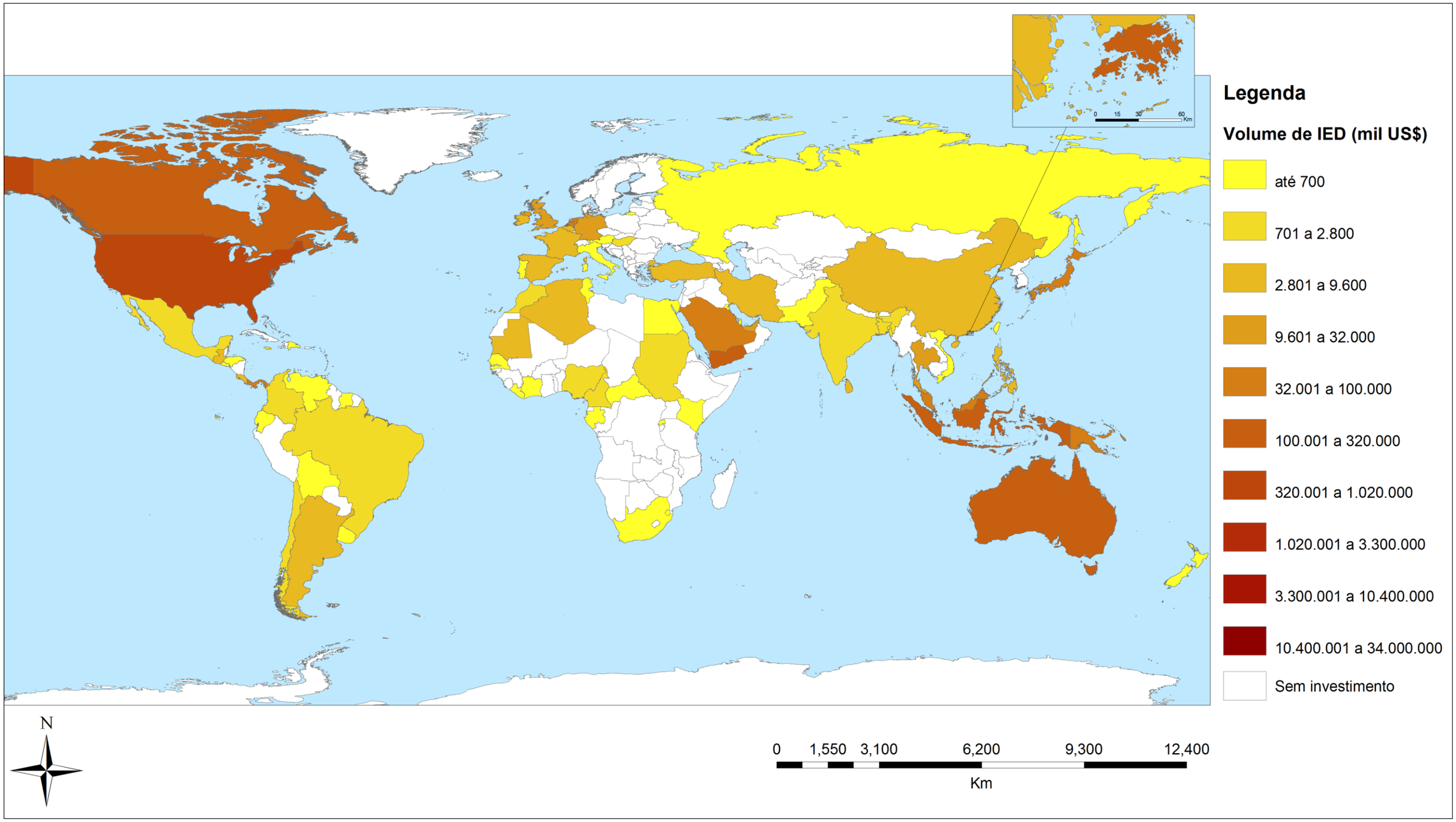
* * * * *

Nesse segundo período (1981-1989), mudanças graduais são promovidas pelo governo na esfera política, econômica e social, em direção à democratização política, liberalização econômica e bem-estar social.

O governo que tinha o papel de controlar o escoamento de capital para o exterior, a partir desse momento passa a exercer apenas um papel de regulador dos investimentos, ao promover a simplificação e a desregulamentação da estrutura normativa ao longo da década.

E as relações políticas estabelecidas com a *Nordpolitik* mostram suas implicações ainda na década de 1980, com o escoamento de IEDs para a China, Rússia, Paquistão e Hungria (MAPA 2.4).

MAPA 2.4 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos, 1981-1989



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

CAPÍTULO 3

TERCEIRO PERÍODO (1990-1997): A LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA, A CRISE FINANCEIRA E O CRESCIMENTO DO IED

A década de 1990 é um momento histórico marcado pelo rápido desenvolvimento de tecnologias de informação, comunicação e o nascimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) trouxeram aumento da concorrência internacional e crescente integração da economia mundial.

Para se inserir nesse novo cenário internacional, a Coreia do Sul teve que promover maior liberalização econômica e equalizar as instituições nacionais aos padrões internacionais. Além de desenvolver a sua estrutura industrial. No entanto, a economia coreana foi atingida pela crise financeira asiática em 1997. Essa crise também foi um marco para os investimentos estrangeiros sul-coreanos

3.1. O Governo Liberal e promotor da Globalização

A economia da Coreia do Sul manteve o seu crescimento, impulsionado pelo desenvolvimento de indústrias de tecnologia previsto no 6º PQDES. Porém o grande problema econômico era o déficit da balança comercial e da balança de pagamentos a partir de 1990.

TABELA 3.1 – O Saldo da Balança Comercial da Coreia do Sul, 1990-1992

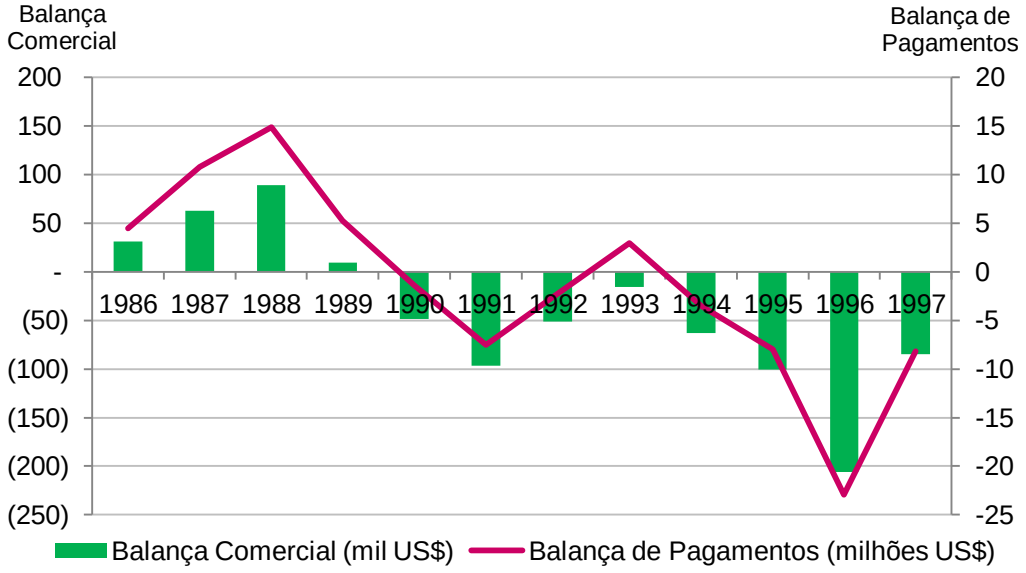
(mil US$)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1990	65.015.731	69.843.678	-4.827.947
1991	71.870.122	81.524.858	-9.654.736
1992	76.631.515	81.775.257	-5.143.742
1993	82.235.866	83.800.142	-1.564.276
1994	96.013.237	102.348.175	-6.334.938
1995	125.057.988	135.118.933	-10.060.945
1996	129.715.137	150.339.100	-20.623.963
1997	136.164.204	144.616.374	-8.452.170

Fonte*: Bank of Korea*. Elaborado por Priscila Helena Lee

No caso da balança comercial, o aumento excessivo do volume de importações foi que provocou o déficit visto que as exportações tampouco recuaram nesse momento (TABELA 3.1).

GRÁFICO 3.1 – Saldo da Balança Comercial e da Balança de Pagamentos da Coreia do Sul, 1986-1997



Fonte: *Bank of Korea*. Elaborado por Priscila Helena Lee

Os movimentos trabalhistas tiveram muita força no final da década de 1980 (TABELA 3.2). Segundo HEO & REOHRIG (2010), estes diminuíram no início dos anos de 1990 devido à conjuntura econômica nacional e as relações de trabalho tiveram melhora temporária.

TABELA 3.2 – Casos de Disputas trabalhistas na Coreia do Sul, 1987-1993

Ano	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Casos	3.749	1.873	1.616	322	234	235	144

Fonte: HEO *et al.*, 2008, p.14

Apesar das pressões, o presidente Roh não executou nenhum tipo de reforma trabalhista. No entanto, o setor de trabalho continuou a exercer pressão sobre o governo Roh, especialmente depois de a Coreia do Sul aderir à Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 1991 e à Organização Internacional do Trabalho (OIT), em dezembro do mesmo ano.

Como parte dos esforços de normalizar as relações diplomáticas com a

Coreia do Norte, em setembro de 1990, foi realizada a primeira reunião de primeiro-ministros em Seul. Esse primeiro diálogo resultou no Acordo de Reconciliação, Não-agressão, Intercâmbio e Cooperação, e na Declaração de Desnuclearização da Península Coreana, assinado e iniciado em dezembro de 1991[94].

No início de 1990, Roh, como líder de um partido minoritário, preocupado com sua vulnerabilidade política na Assembleia Nacional, promoveu a fusão do seu partido com dois partidos da oposição: o Partido da Unificação Democrática, liderado por Kim Young-sam, e o Novo Partido Democrático Republicano, liderado por Kim Jong Pil. Isolando, desse modo, o Partido Democrático de Kim Dae Jung. E, nas eleições de 1992, Kim Young-sam (1993-1997) é eleito.

Ao assumir a presidência, em 1993, Kim Young-sam[95], enfatizou que em seu madato haveriam esforços em promover um governo limpo, uma economia sólida, uma sociedade saudável, e a unificação pacífica (KIM, 2000; HEO & ROEHRIG, 2010). Dessa forma, as mudanças esboçadas no período de transição são aprofundadas, com a promoção de reformas políticas, sociais, econômicas e culturais.

Logo em seu discurso de posse, anunciou que não iria receber qualquer contribuição política de empresários[96]. E como forma de combater a corrupção, Kim exigiu que os políticos declarassem os seus bens, e que utilizassem o nome verdadeiro para transações financeiras e em suas propriedades. O presidente, voluntariamente, divulgou os seus bens, e os membros do gabinete, políticos e membros da Assembleia Nacional seguiram o exemplo.[97]

A segunda medida, em convergência com esta primeira, determinava que todos os indivíduos e empresas também utilizassem nome verdadeiro para transações financeiras e aquisição de bens. Com isso, o governo visava promover transações financeiras transparentes, reduzindo a sonegação fiscal e as transações

---

[94] Em inglês, respectivamente, *Agreement on Reconciliation, Nonaggression, Exchanges, and Cooperation* e *Declaration on the Denuclearization of the Korean Peninsula*.

[95] Kim Young-sam, foi o defensor da democracia que Park tinha jogado para fora da Assembleia Nacional no início de 1979. Ele foi o líder do partido oposto em Assembleia Nacional.

[96] Enquanto o governo que dava aos *chaebols* alocação de crédito preferencial, sem passar por um processo adequado de análise dos negócios, em troca, as empresas forneciam contribuições ilegais para campanhas políticas. Foram estes laços político-empresariais que resultaram em corrupção, exigindo a prestação de contas públicas.

[97] Em 20 de maio de 1993, foi aprovada a “Lei de Ética para Funcionários Públicos”. Essa lei levou muitos políticos a se demitirem em consequências das denúncias de que os valores e bens declarados haviam sido forjados.

ilegais.[98] Antes desta medida,

> "o governo sul-coreano implicitamente admitia transações financeiras em nome falso para aumentar a poupança e circulação de dinheiro. No entanto, as contas em nome falso eram usadas para evitar impostode renda, bem como em esquemas de lavagem de dinheiro" (HEO *et al*, 2008, p.15).

As mudanças na estrutura econômica sul-coreana foram, basicamente, liberalização do mercado sul-coreano através das políticas de internacionalização e globalização. Em novembro de 1994, Kim anunciou a implementação da política de globalização[99] e criou o Comitê de Promoção da Globalização[100]. Esta política é resultado do reconhecimento da crescente necessidade de aumentar a competitividade global da Coreia.

> Aqui podemos ver claramente o funcionamento do pensamento darwinista social na promoção da globalização da Coreia globalização e um tratamento instrumentista da globalização, isto é, utilizando a globalização como um meio de obter uma vantagem competitiva para a nação (SHIN, 2003, p.11).

A nova política econômica previa quatro fases para a globalização dos negócios (FIGURA 3.1) para alcançar competitividade de nível mundial e estabelecer uma economia sólida.

FIGURA 3.1 – As Quatro fases para Globalização dos Negócios

Elaborado por Priscila Helena Lee

Conforme essas quatro fases, a empresa nacional, primeiro, se orienta para o mercado nacional para depois expandir o seu mercado para o exterior através de exportações. E após ganhar experiência e ampliar o seu *market share* em

---

[98] Como resultado, algumas pequenas e médias empresas se tornaram insolventes mas, com o tempo, a economia gradualmente se ajustou a este sistema e melhorando a transparência das transações financeiras (HEO & ROEHRIG, 2010).

[99] A política foi nomeada de *segyehwa* ("세계화"), que nada mais é do que "globalização", em coreano.

[100] Em inglês, *Globalization Promotion Committee*. Chefiado pelo primeiro-ministro, com comissões de planejamento político, reforma administrativa, educacional e de ciência e tecnologia (GILLS & GILLS, 2000).

determinados países, esta se estabeleceria subsidiárias no exterior. Com a ampliação do número de subsidiárias no exterior, do número de atividades (marketing, gerenciamento, produção), do *market share* a empresa nacional se tornaria uma empresa global.

Para este fim, o governo julgou necessário promover autonomia, competição e liberalização. Nesse sentido, o governo diminuiu ainda mais as práticas intervencionistas, promoveu maior desregulamentação e revisou as leis relacionadas ao comércio justo. Com isso o presidente Kim buscou estabelecer um sistema econômico liderado pelo setor privado, e uma economia de mercado impulsionado pela concorrência (KIM, 2000).

O governo adotou três estratégias para implementar os objetivos da política de globalização. A primeira foi melhorar as operações das políticas macroeconômicas (fiscal e financeira) em resposta à rápida mudança do mercado global, como forma de se adaptar às tendências de abertura, liberalização e internacionalização dos mercados financeiros.

A segunda estratégia era a reestruturação das políticas microeconômicas, que seria feita por reforma das regulamentações reforçando as políticas favoráveis à concorrência, mudança das políticas industriais, reforma das políticas corporativas e de trabalho, e estabelecendo políticas de proteção ao consumidor. E, a última estratégia consistia em implementar as políticas econômicas externas.

A reforma das políticas corporativas era para promover a desregulamentação a partir da qual as empresas individuais tenham autonomia de gestão. No entanto, políticas destinadas para evitar a concentração econômica, como a dispersão da propriedade e regulação do capital investimento foi mantida. Além disso, políticas relacionadas à regulação das atividades e operações corporativas que deveriam ser revisadas para aumentar a transparência, racionalidade, eficiência e responsabilidade da gestão corporativa, não sofreram alterações.

Portanto, a política de globalização para as empresas privadas removeu os obstáculos para o investimento estrangeiro, preparando o ambiente para que o setor privado tome iniciativas. E, assim, o governo passa a se ausentar das cada vez mais das atividades econômicas (KIM, 2000).

Essas mudanças também tinham como finalidade ajustar a economia para ser aceito na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), visto que para entrar na OCDE era necessário liberalizar economia e promover

reformas trabalhistas. Contudo, Kim Young-sam, decidiu não intervir nas disputas trabalhistas, no início do mandato.

> Em princípio, este era um afastamento importante da tradição intervencionista e corporativista dos governos autoritários anteriores. Por outro lado, os preparativos para a entrada da Coréia do Sul na OCDE aumentaram a urgência de avançar nas relações industriais e na reforma trabalhista. A OIT estava insatisfeita com os registros da Coreia do Sul no cumprimento das normas trabalhistas internacionais (GILLS & GILLS, 2000, p. 91).

Apesar disso, o governo priorizou a liberalização econômica e a globalização, no lugar de realizar, simultaneamente, reformas na governança corporativa e nas leis trabalhistas. Estas aconteceram mais tarde. E em função dos frutos das políticas diplomáticas do governo anterior, Kim Young-sam também redesenhou os Ministérios das Relações Exteriores e o Ministério do Comércio e das Relações Exteriores, para corroborar com a integração à economia mundial.[101]

Outra mudança notável do governo Kim, foi que o poder do governo central foi reduzido, aumentando proporcionalmente a autoridade do poder local. Assim, cada província passou a eleger seus próprios governantes e prefeitos, até então nomeados pelo governo central.

Todavia, cabe ressaltar que as mudanças da política econômica não foram resultados somente das pressões internas, se não também de pressões externas significativas. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial,

> a economia política regional do Leste Asiático teve uma posição de destaque no sistema global. Interesses estratégicos definiram a doutrina geopolítica americana na Ásia Oriental e produziu uma tolerância para a não conformidade do Leste Asiático em relação às normas econômicas liberais. Na última década, a estrutura da economia regional do Leste da Ásia tem sido profundamente influenciada por vários fatores. Estes incluem a queda da Rússia, a liberalização e aumento da integração da China à economia regional, a democratização incipiente de vários países da Ásia Oriental, as crescentes críticas do desenvolvimentismo autoritário, e o impacto contínuo da agenda norte-americana da globalização econômica neoliberal. Aos olhos dos Estados Unidos, o fim da Guerra Fria e o desaparecimento da União Soviética, em grande parte suprimiu a justificativa estratégica para práticas neomercantilistas e instituições estatais desenvolvimentistas no Leste Asiático. A mudança nas prioridades dos EUA para o seu interesse econômico abriu a possibilidade de combinar a

[101] O presidente Kim Young-sam também tinha o objetivo de expandir as relações diplomáticas com a Coreia do Norte. Todavia, o que ele fez foi manter a política de unificação. Esta, no entanto, apenas sustentou a hostilidade, e bloqueou as possibilidade de normalização das relações diplomáticas com a Coreia do Norte.

> expansão da integração econômica regional com um relaxamento das tensões ideológicas e estratégicas (*idem*, p.96).

Assim, a pressão dos Estados Unidos foi um fator importante para a decisão de executar a liberalização econômica e a globalização.

3.1.1. A Crise Financeira Asiática de 1997 e Reformas Trabalhistas

Apesar de um crescimento mais lento que nas décadas passadas, a economia sul-coreana continuou crescendo durante a primeira metade da década de 1990, mas a balança comercial e a balança de pagamentos acumularam déficits cada vez maiores. Em 1996, a economia sul-coreana começou a mostrar sinais de desaceleração. O crescimento da produção industrial diminuiu de 14% em 1995 para 10% em 1996, e as vendas de produtos manufaturados, que registraram 20% de crescimento em 1995, haviam diminuído para 10% em 1996. Nesse ano, dois terços dos *chaebol* haviam obtido lucros menores, e a Bolsa de valores da Coreia do Sul (KOSPI[102]) teve queda de 35% (HEO & ROEHRIG, 2010). O déficit comercial atingiu US$ 20,6 bilhões em 1996, o maior déficit da história do país (4,5% do PIB).

Para lidar com os problemas econômicos, o governo Kim elaborou dois projetos de lei para a reforma econômica. O primeiro projeto visava reformas trabalhistas, pois a rigidez do mercado de trabalho e o crescente custo da mão de obra teria sido uma das principais causas da desaceleração econômica. Este projeto previa o relaxamanto das regras para demissão de trabalhadores, substituição de trabalhadores em greve, e horas de trabalhos mais flexíveis (HEO *et al.*, 2008).

A justificativa era que, desde a criação da Confederação de Sindicatos da Coreia[103] (CSC), em 1990, ao mesmo tempo em que os sindicatos ganharam força, também aumentaram os dias de trabalho perdidos devido às greves. E essa situação prejudicava a competitividade internacional, agravando a desaceleração econômica. Assim, esse projeto de lei também visava reduzir o poder da CCS. A proposta enfrentou forte oposição dos sindicatos e do partido de oposição na Assembleia Nacional. Entretanto, na madrugada do dia 26 de dezembro de 1996, na ausência dos políticos da oposição, o projeto foi aprovado.

---

[102] Sigla em inglês de *Korea Composite Stock Price Index*.
[103] Em inglês, Korea Confederation of Trade Unions.

Em resposta a essa manobra política, a CCS declarou greve national que se estendeu por 2 meses. E quando a Federação Coreana de Sindicatos[104] (FCS) aderiu à greve, o governo reabriu o debate sobre a lei trabalhista. E após negociações, finalmente, em março de 1997, é aprovada o novo projeto de lei (GILLS & GILLS, 2000).

Como previsto no primeiro projeto, a lei fez concessões às demandas das empresas, aumentando a flexibilidade do mercado de trabalho, permitindo de demissões e substituição de trabalhadores em greve. No entanto, os trabalhadores ganharam uma moratória de dois anos sobre o uso excessivo de demissões, a aprovação de apoio financeiro aos funcionários de tempo integral dos sindicatos, e a retirada da proibição de atividades políticas dos sindicatos, exceto para casos em que o objetivo principal é promover um movimento político.

Com a lei, o governo tinha a expectativa de lançar as bases para um sistema de relação industrial participativa e cooperativa. Porém o agravamento da desaceleração econômica e a crise ao final de 1997 aprofundaram as tensões na relação dos trabalhadores tanto com os empresários como com o governo.

A liberalização financeira e política monetária restritiva do início da década de 1990 mantiveram a taxa de juros nacional acima das taxas de juros mundiais. Isso incentivou os bancos comerciais a buscarem créditos estrangeiros mais baratos em função da taxa de câmbio atrelada. E devido à ausência de um sistema de supervisão das práticas de empréstimos internacionais, a contração de empréstimos de curto prazo aumentou, elevando o nível de endividamento da economia.

Em janeiro de 1997, a *Hanbo Steel Company*, um dos trinta maiores *chaebol*, foi à falência por causa de uma dívida de US$ 6 bilhões. Esta falência revelou um escândalo político envolvendo subornos e propinas, que teve um impacto significativo sobre a economia e política da Coreia do Sul. Em seguida, outro *chaebol*, *Sami Steel Corporation*, declarou falência, e a *Kia Motors* pediu proteção contra falência. Dessa forma, essas empresas deixaram ativos tóxicos para instituições financeiras, criando sérios problemas financeiros para os credores. Uma revisão nas práticas de crédito existentes, e uma melhor supervisão das operações financeiras se tornaram imperativo.

Para isso, o governo Kim Young-sam apresenta o segundo projeto de lei para

---

[104] Em inglês, *Federation of Korean Trade Unions*.

a reforma financeira, em agosto de 1997. O projeto foi concebido para melhorar a supervisão das práticas de empréstimos, criando uma nova agência governamental para supervisionar todas as instituições financeiras.

Contudo, houve um impasse quanto à hierarquia que essa agência iria dirigir os seus relatórios. Se ao Banco da Coreia ou ao Ministério das Finanças, já que o primeiro era responsável pelos assuntos relacionados aos bancos comerciais, e o segundo sobre as outras instituições financeiras (HEO & ROEHRIG, 2010). Além disso, esse projeto de lei concedia maior autonomia ao Banco da Coreia, para que as decisões de política monetária fossem independentes. Mas o projeto não foi aprovado pela Assembleia Nacional.

Em julho, o Banco da Tailândia havia abandonado o sistema de câmbio fixo, adotando o sistema de câmbio flutuante por incapacidade de estabilizar a taxa de câmbio. Os problemas financeiros da Tailândia e a mudança na moeda tailandesa tiveram implicações para as organizações financeiras sul-coreanas, pois estas tinham US$ 173 milhões em empréstimos investidos na Tailândia. Concomitantemente, as economias da Malásia e da Indonésia também começaram a mostrar sinais crise. Com cerca de um terço das exportações dependente dos mercados do Sudeste Asiático, os problemas financeiros nos países da região tiveram graves repercussões para a economia da Coreia do Sul.

Em função da instabilidade das economias dessa região e da preocupação sobre os efeitos da crise em outros países da Ásia, investidores estrangeiros retiraram o seu capital dos mercados asiáticos em um ritmo muito rápido. Em outubro de 1997, a bolsa de Hong Kong teve uma queda de 10,4%. Em seguida, a diminuição na classificação de crédito do mercado coreano dada pela agência Moody's, levou os investidores a retirarem seu capital da KOSPI. Consequentemente, a taxa de câmbio disparou na segunda metade de 1997[105], mas o governo sul-coreano não tinha reservas cambiais suficientes[106] para segurar a desvalorização da sua moeda, pedindo fundo de resgate ao FMI para socorrer a economia.

Em dezembro de 1997, o FMI anunciou um socorro US$ 57 milhões para a

---

[105] Taxa de câmbio disparou de \ 890,5 por US$ 1,00, em julho de 1997, para a quase \ 2.000 por US$ 1,00 no início de 1998 (HEO & ROEHRIG, 2010).

[106] As reservas sul-coreanas em moeda estrangeira haviam sido depositadas em subsidiárias estrangeiras de bancos nacionais. Esses bancos, por sua vez, concederam empréstimos às subsidiárias estrangeiras de empresas nacionais. Quando o capital estrangeiro começou a escoar do país, e a taxa de câmbio subiu, o Banco da Coreia se viu sem reservas suficientes para evitar a desvalorização da moeda.

Coreia do Sul, e facilitou a conversão de US$ 15 bilhões em empréstimos de curto prazo para dívidas de longo prazo. Em troca, o FMI exigiu do governo sul-coreano rigorosas políticas macroeconômicas, reestruturação dos setores financeiro e empresarial, e rápida liberalização do comércio e do capital.

Além disso, até então, o governo sul-coreano era o maior acionista da maioria dos bancos comerciais e nomeava os principais executivos desses bancos. Dessa forma, empréstimos baseados em laços político-empresariais eram comuns[107]. A perda de competitividade da economia e a sua estagnação deixou os credores intermediários domésticos vulneráveis, pois quando os credores estrangeiros cobraram os empréstimos de curto prazo, isso gerou uma reação em cadeia de colapsos empresariais, levando à falência de inúmeras instituições financeiras durante a crise financeira de 1997.

De acordco com HEO & ROEHRIG (2010), o impacto das reformas do governo Kim foi limitado por duas razões. Em primeiro lugar, porque para reduzir a intervenção governamental na economia e permitir que o mercado desempenhe um papel maior, o governo precisava revisar suas estruturas econômicas, tais como a reorganização ou eliminação dos órgãos e departamentos supervisionavam as atividades econômicas. A administração, no entanto, aumentou o seu papel, com a Comissão de Comércio Justo da Coreia.

Em segundo lugar, embora fosse necessário mudar a estrutura de governança corporativa, especialmente dos *chaebols*, como mencionado, nenhum esforço de reformas foi efetuado, porque estes conglomerados pressionaram o governo que, por sua vez, não conseguiu se opor a eles. Ao contrário, ao invés de reformas, o governo adotou políticas que os favoreciam os *chaebols* permitindo a expansão de seus negócios sem interferências do governo.

Simultaneamente, a revelação do envolvimento do filho do presidente Kim Young-sam em empréstimos corruptos, enfraqueceu sua a autoridade política e corroeu a sua imagem, no final do seu mandato. Assim, Kim Youn-sam não foi capaz de tratar dos problemas fundamentais da economia, tais como a desregulamentação, as práticas de empréstimo transparente, controle das transações financeiras, e reforma a estrutura corporativa do governo.

---

[107] Um legado dos governos desenvolvimentistas anteriores. Apesar de melhorias durante o governo de Chun Doo-hwan e Roh Tae-woo, essas práticas ilegais de empréstimo persistiram.

3.2. A Liberalização dos IEDs e a Diversificação de Portfólio e do Mercado

Entre 1990 e 1997, a busca do equilíbrio da balança de pagamentos era uma das principais preocupações do governo, ao mesmo tempo em que este promovia a liberalização econômica. Nesse sentido, a partir de 1990, o investimento estrangeiro direto (IED) passou a ser utilizado como instrumento de política econômica para a industrialização do país e para gerar das divisas externas. E, assim, o governo sul-coreano tem seu papel alterado, de regulador a incentivador dos IEDs, estabelecendo mecanismos de apoio a internacionalização das empresas coreanas.

Nesse sentido, houveram mudanças no sistema normativo. A Lei de Gestão de Câmbio[108] foi completamente revisada em dezembro de 1991, e os regulamentos específicos de IED foram progressivamente alterados ao longo até 1997, mantendo a característica de desregulamentação gradual do IED, verificado no período anterior. Assim, a partir de 1992,

- as exigências de liquidez do investidor e experiência no setor foram abolidas;
- o sistema de notificação passou a valer para os IEDs abaixo de US$ 5 milhões;
- sistema de aprovação prévia passou a valer para os IEDs maiores que US$ 5 milhões e menores que US$ 10 milhões;
- os projetos de IEDs acima de US$ 10 milhões foram obrigados a passar pelo Conselho de Revisão de Investimentos Estrangeiros;

A mudança mais significativa foi que mesmo com investimento de capital inferior a 20% em operações no exterior, se as empresas que provassem participação substancial na gestão das subsidiárias no exterior[109] poderiam obter as aprovações de investimentos do governo.

Em 1993, a necessidade de aprovação prévia de IEDs maiores que US$ 30 milhões foram abolidos, assim como o procedimento de avaliação da classificação de crédito do país receptor do investimento, em especial, dos países ex-socialistas. A permissão de IED no mercado imobiliário expandiu, autorizando seguradoras a investir em imóveis para aumentar suas oportunidades de negócios e gestão de

---

[108] Em inglês, *Law of Foreign Exchange Management*.

[109] O envio de expatriados coreanos ao exterior, contraltos de longo prazo para compra de insumos e matérias-primas, introdução de técnicas de manufatura, desenvolvimento conjunto de P&D e estabelecimento de relações econômicas eram os critérios de avaliação.

ativos no exterior. E a compra de imóveis para alojar trabalhadores estrangeiros também foi autorizada.

Com a finalidade de proporcionar mais comodidade aos investidores, o Banco de Desenvolvimento da Coreia e o Banco Industrial da Coreia[110] receberam o poder de conceder a permissão para investimentos, assim como o Banco da Coreia e o Banco de Exportação e Importação da Coreia.

Entretanto, essas desregulamentações não ocorreram sem estabelecer medidas de supervisão. A fim de evitar a fuga de divisas, os investimentos acima de US$ 10 milhões passaram a ter um controle reforçado no pós-investimento (Ministério das Finanças, 2002; PATTNAIK & KWON, 2006), já que o objetivo primário de incentivar os IEDs era trazer divisas estrangeiras para o país.

Em 1994, a documentação necessária para o IDE também foi simplificada. Dos investimentos abaixo de US$ 1 milhão ao invés da apresentação do plano de orçamento detalhado, passou a ser exigido um documento sobre o investimento em linhas gerais. E houve um novo relaxamento no processo de autorização dos IEDs: o sistema de notificação passou a valer para os IEDs abaixo de US$ 10 milhões; o sistema de aprovação prévia, para os IEDs maiores que US$ 10 milhões e menores que US$ 30 milhões; e os projetos acima de US$ 30 milhões passaram pelo Conselho de Revisão.

A autorização da compra de propriedades no exterior para gerenciamento de ativos também foi ampliada. Bancos, empresas de seguros e agências de comércio foram autorizadas a investir em imóveis locais. E em 1995, as empresas foram autorizadas a investir em todas as áreas, com três exceções: locação de imóveis, imóveis comerciais e campos de golf[111].

A partir de outubro de 1995, os IEDs menores que US$ 30 milhões foram submetidos ao sistema de notificação, os investimentos entre US$ 30 e 50 milhões passaram por aprovação prévia, e os IEDs superiores a US$ 50 milhões foram encaminhados ao Conselho de Revisão. Sendo que em agosto de 1997, pouco antes da crise financeira eclodir, o sistema de aprovação prévia e a revisão pelo conselho foram abolidas, incluindo todas as categorias, inclusive dos investimentos em imóveis, no sistema de notificação. E o processo da notificação foi facilitada, já que a empresa pôde fazê-la através do banco em que ela fosse cliente, ao invés de

---

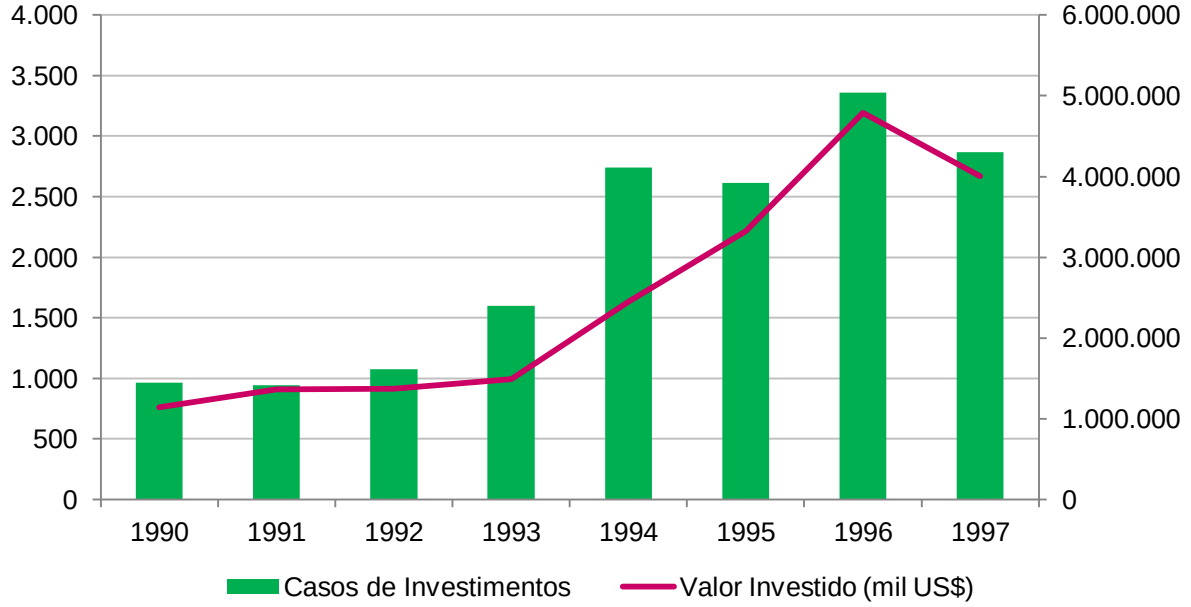
[110] Em inglês, *Industrial Bank of Korea*. Fundado em 1962.
[111] Restrição abolida em 1996.

comunicar diretamente ao Banco da Coreia (Ministério das Finanças, 2002; HA, 2010).

Assim, mesmo que em um período curto de tempo, o relaxamento e a simplificação dos regulamentos e procedimentos para o IED foram graduais. Se no início da década, as empresas coreanas eram proibidas de investir em mais de 30 áreas, ao final de 1997, os IEDs foram liberados para todas as áreas. Consequentemente, o papel do Comitê de Investimento Estrangeiro foi minimizado, enquanto a analise e a inspeção dos projetos de investimentos extrangeiro das empresas passou a ser responsabilidade dos acionistas.

Entre 1990 e 1997, foram registrados 16.169 casos de IEDs sul-coreanos em um total de US$ 19,9 bilhões. Houve um crescimento contínuo do volume anual de IEDs desde 1990 até 1996, sendo que a partir de 1994 o crescimento é mais expressivo. Há queda dos IEDs em 1997 mas, ainda assim, se mantiveram em um patamar superior ao registrado em 1995 (GRÁFICO 3.2).

GRÁFICO 3.2 – Crescimento de IEDs Sul-coreanos, 1990-1997

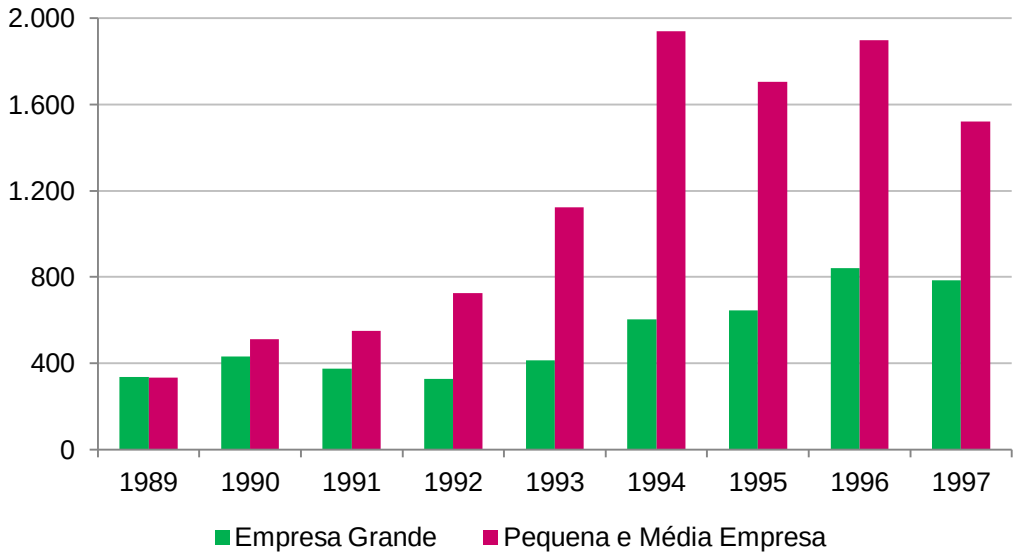


Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Apesar do aumento da proporção de IEDs realizados por pequenas e médias empresas (PMEs) durante os anos de 1980, as grandes empresas eram as maiores agentes de IEDs, em absoluto. Porém esse cenário é alterado com a maior participação das PMEs na década de 1990. A partir de 1990, as PMEs registram

maiores quantidades de investimentos do que as grandes empresas (GRÁFICO 3.3).

GRAFICO 3.3 – Casos de IEDs das Empresas Sul-coreanas, 1989-1997



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Entre 1990 e 1997, as PMEs tiveram quase 10 mil projetos aprovados, enquanto as grandes empresas realizaram 4.426 projetos de IEDs. Em volume investido, contudo, as PMEs permanecem com uma proporção inferior às empresas grandes: 23,6% do volume total e quase um terço do volume investido pelas grandes empresas (TABELA 3.3).

TABELA 3.3 – IED Sul-coreano por Tamanho da Empresa, 1990-1997

Tamanho da Empresa	Investimentos		Volume	
	Número	%	em mil US$	%
Empresa Grande	4.426	27,4%	14.953.272	75,0%
Pequena e Média Empresa	9.979	61,7%	4.708.784	23,6%
Outros	1.765	10,9%	274.334	1,4%
TOTAL	**16.170**	**100,0%**	**19.936.389**	**100,0%**

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Para PATTNAIK & KWON (2006) a elevação do nível salarial, o aumento dos conflitos nas relações de trabalho, e a escassez de mão de obra para trabalhar nas PMEs foram os principais fatores que impulsionaram essas empresas a realizar IEDs em direção aos países onde o custo da mão de obra é menor. Os investimentos das

PMEs ultrapassam US$ 1 bilhão em 1996, mas caem significativamente com a instabilidade econômica e a crise financeira de 1997.

Na preferência de participação, os investimentos únicos permanecem com mais da metade dos casos e do volume de investimentos, como se pode observar na TABELA 3.4.

TABELA 3.4 – IED Sul-coreano conforme a Participação no Projeto, 1990-1997

Taxa de participação	Investimentos		Volume	
	Número	%	em mil US$	%
≤ 10%	962	5,9%	1.422.205	7,1%
10% > 50%	2.416	14,9%	2.140.964	10,7%
50%	1.145	7,1%	848.160	4,3%
50% >100%	3.257	20,1%	4.998.075	25,1%
100%	8.390	51,9%	10.526.986	52,8%
TOTAL	**16.170**	**100,0%**	**19.936.389**	**100,0%**

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Do volume de investimentos menores ou iguais a 10%, a maior parte se destinou ao setor financeiro (47,7%), seguido pelo setor de informação e comunicação (23,4%), e manufatura (15,6%).

O setor manufatureiro que apresentou um significativo aumento de IEDs no período anterior se mantém como o setor que mais recebe investimentos. Na participação maior que 10% e menor que 50%, a manufatura e a mineração receberam, respectivamente, 45,9% e 27,1% do total de US$ 2,14 bilhões investidos. Nos projetos com participação de 50%, novamente, a manufatura e a mineração receberam os maiores volumes de investimento com 59,6% e 19,4% do volume de US$ 850 milhões.

A proporção dos IEDs em manufatura é ainda maior nos projetos de participação superior a 50% e inferior a 100%. Nessa categoria, a manufatura recebeu mais de US$ 6,2 bilhões, ou seja, quase 80% do total. E nos investimentos únicos, os maiores volumes se destinaram à manufatura (48,3%) e ao comércio (27,0%).

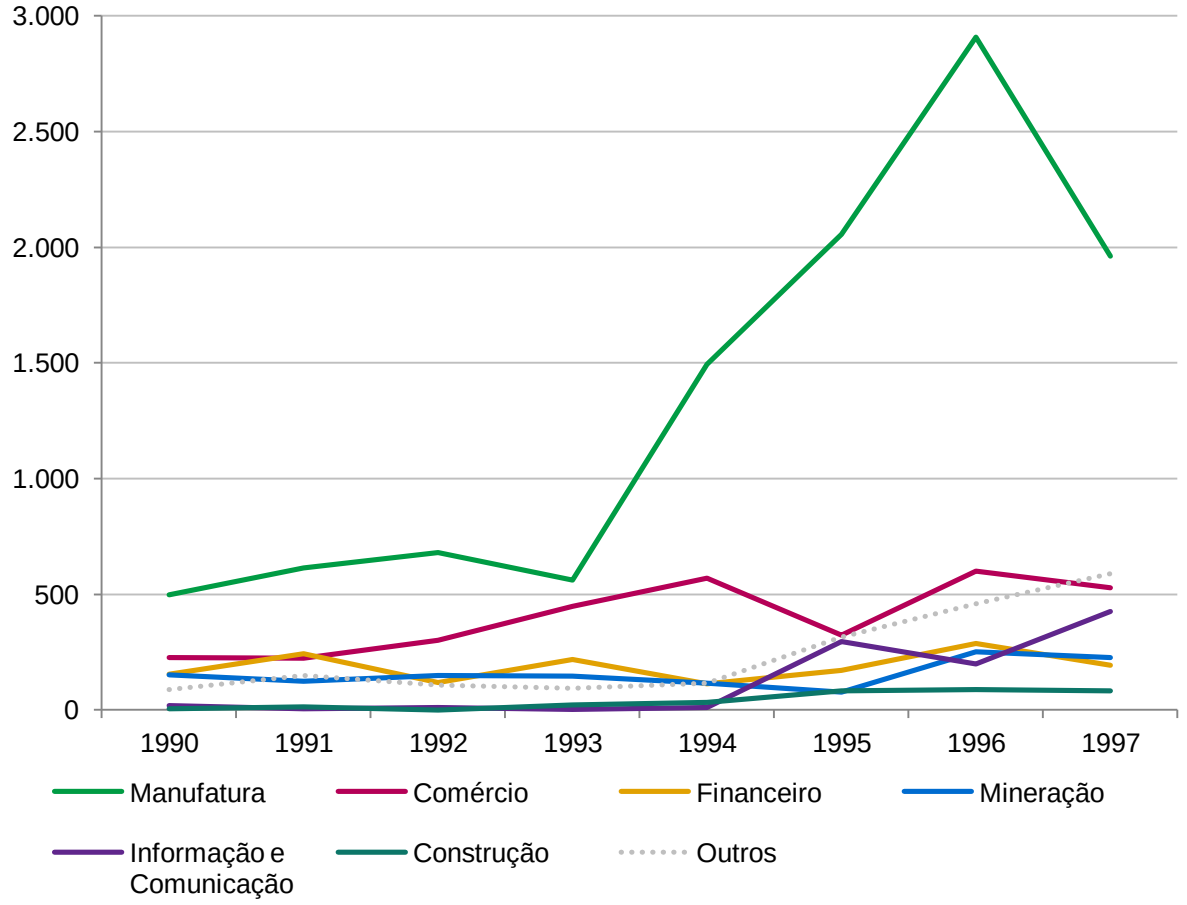
Portanto, fica evidente a predominância de investimentos no setor manufatureiro. E como se pode verificar no GRÁFICO 3.4, os IEDs nesse setor aumetaram a partir de 1993. E apesar da contração de investimentos em 1997, o

setor permanece como o maior receptor de IEDs até 2009.

Os IEDs em comércio permanecem em um patamar relevante, enquanto os investimentos em construção e mineração variam pouco em relação ao período anterior. É interessante notar o aumento dos investimentos no setor de informação e comunicação, a partir de 1995. Demonstrando maior diversificação do portfólio de investimentos.

GRÁFICO 3.4 – IED anual por Setor, 1990-1997

(milhões US$)



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

No período anterior verificamos que um grande volume de investimentos escoou para a América do Norte, principalmente, no setor manufatureiro. Entre 1990 e 1997 esse quadro se inverte, novamente. Corforme a TABELA 3.5, o continente asiático passa a receber mais investimentos do que o continente norte-americano, a partir de 1991. Além disso, os investimentos para a Europa, América Latina e África têm um crescimento mais expressivo que os IEDs para o Oriente Médio e Oceania,

em relação ao período anterior.

TABELA 3.5 – Crescimento dos IEDs sul-coreanos por Região, 1990-1997

(mil US$)

Ano	Ásia	América do Norte	Europa	Oriente Médio	África	América Latina	Oceania
1990	385.452	488.325	101.801	41.607	26.520	66.812	32.483
1991	583.850	463.503	177.232	59.771	18.608	41.595	22.741
1992	581.230	405.160	215.932	77.849	29.069	36.504	23.566
1993	700.992	417.775	176.125	85.807	30.683	45.029	34.687
1994	1.269.875	568.593	377.903	38.742	114.287	55.604	24.887
1995	1.848.031	583.925	646.731	31.622	42.789	126.991	39.438
1996	2.166.606	1.616.870	609.882	26.484	17.147	283.274	72.772
1997	1.892.813	963.554	538.390	71.651	107.143	277.813	151.864
TOTAL	**9.428.848**	**5.507.705**	**2.843.996**	**433.533**	**386.245**	**933.623**	**402.438**

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Apesar do aumento geral de IEDs ao longo desse período, a concentração do IED na Ásia e na América do Norte é ainda maior do que no período anterior, tanto em termos de casos como em termos de volume de IEDs. A estes dois continentes escoaram, respectivamente, 70,1% e 14,3% do total de casos, e 47,3% e 27,6% do volume total (TABELA 3.6).

Entre os quase US$ 20 bilhões de IEDs do período, US$ 10,7 bilhões foram para o setor manufatureiro, e a região asiática recebeu 57,2% desse volume, seguido pela América do Norte (24,9%), Europa (11,7%), América Latina (4,5%), África (0,9%), Oceania (0,5%) e Oriente Médio (0,2%). Já no comércio, a América do Norte recebeu 48,6% do volume, seguido pela Europa (25,8%) e Ásia (19,1%). Cabe ressaltar a Ásia recebeu mais casos de IEDs, fato que revela maiores custos para realizar o investimento na América do Norte e na Europa.

No setor financeiro, 65,8% os IEDs escoaram para a Ásia, 19,9% para a Europa, 13,0% para a América do Norte e 0,7% para a América Latina e para a Oceania. Os investimentos para a América do Norte, América Latina e Oceania foram, exclusivamente, para os Estados Unidos, Bermuda e Nova Zelândia. No caso da Europa, Alemanha, Irlanda, Países Baixos e Hungria receberam os IEDs.

TABELA 3.6 – Distribuição Regional do IED Sul-coreano por Setor, 1990-1997

(mil US$)

SETOR ECONÔMICO		REGIÃO							TOTAL	% do Volume Investido
		Ásia	América do Norte	Europa	Oriente Médio	África	América Latina	Oceania		
Manufatura	Casos	8.869	825	446	27	59	407	105	10.738	
	Volume	6.166.200	2.684.224	1.259.096	22.588	94.335	488.007	56.471	10.770.921	54,0%
Comércio	Casos	830	799	360	7	28	79	116	2.219	
	Volume	613.370	1.561.489	828.784	1.746	51.059	76.400	82.298	3.215.146	16,1%
Financeiro	Casos	53	14	19	-	-	3	1	90	
	Volume	987.959	195.516	298.523	-	-	10.005	10.000	1.502.003	7,5%
Mineração	Casos	86	21	14	28	23	36	89	298	
	Volume	225.700	134.554	116.462	406.278	115.695	135.321	107.027	1.241.036	6,2%
Informação e Comunicação	Casos	70	103	22	-	1	12	5	213	
	Volume	398.607	256.797	183.298	-	9.901	117.709	938	967.251	4,9%
Construção	Casos	270	55	16	11	6	15	24	397	
	Volume	215.228	82.623	5.659	1.810	395	4.056	12.182	321.954	1,6%
Outros	Casos	1.162	488	168	20	25	147	205	2.215	
	Volume	821.784	592.502	152.175	1.112	114.860	102.125	133.522	1.918.079	9,6%
TOTAL	Casos	11.340	2.305	1.045	93	142	699	545	16.169	
	Volume	9.425.728	5.507.705	2.843.996	433.533	386.245	933.623	402.438	19.936.389	100,0%
% do Volume Investido		47,3%	27,6%	14,3%	2,2%	1,9%	4,7%	2,0%	100,0%	

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

No continente asiático, dos US$ 988 milhões investidos no setor financeiro, 45,4% foram para Hong Kong e 23,7% para a China, sendo que 80% dos IEDs nesse setor para a China ocorreram entre 1995 e 1997. Apesar dos Estados Unidos permanecer como o maior receptor de IEDs sul-coreanos, ao final de 1997, a China se torna o segundo destino de IEDs das empresas coreanas, com 41,5% dos investimentos realizados na Ásia.

3.2.1. Os IEDs nos Países Socialistas, 1990-1997

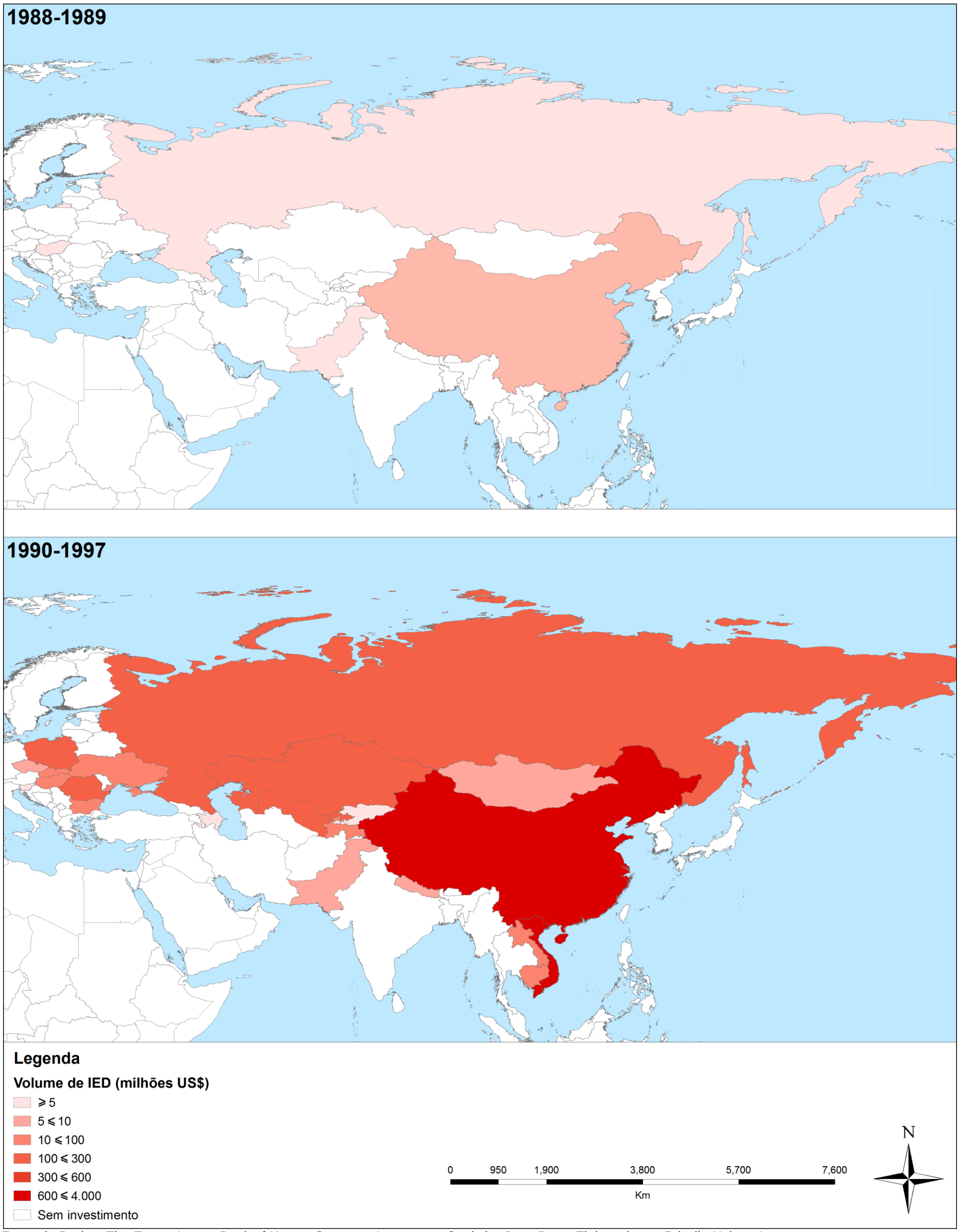
Como consequência do *Nordpolitik* do governo Roh Tae Woo, durante este período, grande quantidade de empresas coreanas, incluindo filiais de *chaebols*, executaram investimentos estrangeiros em países socilaistas na Ásia (principalmente na China), a Comunidade de Estados Independentes (CIS) e países do Leste Europeu.

Dos 16.169 casos de IED, 7.645 (47,3%), dentre o volume total, US$ 5,6 bilhões (28,3%) foram para esses países, sendo que US$ 4,2 bilhões foram investidos em manufatura. O aumento dos IEDs para esses países se deu progressivamente, atingindo um pico de US$ 1,422 bilhões em 1996. E em 1997, com a crise financeira, os IEDs para esses países acompanha a contração geral dos investimentos. Desse modo, o aumento de IEDs para o continente europeu e asiático assinalado anteriormente, durante este período, em partes, se deve à política externa do governo anterior.

Em particular, enquanto o investimento estrangeiro para a China, Mongólia, Vietnã, Camboja e Laos visavam lidar com a integração econômica da região Ásia-Pacífico, as do CIS, República Checa, Hungria, Polônia, Romênia, Rússia foram usadas para preparar o caminho como trampolins para a integração dos mercados europeus durante meados da década de 1990 (PATTNAIK & KWON, 2006).

Como observamos nos MAPAS 3.1, após 1990, não somente o número de países socialistas receptores de IDEs sul-coreanos aumentou, como também houve maior acúmulo de investimentos, com destaque para a China, Vietnã, Polônia, Romênia, Uzbequistão, Rússia e Cazaquistão.

MAPAS 3.1 – Os IEDs Sul-coreanos nos Países Socialistas, 1988-1997



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

3.2.2. Os IEDs no Setor de Mineração, 1990-1997

Como um país sem recursos naturais, o setor de mineração, entre 1990 e 1997, continuou realizando IEDs a fim de diversificar os mercados de matéria-prima (MAPA 3.1). Os IEDs sul-coreanos para o Oriente Médio, desse período, somaram um total de US$ 433,5 milhões, sendo que 93,7% deste valor se destinaram à mineração, para a extração de petróleo e gás natural. O Iêmen e Omã receberam, respectivamente, US$ 360,2 milhões e US$ 45,8 milhões.

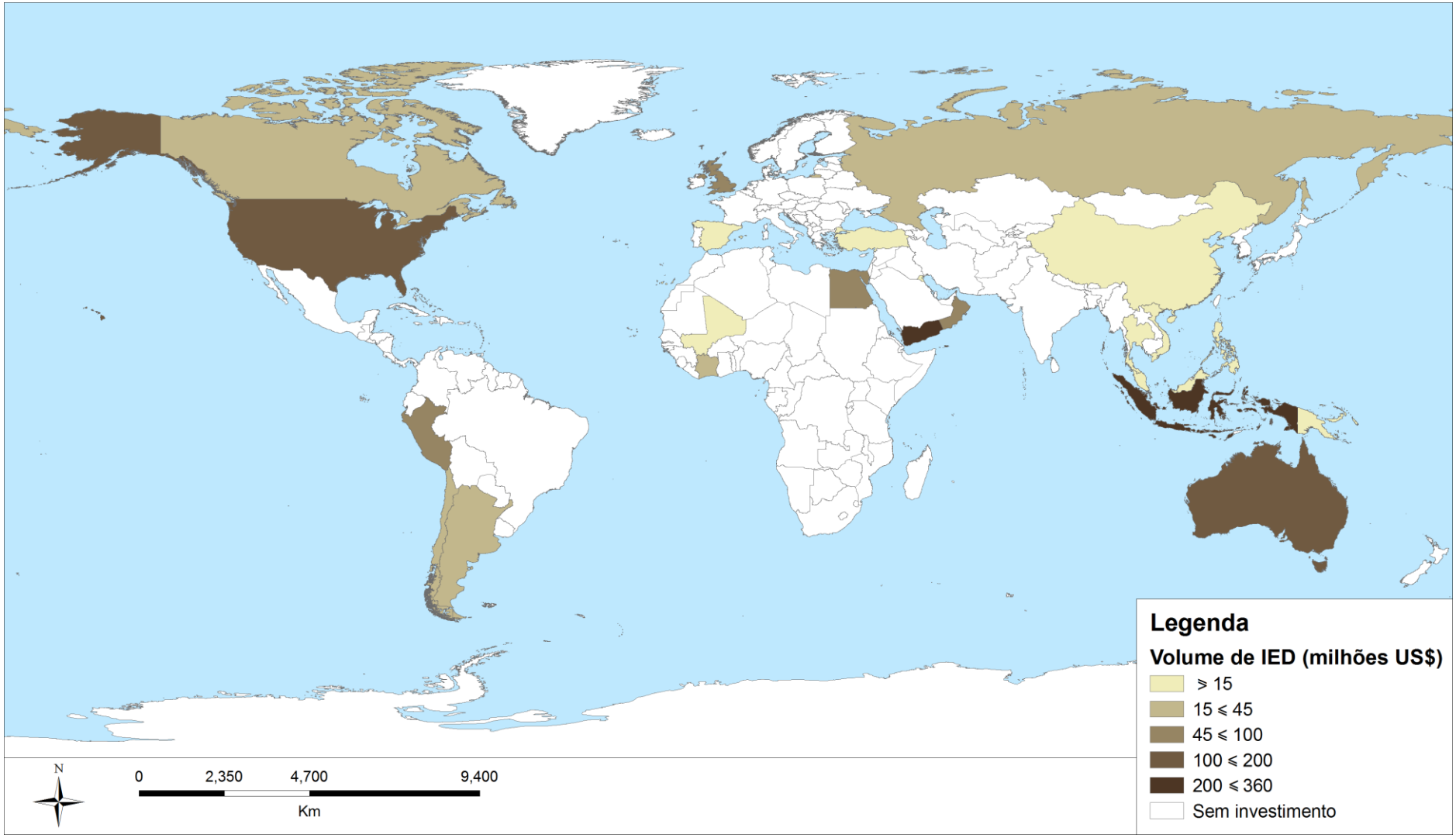
Ainda no setor de mineração, na África, o Egito recebeu US$ 79,3 milhões, e a Costa do Marfim US$ 34,6 milhões para a extração de petróleo e gás natural. O Mali recebeu US$ 1,8 milhão para a exploração de minério de ferro. Já os Estado Unidos e o Canadá receberam, respectivamente, 74,4% e 25,6% dos IEDs em mineração da América do Norte. Do total de IEDs escoado para esse continente, US$ 71,6 milhões foram para extração de petróleo e gás natural, US$ 57,8 para a extração de minério de ferro e US$ 5 milhões para extração de carvão mineral, alumínio e tório, e pedra para construção.

Na Europa, os IEDs foram para o Reino Unido (US$ 70 milhões), a Rússia (US$ 25,1 milhões) e a Espanha (US$ 7 milhões) para a extração de petróleo e gás natural. E para a Turquia escoaram US$ 14,2 milhões para a extração de material de construção. Na Oceania, a Austrália recebeu US$ 106,5 milhões, ou seja, 99,5% dos IEDs, principalmente para a extração de carvão, petróleo e gás natural.

E dos US$ 225,7 milhões investidos em mineração na Ásia, 89,1% foram para a Indonésia, na extração de petróleo e gás natural. A China e o Vietnã receberam, respectivamente, US$ 8,8 milhões e US$ 7,2 milhões. Na China a exploração é de materiais de construção e carvão mineral, já no Vietnã, o investimento foi para explorar petróleo e gás natural.

Na América Latina, para a extração de petróleo e gás natural, US$ 69,8 milhões e US$ 26,2 milhões, respectivamente, foram investidos no Peru e na Argentina. E US$ 31,2 milhões para a exploração de minério de ferro no Chile.

MAPA 3.2 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Mineração, 1990-1997



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

3.2.3. Os IEDs na Indústria Manufatureira, 1990-1997

Como visto anteriormente, os investimentos na indústria manufatureira vem cresceram expressivamente até 1997. E através do MAPA 3.3 podemos observar que a China, os Estados Unidos e a Indonésia foram os países que mais receberam IEDs nesse setor e que houve uma diversificação considerável dos países para os quais destinaram os IEDs das emrpesas sul-coreanas.

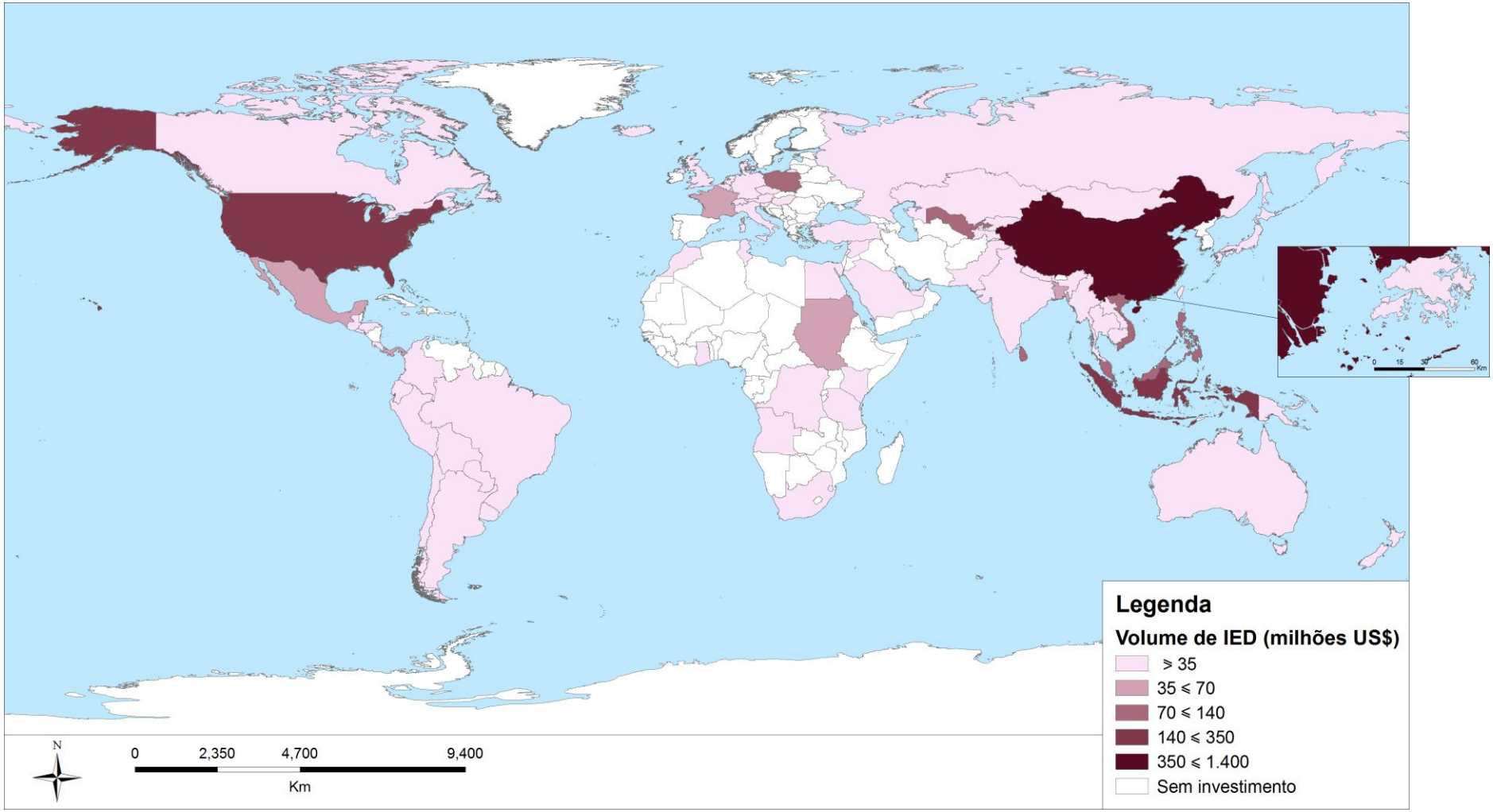
Dos US$ 6,1 bilhões investidos na Ásia, 48,1% foram para a China, e 14,6% para a Indonésia. Na América do Norte, os Estados Unidos recebeu 91,6% e o Canadá 8,4% dos US$ 2,7 bilhões. Já na Europa, os países do Leste, Romênia e Polônia receberam, respectivamente, US$ 210 milhões e US$ 200 milhões, ao passo que o Reino Unido recebeu US$ 190 milhões, e a Alemanha, US$ 174,7 milhões.

Na América Latina, o Brasil recebeu US$ 117 milhões, seguido do México e da Venezuela que receberam US$ 90,7 e US$ 62,8 milhões, cada. As maiores concentrações de IEDs, porém, se apresenta na África e no Oriente Médio. Na África, o Sudão recebeu 71,0% dos US$ 94,3 milhões de IEDs, e no Oriente Médio, o Irã recebeu 62,1% dos US$ 22,58 milhões. Na Oceania, dos US$ 56,5 milhões, a Austrália, Papua Nova Guiné e Nova Zelândia, receberam, respectivamente, 45,9%, 20,8% e 10,9% dos IEDs.

Se no período anterior a proporção de IEDs na fabricação de produtos têxteis e no processamento de metais era relativamente grande, nesse período, há uma mudança no portfólio de investimentos. A partir da metade da década de 1990, os IEDs se dirigem, principalmente, para indústria de eletrônicos e, em menor escala, para a indústria automobilística (TABELA 3.7).

Os IEDs na indústria de eletrônicos entre 1990 e 1997 foram siginificativos, em relação os investimentos em manufatura, na Ásia (US$ 1,165 bilhões), América do Norte (US$ 1,127 bilhões), Europa (US$ 304,4 milhões) e América Latina (US$ 148,4 milhões). E os investimentos na indústria automobilística foram representavitos na Ásia (US$ 678,7 milhões), Europa (US$ 413,951) e Oriente Médio (US$ 12,5 milhões). Apesar disso, na Oceania e na África ainda predominam os IEDs na indústria alimentícia, têxtil e de processamento de metais.

MAPA 3.3 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Manufatura, 1990-1997



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

TABELA 3.7 – Portfólio dos IEDs em Manufatura, 1990-1997

Ano	Produtos Eletrônicos	Automóveis	Produtos Metálicos	Têxtil	Metal primário	Vestuário
1990	23.864	104.721	20.870	32.084	45.731	59.901
1991	81.221	73.448	73.072	96.925	27.859	43.352
1992	84.532	13.889	35.112	111.115	135.840	63.339
1993	129.199	24.884	29.796	84.627	12.935	73.179
1994	327.562	191.014	231.776	157.820	42.173	118.226
1995	581.957	228.264	161.555	169.851	82.606	96.266
1996	894.607	384.913	500.920	210.350	139.695	100.379
1997	629.723	240.225	60.209	139.425	285.731	70.148
TOTAL	**2.752.666**	**1.261.358**	**1.113.311**	**1.002.197**	**772.570**	**624.791**

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

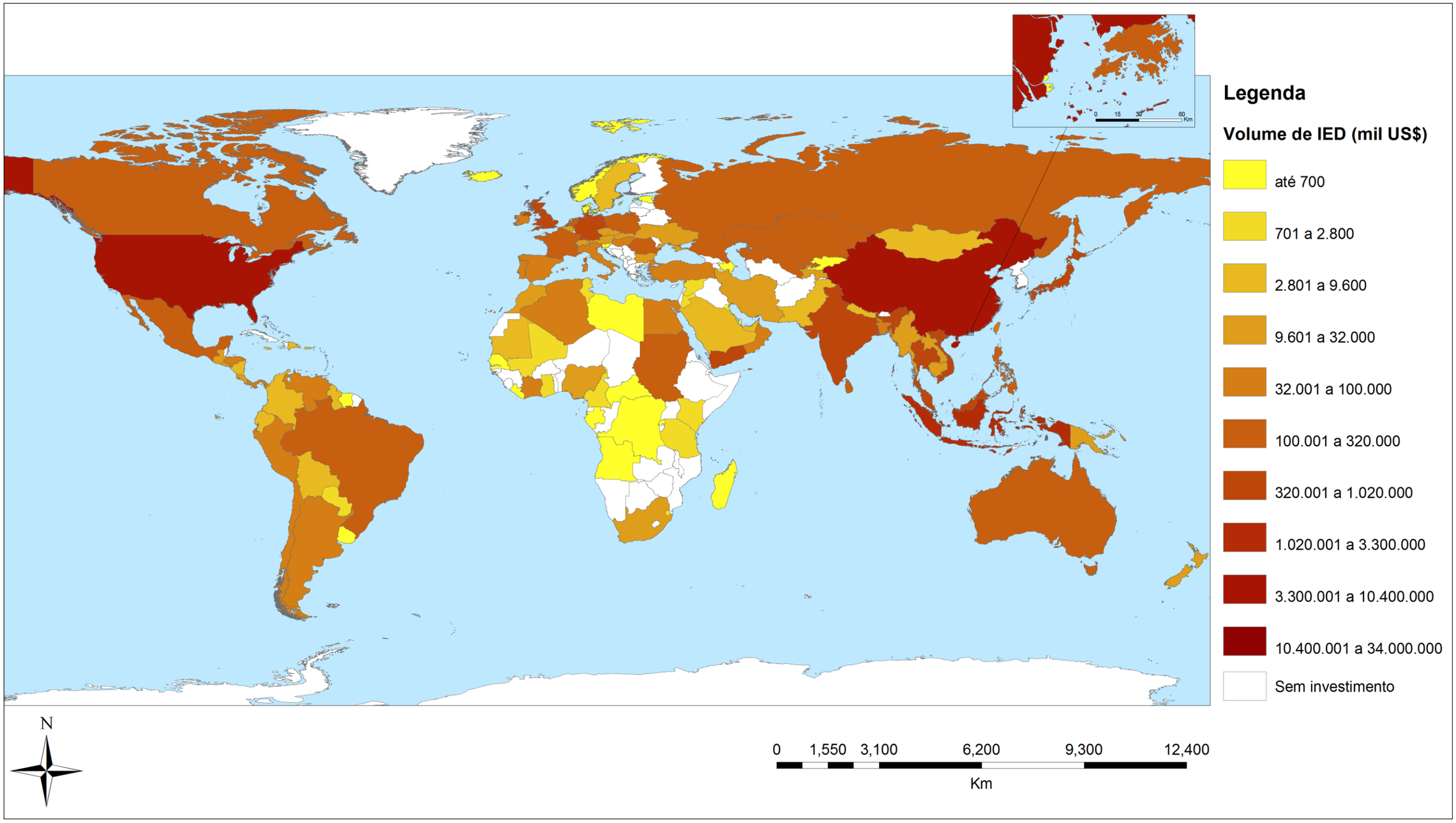
* * * * *

O terceiro período (1990-1997) se caracteriza pela liberalização e diversificação dos IEDs.

O aumento nos custos da mão de obra, certamente, influenciou os investimentos grandes empresas assim como das PMEs. Porém foi a convergência entre o crescimento das empresas, o processo de globalização e o acirramento da competição, e as políticas adotadas pelo governo entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 que estimularam a projeção das empresas ao exterior. O encarecimento dos custos de produção, por si só, não explicam, já que investimentos significativos foram realizados nos países desenvolvidos.

Em relação aos períodos anteriores, um número maior de países passam a receber investimentos de empresas coreanas (MAPA 3.4), assim como há um salto qualitativo no portfólio de investimentos, principalmente no setor manufatureiro.

MAPA 3.4 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos, 1990-1997



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

CAPÍTULO 4

QUARTO PERÍODO (1998-2010): A DIMINUIÇÃO NO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E ACELERAÇÃO DO RITMO DE CRESCIMENTO DE IED

Em 1997, em meios ao ambiente político e econômico instável, Kim Dae-jung (DJ) é eleito presidente. A sua administração (1998-2002) implementou reformas trabalhistas e financeiras, conforme as exigêcias do Fundo Monetário Internacional (FMI) que havia resgatado a economia sul-coreana da falência. Além disso, o FMI exigiu que o governo DJ promovesse a reestruturação dos *chaebols* e das instituições financeiras com mal desempenho econômico. Assim, o governo privatizou a maioria dos bancos públicos. E atraiu capital estrangeiro para salvar as empresas em dificuldade.

O FMI recomendou que empregasse altas taxas de juros, aumentasse os impostos, além de promover cortes nos gastos públicos. E seguindo essas recomendações, "o governo Kim eleveou significativamente as taxas de juros, o que tornou a alocação de crédito extremamente difícil para as pequenas e médias empresas. Como resultado, várias empresas faliram e as taxas de desemprego aumentaram significativamente. Assim, essa recomendação política do FMI foi severamente criticada" (HEO *et* al, 2008, p.18).

Nas reformas no setor financeiro, o FMI enfatizou que as políticas de reformas deveriam ser baseadas na lógica econômica e incentivou a liberalização do mercado sul-coreano. Nesse sentido, Kim Dae-jung melhorou a institucionalização das transações financeiras, criando duas autoridades de supervisão financeira: a “Comissão de Supervisão Financeira”[112] e o “Serviço de Supervisão Financeira”[113] para monitorar as atividades dos bancos, a fim de aderir aos padrões internacionais. Além disso, a administração Kim aboliu o limite máximo de investimento estrangeiro direto agregado de ações coreano para atrair mais capital estrangeiro.

Quanto às reformas corporativas, o governo adotou a abordagem chamada

---

[112] Em inglês, *Financial Supervisory Commission.*
[113] Em inglês, *Financial Supervisory Service.*

de "Big Deal". Através desta abordagem os *chaebols* permutaram empresas para fundir em empresas fortes. Quando não era possível praticar tal permuta, uma nova empresa era criada através da combinação das empresas mais frágeis do conglomerado. Por exemplo, a *Kia Motors* foi comprada pela *Hyundai Motor Company*, a e *Samsung Motors* foi vendida para a francesa Renault.

Para aumentar a transparência das práticas contábeis dos conglomerados, o governo aprovou a “Lei de Auditoria Externa das Empresas de Capital Aberto”[114] que obrigou as empresas a apresentar relatórios financeiros anuais, além de sujeitar os conglomerados a auditorias.

E para tornar o mercado de trabalho mais flexível, como sugerido pelo FMI, Kim Dae-jung legalizou as demissões. Ainda, a lei elevou as taxas de desemprego e trouxe mais dispustas trabalhistas. Portanto, o governo lançou a Comissão Tripartite do Trabalho, Negócio e Governo em 1999 para tratar dos problemas relacionados às demissões.

Apesar da rápida recuperação econômica[115], a economia revelou seus problemas durante o governo de Roh Moo-hyun (2003-2007), em função das políticas adotadas para estimular a economia durante o governo anterior.

Um dos principais problemas foi a dívida do cartão de crédito. O governo de Kim Dae-jung havia estimulado o consumo através do uso do cartão de crédito. Essa política contribuiu para o crescimento econômico a curto prazo, porém o alto nível de endividamento da população fez cair a taxa de consumo entre 2003 e 2004.

> Em outras palavras, a campanha da administração Kim Dae-jung em aumentar o consumo privado baseado no cartão de crédito foi míope. A razão em adotar esse tipo de política míope pode ser encontrada no sistema presidencial da Coreia do Sul com o seu não renovável, mandato único de cinco anos. Já que o presidente não se candidatar para outro mandato, a responsabilidade política se torna insignificante. Assim, os presidentes tendem a adotar políticas boas para o curto prazo, deixando o presidente seguinte para pagar o preço (HEO et al, 2008, p.20-21).

Outra questão econômica enfrentada por este governo foi a redução dos investimentos corporativos, devido ao aumento do custo da mão de obra, das greves dos sindicatos e do aumento das taxas de impostos. Assim, as empresas

---

[114] Em inglês, *Act on External Audit of Stock Companies*.

[115] As reservas de moeda estrangeira aumentaram de US$ 20,4 bilhões em 1997 para US$ 106,1 bilhões em 2006.

aumentaram os investimentos no exterior, diminuindo os investimentos domésticos, já que a liberalização dos IEDs, durante a década de 1990, permitia tal prática.

Os impostos foram elevados para financiar os gastos em bem-estar social[116] e com a finalidade de promover a redistribuição da riqueza social. Porém o resultado foi a desaceleração da economia[117].

4.1. Apoio ao IED

A crise financeira de 1997 provocou um declínio substancial na quantidade de investimentos estrangeiros em 1998. A rápida recuperação econômica influenciou no aumento de IEDs a partir de 1999. Porém, até 2003 houveram oscilações no crescimento dos investimentos.

Após a crise econômica, o governo coreano buscou uma desregulamentação ainda mais agressiva na estrutura normativa do investimento estrangeiro: o Conselho de Revisão de Investimentos Estrangeiros é dissolvido, e o sistema de notificação prévia do projeto é substituído por um relatório de comunicação após efetivar o investimento.

Investimentos em bens imobiliários por organizações estrangeiras sem fins lucrativos foram autorizados, apesar dos investimentos por indivíduos continuarem restritos. As restrições ao apoio financeiro ou de garantias para subsidiárias no exterior foram abolidas, exceto para as subsidiárias dos 30 grandes *chaebols* (PATTNAIK & KWON, 2006).

Em agosto de 1999, o governo coreano amplia apoio financeiro para o investimento estrangeiro com o objetivo desenvolver as minas e indústria de minerais como o petróleo, gàs natural, carvão e aço etc. Isso provocou um aumento significativo do fluxo de IEDs no setor de mineração.

Em junho de 2005, as transações financeiras internacionais foram desregulamentadas:

- o limite de US$ 300 milhões de investimento das instituições financeiras não-

---

[116] Apenas 17,9% dos gastos do governo foram alocados para o bem-estar social em 1997, mas estes aumentaram para 25,3% em 2006.

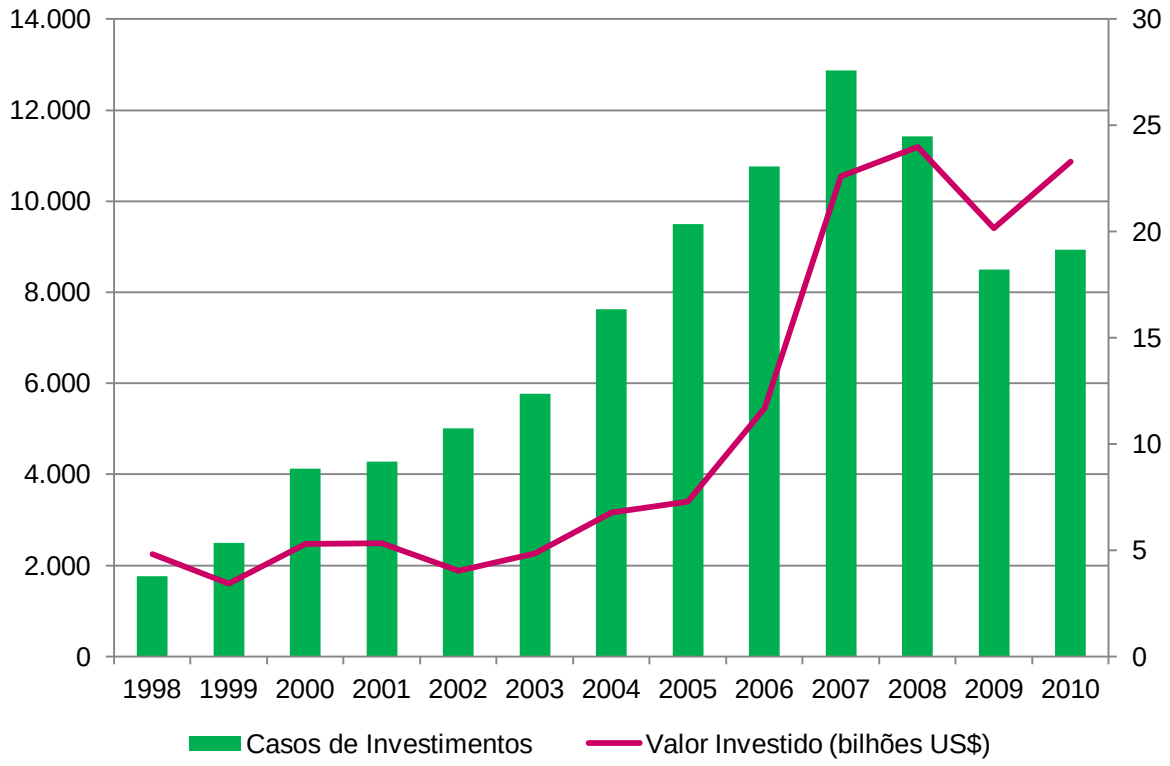
[117] A taxa média de crescimento econômico anual durante a administração Chun Doo-hwan foi de 8,7%. Durante a administração Roh Tae-woo foi de 8,4%, e foi 7,1% durante a administração Kim Young-sam. No entanto, a taxa média de crescimento econômico anual para as administrações Kim Dae-jung e Roh Moo-hyun foi de apenas 4,4% e 4,2%, respectivamente. Além disso, entre 2002 e 2006, a parcela da população vivendo na pobreza aumentou 12%.

bancárias foi abolido;

- os limites de investimentos privados aumentaram de US$ 100 milhões para US$ 300 milhões; e
- os procedimentos para investimentos no setor imobiliário foram simplificados.

Entre 1998 e 2010, foram registrados, ao todo, 93 mil casos de IEDs que somaram US$ 143,4 bilhões em volume. Como observado no GRÁFICO 4.1, porém, o fluxo de IED cresceu após 2005, sofrendo queda em 2009, como reação à crise econômica de 2008.

GRÁFICO 4.1 – Crescimento de IEDs Sul-coreanos, 1998-2010



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Como no período anterior, as PMEs realizaram mais investimentos no exterior do que as grandes empresas. Mas as grandes empresas é que foram responsáveis pelos maiores volumes de capital escoados para fora do país (TABELA 4.1).

TABELA 4.1 – IED Sul-coreano por Tamanho da Empresa, 1998-2010

Tamanho da Empresa	Investimentos		Volume	
	Casos	%	em mil US$	%
Empresa Grande	14.315	15,4%	103.975.557	72,5%
Pequena e Média Empresa	49.588	53,3%	33.278.240	23,2%
Empresa Privada	4.953	5,3%	811.306	0,6%
Outros	24.204	26,0%	5.410.233	3,8%
TOTAL	**93.060**	**100,0%**	**143.475.336**	**100,0%**

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Na preferência de participação, observa-se maior concentração nos investimentos únicos do que nos períodos anteriores (TABELA 4.2).

TABELA 4.2 – IED Sul-coreano conforme a Participação no Projeto, 1998-2010

Taxa de participação	Investimentos		Volume	
	Casos	%	em mil US$	%
≤ 10%	7.947	8,5%	5.270.576	3,7%
10% > 50%	10.585	11,4%	14.605.873	10,2%
50%	2.950	3,2%	3.211.418	2,2%
50% >100%	10.180	10,9%	17.060.488	11,9%
100%	61.398	66,0%	103.326.981	72,0%
TOTAL	**93.060**	**100,0%**	**143.475.336**	**100,0%**

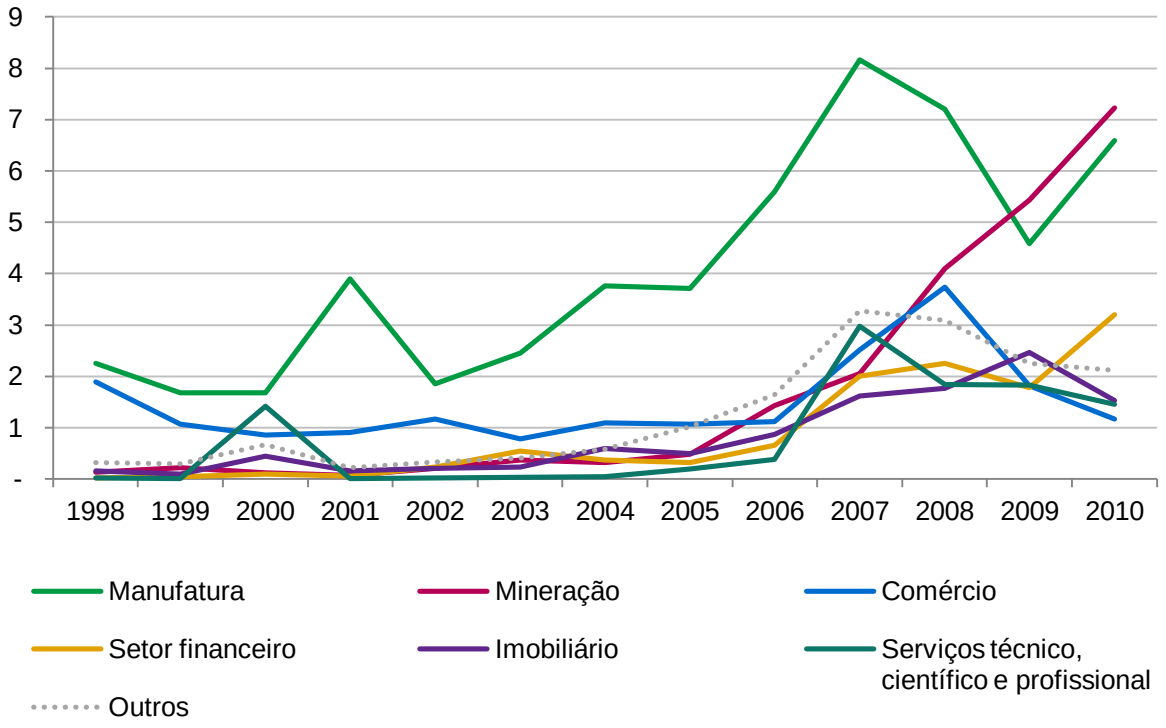
Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

Os investimentos em manufatura continuam expressivos durante esse período, atingindo maior número de países (MAPA 4.1). Contudo, devido aos incentivos do governo para investimentos no desenvolvimento de minas, em 2009, apesar da crise econômica, o crescimento dos IEDs (GRÁFICO 4.2) em mineração e a diversificação do destino desses investimentos é observado (MAPA 4.2). E a desregulamentação dos IEDs para o setor imobiliário também refletiram em aumento dos investimentos a partir de 2005. Além desses setores, é interessante notar o crescimento de IEDs em serviços técnicos, científicos e profissionais.

O continente asiático consolida como o maior receptor de IEDs sul-coreanos, seguido pela América do Norte e Europa (TABELA 4.3). Entretanto, o aumento dos investimentos para as outras regiões também foi expressivo.

GRÁFICO 4.2 – Crescimento de IEDs Sul-coreanos, 1998-2010

(bilhões US$)



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

TABELA 4.3 – Crescimento dos IEDs sul-coreanos por Região, 1998-2010

Ano	Ásia	América do Norte	Europa	Oriente Médio	África	América Latina	Oceania
1998	2.009.246	995.761	1.279.226	28.277	100.182	260.328	137.366
1999	1.318.432	1.426.230	311.361	5.124	26.325	255.940	69.747
2000	1.712.752	1.473.894	316.263	35.403	157.384	1.504.617	90.120
2001	1.459.271	1.537.369	2.134.915	26.947	18.387	121.960	20.793
2002	1.895.445	619.088	1.057.043	49.229	23.216	298.686	77.981
2003	2.712.829	1.092.115	262.069	28.134	29.755	613.734	91.945
2004	3.792.574	1.457.586	738.338	38.762	47.878	614.099	76.568
2005	4.338.874	1.301.990	667.102	135.556	130.926	557.788	154.351
2006	6.373.826	2.201.748	1.236.529	400.536	208.478	1.087.119	192.842
2007	11.859.315	3.765.773	4.489.431	415.478	239.820	1.294.788	543.024
2008	11.796.155	5.306.960	3.404.905	289.805	321.158	2.102.699	771.132
2009	6.664.561	6.004.432	5.156.332	369.513	378.301	1.040.383	538.365
2010	9.519.578	4.505.755	5.914.907	330.068	292.457	1.949.990	771.890

Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

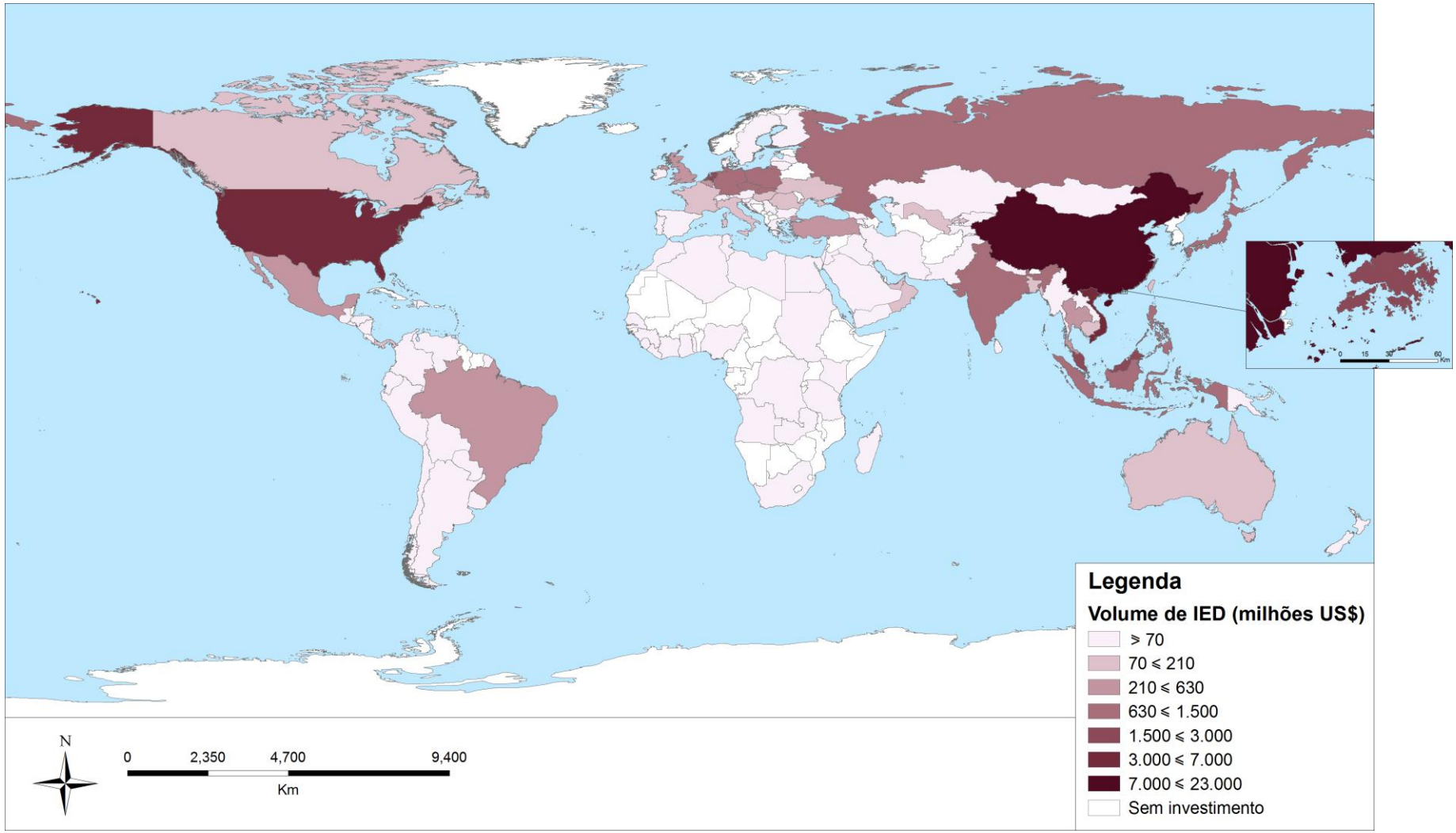
TABELA 4.4 – Distribuição Regional do IED Sul-coreano por Setor, 1998-2010

(mil US$)

SETOR ECONÔMICO		REGIÃO							TOTAL	% do Volume Investido
		Ásia	América do Norte	Europa	Oriente Médio	África	América Latina	Oceania		
Manufatura	Casos	38.829	4.320	1.862	210	143	836	245	46.445	
	Volume	34.159.590	6.959.743	9.798.139	287.656	182.124	1.778.300	263.174	53.428.727	37,2%
Mineração	Casos	844	298	159	70	65	218	198	1.852	
	Volume	3.786.983	6.585.586	4.770.016	1.109.804	1.253.654	3.021.772	1.638.830	22.166.644	15,4%
Comércio	Casos	6.734	4.685	914	149	99	195	358	13.134	
	Volume	6.339.353	7.636.115	3.924.707	144.896	166.112	621.185	379.916	19.212.283	13,4%
Financeiro	Casos	596	157	91	13	12	243	27	1.139	
	Volume	5.679.926	2.024.483	349.450	27.325	19.119	3.248.987	220.540	11.569.829	8,1%
Imobiliário	Casos	3.201	1.659	291	70	21	173	275	5.690	
	Volume	4.464.472	1.690.157	2.926.599	165.084	112.233	902.491	347.627	10.608.663	7,4%
Serviço técnico, científico e profissional	Casos	1.687	599	245	45	38	49	27	2.690	
	Volume	2.870.516	2.420.285	3.405.976	7.193	11.102	1.524.405	2.548	10.242.025	7,1%
Outros	Casos	12.080	6.676	1.215	663	251	349	876	22.110	
	Volume	8.152.018	4.372.332	1.793.534	410.875	229.924	604.991	683.491	16.247.165	11,3%
TOTAL	Casos	63.971	18.394	4.777	1.220	629	2.063	2.006	93.060	
	Volume	65.452.858	31.688.700	26.968.422	2.152.832	1.974.267	11.702.131	3.536.125	143.475.336	100,0%
% do Volume Investido		45,6%	22,1%	18,8%	1,5%	1,4%	8,2%	2,5%	100,0%	

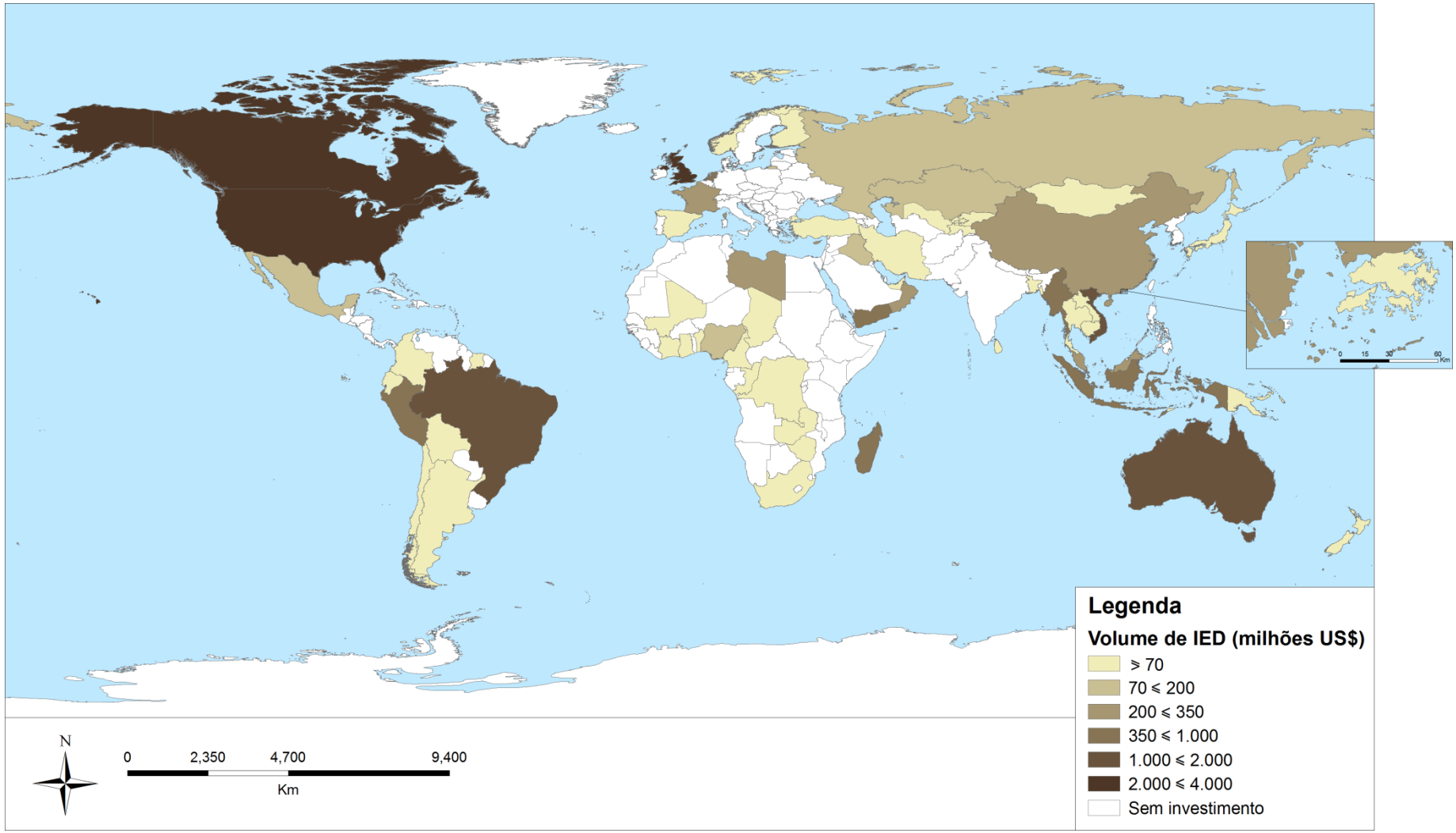
Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

MAPA 4.1 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Manufatura, 1998-2010



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

MAPA 4.2 – Distribuição Geográfica dos IEDs Sul-coreanos em Mineração, 1998-2010



Fonte de Dados: The Export-Import Bank of Korea. *Overseas Investment Statistics Data Base.* Elaborado por Priscila Helena Lee.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da maioria dos estudos sobre IED da Coreia do Sul iniciarem suas análises a partir da década de 1980, investimentos importantes são verificados no primeiro período, ainda que seu volume seja bastante inferior em relação ao todo.

Ao longo do desenvolvimento econômico do país, o governo adotou posturas distintas em relação à prática de IEDs. No primeiro período os investimentos serviram para assegurar matérias-primas, insumos e mercado para a indústria nacional, e para gerar divisas externas.

Durante o segundo e o terceiro período, com o aprofundamento da competição e da elevação dos custos de produção, o IED passa a ser solução para as empresas que buscam novos centros de produção e mercados, e para superar as barreiras comerciais. E no quarto período, após a crise financeira de 1997, observa-se não apenas a intensificação da prática de IED pelas empresas, se não também o incentivo do governo. Assim, o governo que, anteriormente, restringia a prática de IED, hoje passa a incentivador.

E apesar do crescimento expressivo de investimento diretos sul-coreanos no mundo todo, há uma clara concentração dos investimentos na Ásia e América do Norte. Um padrão que se mantém desde os primeiro fluxos de IED.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHN, Byong Man & KIM, In Chul. "Reforming Public Enterprises in South Korea". In: *International Review of Public Administration.* Korean Association for Public Administration: Seoul 2000, Vol. 5, No. 2. p.67-80.

AMSDEN, Alice H. *Asia's next giant:* South Korea and late industrialization. New York; Oxford: Oxford University Press, 1992. 379 p.

ANSOFF, H. Igor. "Strategies for Diversification". *Harvard Business Review*. v.35 n. 2, p. 113–124, 1957.

CANUTO, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul – Os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel, 1994.

CANUTO, Otaviano. Financiamento da Industrialização Coreana. In: Reista de Economia Política. São Paulo: Nobel, junho/setembro 1994. V.14 N.3.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada. A estratégica do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHANG, Sea-jin. Financial Crisis and Transformation of Korean Business Groups: the rise and fall of chaebols. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 364 p.

Conselho de Planejamento Econômico. *Quinto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social Revisado (1984-1986).* Seul: Conselho de Planejamento Econômico, 1983. 102 p. [Original em coreano: 경제기획원. *제5차 경제사회발전5개년계획 수정계획 (1984-1986).* 서울: 경제기획원, 1983. 102 p.]

Conselho de Planejamento Econômico. *Sexto Plano Quinquenal de*

Desenvolvimento Econômico e Social (1987-1991). Seul: Conselho de Planejamento Econômico, 1986. 153 p. [Original em coreano: 경제기획원. *제6차 경제사회발전5개년계획 (1987-1991).* 서울: 경제기획원, 1986. 153 p.]

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.213-233.

COUTINHO, L.G. “Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres”. In: FIORI, J.L. (Org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. p.351-378.

DISNEY, Nigel. "South Korean Workers in the Middle East". MERIP Reports. Washington, n. 61, pp.22-26, oct. 1977.

DUNCAN, John. *Korean Civilization*. Los Angeles: UCLA, 2009..

DUNNING, John H. *Multinational Enterprises and the Global Economy*. Harlow, Essex: Addison-Wesley Publication Company, 1993.

ECKERT, Carter J. et al., *Korea Old and New: A History*. Seoul: Ilchokak for Korea Institute, Harvard University, 1990. 454 p.

EUH, Yoon-Dae & MIN, Sang H. “Foreign direct investment from developing countries: the case of Korean firms”. *The Developing Economies*. Tokyo, v. 24, issue 2, p. 149–168, june 1986.

GILLS, Barry. K. & GILLS, Dong-Sook S. "South Korea and Globalization: The Rise to Globalism?" In: KIM, Samuel (ed.). *East Asia and Globalization*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2000, p.81-104.

GONÇALVES, Reinaldo. *Empresas transnacionais e internacionalização da produção*. Petrópolis: Vozes, 1992. 109 p.

Governo da República da Coreia. *Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (1962-1966).* Seul: Governo da República da Coréia, 1962. 325 p [Original em coreano: 대한민국정부. *제1차 경제개발5개년계획(1962-1966).* 서울: 대한민국정부, 1962. 325 p.].

Governo da República da Coreia. *Quarto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (1977-1981).* Seul: Governo da República da Coréia, 1976. 215 p. [Original em coreano: 대한민국정부. *제4차 경제개발5개년계획 (1977-1981).* 서울: 대한민국정부, 1976. 215 p.].

Governo da República da Coreia. *Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (1967-1971).* Seul: Governo da República da Coréia, 1966. 92 p. [Original em coreano: 대한민국정부. *제2차 경제개발5개년계획 (1967-1971).* 서울: 대한민국정부, 1966. 92 p.].

Governo da República da Coreia. *Terceiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (1972-1976).* Seul: Governo da República da Coréia, 1971. 188 p. [Original em coreano: 대한민국정부. *제3차 경제개발5개년계획 (1972-1976)* 서울: 대한민국정부, 1971. 188 p.].

GRAHAM, Edward Montgomery. *Reforming Korea's Industrial Conglomerates.* Washington D.C.: Institute for International Economics, 2003. 198 p.

HA, Byeong Gi. *Tendências e Características Estruturais do Investimento Estrangeiro Direto da Coreia do Sul.* Seoul: KIET, 2010, 48 p. [Original em coreano: 하병기. *한국 해외직접투자의 추이 및 구조적 특징.* 서울: 산업연구원, 2010. 48 p.].

HAGGARD, S.; COOPER, R. N.; COLLINS, S.M.; KIM, C. & RO, S. Macroeconomic

Policy and Adjustments in Korea 1970-1990. Cambridge: HIID Books, 1994.

HAMILTON, Nora & KIM, Eun Mee. "Economic and Political Liberalisation in South Korea and Mexico". *Third World Quarterly*, Vol 14, No. 1, 1993, pp.109-136.

HAN, Sungjoo. “South Korea 1977: Preparing for Self-Reliance”. *Asian Survey*. Berkeley, v. 18, n. 1, p. 45-57, jan. 1978.

HEC (Hyundai Electronics Co). Dez anos de história da Hyundai Electronics. Seoul, 1987. [Original em coreano: 현대전자산업주식회사. *현대전자 10년사.* 서울, 1994.]

HEO, Uk & ROEHRIG, Terence. *South Korea since 1980.* New York: Cambridge University Press, 2010. p.216.

HEO, Uk et. at. "The political economy of South Korea: economic growth, democratization, and financial crisis". *Maryland Series in Contemporary Asian Studies (Monograph Series)*. University of Maryland School of Law, 2008.

HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HYUN, Young-Suk. Globalization of Daewoo Motor: from joint venture to most aggressive globalization maker car industry, between globalization and regionalization. Actes du GERPISA n°22

IRWIN, Douglas A. Trade Politics and the Semiconductor Industry. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1994 The Political Economy fo Protection February 2-3 Working Paper

JO, Gap-je. *Curso de Jo Gap-je: 30 Anos após Park Chung-hee.* Seul: The Munhwa Il-bo, 2009. 1 DVD (60 minutos), som, color. [Original em coreano: 조갑제. 趙甲濟 강좌: 朴正熙 死後 30년. 서울: 문화일보, 2009. 1 DVD (60 분)].

JWA, Sung-Hee. *The Evolution of Large Corporations in Korea. A new institutional economics perspective of the Chaebol.* Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2003, 238 p.

KANG, David C. "Neither Miracle nor Meltdown: explaining the historical pattern of Korean government-business relations". In: JOO, Seung-Ho & KWAK, Tae-Hwan. *Korea in the 21st century*. Huntington: Nova Science Publishers, 2001, p.19-50.

KANG, T. W. *Coréia: O Novo Japão?* – Estrutura, estratégia e táticas que explicam seu crescente êxito como potência industrial. São Paulo: Maltese, 1990.

KIM, Eun-Mee. “Chaebol: The Victor and Villain of Development," from Academic Studies Series: Joint Korea-U.S. Academic Symposium, Vol(1). 1991.

KIM, Eun Mee. "Contradictions and Limits of a Developmental State: With Illustrations from the South Korea Case". *Social Problems*. Vol. 40, No. 2, May 1993, pp.228-249.

KIM, Eun Mee. "Reassessing South Korea's Miracle Economy and It's Impact on Democracy. *Competition & Change*, 1998, Vol. 2, pp.419-450.

KIM, Eun Mee. "The Industrial Organization and Growth of the Korean *Chaebol*: Integrating Development and Organizational Theories". In: HAMILTON, Gary G. *Asian Business Networks*. Berlin: Walter de Gruyter, 1996, p.231-251.

KIM, Eun Mee. "The Investment of U.S. and Japanese Multinational Corporations in Korea: A Comparative Investigation. *Asian Affairs - An American Review*. Winter 1992, Vol 18, No. 4, pp. 214-227.

KIM, Eun Mee. “Foreign Capital in Korea's Economic Development, 1960-1985”. *Studies in Comparative International Development*, Providence, v. 24, n. 4, p. 24-45, winter 1989-90.

KIM, Eun Mee. “From Dominance to Symbiosis: State and *Chaebol* in Korea”. *Pacific Focus*, Incheon, v. 3, issue 2, p. 105–121, set. 1988a.

KIM, Eun Mee. “Globalization of South Korean *Chaebol*”. In: KIM, Samuel S. (ed.) *Korea's Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p.102-125

KIM, Eun Mee. *Big Business, Strong States:* collusion and conflict in South Korean development, 1960-1990*.* New York: State University of New York Press, 1997. 280 p.

KIM, Kyong-Dong. "Political factors in the formation of the entrepreneurial elite in South Korea". *Asian Survey.* Berkeley, v. 16, n. 5, p. 465-477, may 1976.

KIM, Linsu. *Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia*. Campinas: UNICAMP, 2005.

KIM, S. Ran. The Korean System of Innovation and the Semiconductor Industry. International and Corporate Change. v. 7 n. 2, p.275-309, 1998

KIM, Sooyong. “The Korean Construction Industry as an Exporter of Services”. *The World Bank Economic Review.* Oxford, v. 2, n. 2, p. 225-238, may 1988b.

KIMURA, Yui & LEE, Hae Kyoung. "Korean direct investment in manufacturing: Its patterns and determinants—an empirical analysis". *Journal of International Management.* Philadelphia, v.4, issue 2, p. 109-127. 1998.

KOO, Hagen. “The Political Economy of Income Distribution in South Korea: The Impact of the State’s Industrialization Policies”. *World Development*. Oxford, v. 12, n. 10, p.1029-1037, 1984.

KUMAR, Krishna & KIM, Kee Young. "The Korean manufacturing multinationals". *Journal of International Business Studies*. Basingstoke, v. 15, issue 1, p. 45-61, Spring/Summer 1984.

KWON, Seung-Ho & SUH, Chung-Sok. "Transformations in Korean capitalism: a case study of the Hyundai Business Group". In: LEE, Steven Hugh & CHANG, Yunshik. *Transformations in twentieth century Korea*. New York: Routledge, 2006. p.106-137.

LYONS, Gene. *Military Policy and Economic Aid: the Korean Case, 1950-1953.* Columbus: Ohio State University Press, 1961. 298 p.

MARKUSEN, James R. "Foreign Direct Investment (FDI)". In: REINERT, K. A. & RAJAN, R. S. (edit). *The Princeton Encyclopedia of the World Economy*. Princeton: Princeton University Press, p.444-450, 2008.

MASIERO, Gilmar. *Negócios com Japão, Coréia do Sul e China – Economia, gestão e relações com o Brasil*. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

McNAMARA, Dennis L. *The Colonial Origins of Korean Enterprise 1910-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Ministério das Finanças. *Regulamentos do Investimento Estrangeiro Direto*. Seul: Ministério das Finanças, 2002. 148 p. [Original em coreano: 재정경제부. *해외직접투자규정집*. 서울: 재정경제부, 2001. 148 p.].

MOON, Hwy-Chang & ROEHL, Thomas W. "Unconventional foreign direct investment and the imbalance theory". *International Business Review* .v. 10, n. 2, p.197–215, 2001.

NUNES, Thales Cyrano Saito. *Papel do Estado na Industrialização: Brasil e Coréia do Sul*. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2005.

OH, D. H., CHOI, C. J and CHOI, E. "The Globalization of Daewoo Motor Company". *Asia Pacific Journal of Management*. v.15, n.2, p.185-203, 1998

OLIVEIRA, Amaury Porto de. *Formação de uma economia regional no Leste Asiático*. Cadernos Geográficos, Departamento de Geociências (UFSC). Florianópolis, Número 13 – Maio de 2006.

PATTNAIK, Chinmay; KWON, Ki-Hwan. “Outward Foreign Investment Policy in Korea: A Review on Policy Issues and Performance”. *Journal of Korea Trade.* Seoul, v. 10, n. 3, p. 171-193, nov. 2006.

RABACH, Eileen & KIM, Eun Mee. "Where is the Chain in Commodity Chains? The Service Sector Nexus". In: GEREFFI, Gary & KORZENIEWICZ, Miguel. *Commodity Chains and Global Capitalism*. Wesport: Greenwood Pub Group, 1994, p.123-141.

RHEE, Jong-Chan. *The State and Industry in South Korea:* the limits of the authoritarian state. London: Routledge, 1994.

RUGMAN, Alan M. & OH, Chang Hoon. "Korea's multinationals in a regional world". Journal of World Business 43 (2008) p.5-15.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. “Da política dos Estados à política das empresas”. In: Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte. Jul/Dez, 1997. p.9-23.

SANTOS, Milton. “Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método”. In: AGB. *Boletim Paulista de Geografia*. 54, junho, 1977.

SHIN, Gi-Wook. *The Paradox of Korean Globalization* (working paper). Shorenstein APARC, jan. 2003, p.1-24.

SMITH, Heather. "The Failure of Korea Inc.". Agenda. v. 6, n. 2, p.153-166, 1999.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social*

crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SONG, Chung-pom. "U.N Economic Assistance to Korea". Korea Journal. Seul, v.1, n.2, pp.8-9, oct. 1961.

SST (Samsung Semiconductor and Telecommunication Co.). *Dez anos de história da Samsung Semiconductor and Telecommunication*. Seoul, 1987. [Original em coreano: 삼성반도체통신. *삼성반도체통신 10년사*. 서울, 1987].

YEO, Heejung. “Ownership preference and staffing decisions of Korean firms going to foreign markets”. *Money, Economy and Management*. London, 2010.

YOON, T D & SOUZA N J "Uma análise empírica sobre os fatores do desenvolvimento econômico da Coréia do Sul: 1961-1990. In: *Estudos Econômicos.* São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas - USP, 2001, v 31, n 2.

Banco de Dados

OECD <http://stats.oecd.org>

The Korea Export-Import Bank <http://keri.koreaexim.go.kr/>

The Bank of Korea <http://www.bok.or.kr/>

UNCTAD STAT <http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>

ANEXOS

ANEXO I – Utilização do fundo da UNKRA

Tipo de Projeto	Custo (US$)	%
Projetos de Investimento	45.065.732	35,9%
Projetos de Commodity	36.400.707	29,0%
Projeto do Governo	29.144.393	23,2%
Grant Projetos	12.528.337	10,0%
Fundo de Projetos de empréstimo	2.500.000	2,0%
Total	**125.639.169**	**100,0%**

Fonte: SONG. 1961.

ANEXO II – Projetos acima de US$ 1 milhão com fundo da UNKRA

Projetos	Custo (US$)
Grãos	10.565.239
Fábrica de Cimento	8.990.943
Fertilizantes	8.935.901
Dai Han Coal Corporation	3.499.570
Fábrica de vidro plano	3.206.204
Produção têxtil	2.830.122
Instalações reabilitação energética	2.750.108
Pilha de Estoque para Escolas	2.405.695
Teares de algodão	1.946.786
Lã crua	1.941.131
Salas de aula	1.702.573
Veículos de transporte	1.603.522
Experimentos de habitação	1.470.342
Equipamentos ferroviário	1.455.681
Habitação	1.368.199
Equipamentos de Mina de Carvão	1.364.408
Chang Hang Smelter	1.308.516
Material de Construção	1.285.457
Dragas portuárias	1.258.027
Fibra sintética	1.000.806
Gestão de mina de carvão	1.000.000
Total	**61.889.229**

Fonte: SONG. 1961.